

# VIVA O VERDE SP

## Estratégias para os parques municipais

Recomendações e visão política





### Edição 2025

**Relatório vinculado à iniciativa Viva o Verde SP, desenvolvido para atendimento ao objetivo de promover a competência melhorada da municipalidade de São Paulo para distribuir equitativamente espaços públicos verdes a nível municipal.**

Produto previsto: Estratégia em toda a cidade para áreas verdes e espaços públicos elaborada (incluindo recomendações e visão política).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**Ricardo Nunes**

Prefeito

**Rodrigo Ashiuchi**

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

**Wanderley de Abreu Soares**

Secretário Adjunto do Verde e do Meio Ambiente

### EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)

**Tamires Oliveira**

Chefe de Gabinete

**Rodolfo Maiche**

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

**Oscar de Souza**

Assessoria Jurídica (AJ)

**Cleide Cremonesi**

Assessoria de Comunicação (ASCOM)

**Tatiana Coelho**

Coordenação de Administração e Finanças  
(CAF)

**Christiane Ferreira**

Coordenação de Licenciamento Ambiental  
(CLA)

**Gabriela Chabbouh**

Coordenação de Educação Ambiental (DEA)

**Willian Agra**

Coordenação de Fiscalização Ambiental  
(CFA)

**Liliane Arruda**

Coordenação de Gestão dos Colegiados  
(CGC)

**Juliana Summa**

Coordenação de Gestão de Parques e  
Biodiversidade Municipal (CGPABI)

**Rosélia Ikeda**

Coordenação de Planejamento Ambiental  
(CPA)

**Ana Lúcia de Jesus**

Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia  
da Informação e Comunicação (NDTIC)



## PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT)

**Elkin Velásquez**

Diretor Regional para a América Latina e o Caribe

**Rayne Ferretti Moraes**

Chefe do Escritório do Brasil

**Ana Elisa Larrarte**

Gerente de Desenvolvimento de Programas, Monitoramento e Avaliação

**Aléxia Saraiva**

Gerente de Comunicação & Advocacy

**Julia Caminha**

Gerente de Gestão do Conhecimento

**Daphne Besen**

Gerente de Programas

**Leta Vieira de Sousa**

Especialista de Resiliência e Mudança Climática

**Maria Fernandes Caldas**

Especialista em Desenvolvimento Urbano Sustentável

**Tássia Regino**

Especialista em Urbanização de Assentamentos Precários e Habitação Social

**Vanessa Tenuta de Freitas**

Assessora Técnica de Desenvolvimento de Programas

**Fábio Donato | Julia Rabelo | Laura Collazos | Tiago Marques**

Analistas de Programas

**Giselle Mansur Batista | Gustavo Aires Tiago | Pedro Araújo Patrício | Vivian Silva**

Analistas de Dados

**Flávia Scholz**

Analista de Comunicação

**Camila Nogueira**

Designer Gráfico

**Gabriela Güllich**

Designer Gráfico Júnior

**Claudia Bastos de Mello**

Coordenadora Financeira

**Jessica Blanco**

Assistente Administrativa

**Adriana Carneiro**

Coordenadora de Recursos Humanos

**Carina Lucena | Carolina Oliveira**

Analistas de Operações

**Mariana Assad**

Assistente de Operações

**Severino Marcelino de Azevedo**

Motorista



## **EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO**

**Jordi Sanchez-Cuenca**  
Coordenador de Programas

**Bruna Leite**  
**María Fernanda Godoy**  
Analistas de Programas

**Julia Rocha**  
**Laura Figueiredo**  
Assistentes de Programas

**Guilherme Justino**  
Analista de Comunicação

**REDAÇÃO**  
Bruna Leite  
María Fernanda Godoy  
Julia Mendes Rocha  
Laura Figueiredo

**REVISÃO FINAL**  
Julia Vilela Caminha  
Maria Fernandes Caldas

## ONU-Habitat e Agendas Globais

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) foi criado em 1978 durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, a Habitat I, com o principal objetivo de promover cidades socialmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis. O ONU-Habitat trabalha em mais de 90 países para promover mudanças transformadoras através do conhecimento, assessoria em políticas públicas, assistência técnica e ação colaborativa. Realiza investigações inovadoras e capacitação, estabelece padrões, propõe normas e princípios, partilha boas práticas, monitora o progresso global e apoia a formulação de políticas relacionadas com cidades e assentamentos humanos sustentáveis.

O ONU-Habitat fornece assistência técnica a partir de sua experiência única em urbanização sustentável e resposta a crises. Implementa projetos para fornecer apoio personalizado e de valor agregado às parcerias locais e nacionais. Colabora com governos, agências intergovernamentais, agências da ONU, organizações da sociedade civil, fundações, instituições acadêmicas e o setor privado para alcançar resultados duradouros na abordagem dos desafios da urbanização.

Desde 2015, o trabalho do ONU-Habitat tem sido realizado a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Agenda 2030. Com 17 objetivos e 169 metas, os ODS são um plano de ação global criado para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e promover vida digna para todas as pessoas, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.



Com o objetivo de acelerar a implementação dos ODS, em especial o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) estabeleceu a Nova Agenda Urbana, em 2016. O documento assessoria os países a lidar com os desafios da urbanização e sugere como devem orientar seus esforços em prol de um desenvolvimento urbano sustentável. Também serve de orientação para ações que visam padrões globais de desenvolvimento urbano sustentável, repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades. Além disso, representa uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acessos iguais aos benefícios e às oportunidades.



O ONU-Habitat trabalha na implementação da Nova Agenda Urbana e, especialmente, do ODS 11, a partir do estabelecimento de parcerias que têm como objetivo o fortalecimento das capacidades técnicas das entidades governamentais, em especial as locais. Essas colaborações visam a formulação de políticas e estratégias de renovação urbana que possam contribuir com o desenvolvimento das cidades.

### **Sobre o Viva o Verde SP**

A iniciativa Viva o Verde SP é uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o ONU-Habitat, firmada com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que tem como objetivo melhorar o acesso, a inclusão e a sustentabilidade dos espaços públicos verdes na cidade de São Paulo.

O ONU-Habitat vem trabalhando com as secretarias da Prefeitura de São Paulo para promover aspectos como a governança compartilhada, a participação e o estreitamento das relações horizontais, que são fundamentais para garantir o alinhamento contínuo e a capacidade de resposta às demandas da população de São Paulo.

Uma das premissas é o processo participativo, garantindo que a tomada de decisão considere diferentes pontos de vista. Para tal, conta com uma equipe do ONU-Habitat atuando junto à SVMA e com um Grupo de Referência consultivo, formado por representantes da sociedade civil, da academia e de especialistas técnicos. Além de capacitações, para que representantes do funcionalismo público e da sociedade civil possam contribuir, monitorar e replicar as metodologias da organização, as atividades do projeto também incluem diferentes níveis de avaliação dos parques, com equipes multidisciplinares e diversos grupos das comunidades do entorno, nos quais são realizados esforços para que grupos vulnerabilizados também participem das atividades.

O Viva o Verde SP adota uma perspectiva interseccional, orientada pela igualdade de gênero e promoção da diversidade, e visa fortalecer a ação climática, valorizando a biodiversidade e os biomas locais, e contribuindo com a melhoria do ambiente urbano e da saúde da população. A iniciativa se fundamenta em metodologias desenvolvidas pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat.

## Sobre este produto

Uma política pública estruturada voltada aos parques municipais de São Paulo é fundamental diante da vasta quantidade e diversidade desses espaços, que desempenham um papel estratégico na promoção da saúde, bem-estar, equidade territorial e resiliência urbana. Considerando os desafios ambientais, sociais e de gestão que afetam a cidade, uma abordagem sistêmica e planejada permite otimizar recursos, garantir manutenção adequada, ampliar o acesso e a inclusão social, fortalecer o engajamento comunitário e integrar os parques à rede ecológica.

Este documento tem como objetivo a apresentação de um conjunto de estratégias políticas desenvolvidas a partir de evidências coletadas em etapas anteriores dentro da iniciativa Viva o Verde SP. O documento está estruturado dentro da metodologia da teoria da mudança, o que possibilitou considerar todas as complexidades do estabelecimento das políticas, incluindo atividades e recursos necessários, bem como as metas a serem alcançadas e indicadores de monitoramento dos resultados.

Espera-se que este documento sirva como um recurso de planejamento à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente na implementação de políticas públicas para a promoção da biodiversidade e para a valorização dos parques como instrumentos de justiça socioespacial e mitigação das mudanças climáticas. Como objetivo secundário, espera-se que o documento seja uma referência em políticas públicas baseadas em evidências, possibilitando sua aplicabilidade em diferentes contextos e com objetivos diversos dentro da esfera de governança.

Figura 1: Registro de oficina com meninas no parque Anhanguera



Fonte: Acervo ONU-Habitat

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	<b>5</b>
1.1 Ciclo de vida dos parques municipais .....	7
<b>2. Construção metodológica</b> .....	<b>12</b>
2.1 Elaboração das recomendações .....	12
2.2 Elaboração dos resultados .....	21
2.3 Teoria da mudança .....	23
2.4 Aplicação da teoria da mudança e estratégias de monitoramento e avaliação .....	25
<b>3. Estratégias políticas</b> .....	<b>28</b>
3.1 Estrutura de apresentação das estratégias .....	28
3.2 Termos do projeto .....	32
3.3 Eixo desenho urbano .....	34
3.3.1 Estratégias de desenho urbano .....	35
3.3.2 Visão consolidada de desenho urbano .....	58
3.4 Eixo gestão .....	60
3.2.1 Estratégias de gestão .....	61
3.2.2. Visão consolidada da gestão .....	87
3.3 Eixo governança .....	89
3.3.1 Estratégias de governança .....	90
3.3.2 Visão consolidada da Governança .....	115
<b>4. Monitoramento dos resultados</b> .....	<b>116</b>
<b>5. Análise integrada dos eixos</b> .....	<b>119</b>
5.1 Insumos mais recorrentes .....	119
5.2 Resultados mais contemplados .....	119
5.3 Atividade com maior centralidade .....	121
5.4 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais contemplados .....	122
<b>6. Conclusão</b> .....	<b>123</b>
6.1 Meios de implementação .....	124
6.2 Etapas seguintes .....	126
<b>7. Glossário</b> .....	<b>129</b>
<b>8. Referências bibliográficas</b> .....	<b>131</b>
<b>9. Anexos</b> .....	<b>135</b>

## 1. Introdução

Entre 1960 e 2017 a população urbana mundial quadruplicou, alcançando 4 bilhões. Atualmente, 55% da população mundial vive em cidades, sendo que até 2050 essa proporção deve chegar a dois terços. Este crescente processo de urbanização tem o potencial de resultar em diversos benefícios à população, uma vez que as cidades concentram conhecimento, oferta de serviços e acesso a empregos. Contudo, a realidade é que o modelo de urbanização e construção de cidades vem exercendo uma grande pressão sobre a terra e recursos naturais, além de apresentar consequências como a falta de acesso à serviços básicos como moradia, aumento da poluição e congestionamento (Kaw; Lee; Wahba, 2020). Para evitar tais consequências indesejadas, é fundamental que os governos tenham estratégias claras de planejamento dos espaços das cidades.

Em função das enormes demandas geradas ao poder público a partir do intenso processo de urbanização, no contexto dos parques, suas externalidades negativas se manifestam de várias formas, incluindo parques e áreas abertas negligenciados e com problemas de manutenção, vias públicas sem acessibilidade e sensação de insegurança pela população, em especial por meninas e mulheres. Em contrapartida, quando bem planejados e geridos, os espaços públicos de qualidade são ferramentas fundamentais para o bem-estar e qualidade de vida das pessoas, tornando-se locais de apropriação social. Com o crescimento da população urbana, a gestão eficaz e sustentável desse crescimento que inclua as necessidades e demandas dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, torna-se essencial (UN-Habitat, 2020).

Os governos nacionais e locais vêm reconhecendo o papel de uma rede de espaços públicos de qualidade como promotora da equidade. Essa rede oferece suporte ao crescimento urbano, desenvolvimento econômico, proteção ao meio ambiente e promoção do bem-estar geral das comunidades. No entanto, isso só pode ser alcançado quando as cidades corrigem os desequilíbrios na oferta, distribuição e qualidade dos espaços públicos nos diferentes bairros e assentamentos urbanos (UN-Habitat, 2020).

De forma a oferecer suporte à Prefeitura de São Paulo na governança dos espaços públicos com foco nos parques municipais, dentro da iniciativa Viva o Verde SP foram desenvolvidos um conjunto de produtos contendo diagnóstico e diretrizes para os parques, com destaque para:

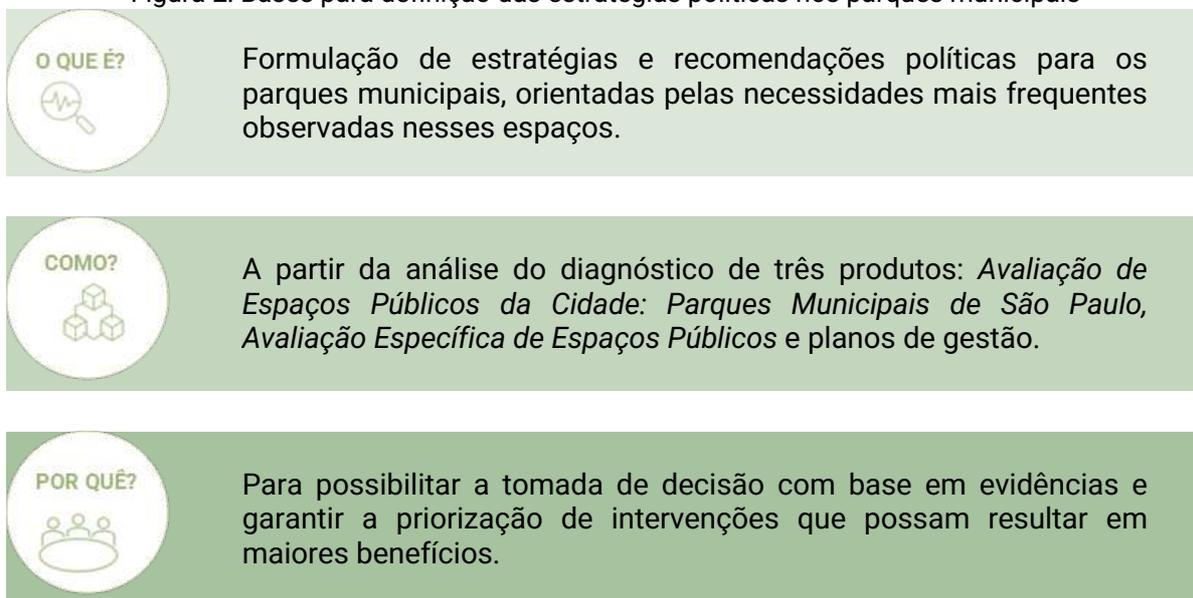
- *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024): aplicação da ferramenta *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade* (ONU-Habitat, 2020) desenvolvida pelo Programa Global de Espaços Públicos. O resultado foi o diagnóstico de 100 parques municipais na escala da cidade. O diagnóstico desta avaliação serviu de insumo para a elaboração das estratégias políticas apresentadas neste relatório.
- Quadro de priorização: metodologia desenvolvida para seleção dos 10 parques prioritários para realização de intervenções, onde foram utilizados 12 indicadores com foco em aspectos socioeconômicos e de gênero.
- *Avaliação Específica de Espaços Públicos*: aplicação da ferramenta de *Avaliação Específica de Espaços Públicos da Cidade* (ONU-Habitat, 2020b) em 10 parques classificados como prioritários para realização de intervenções de acordo com a metodologia do quadro de priorização.

- Planos de gestão: documento técnico desenvolvido em oito parques recentemente inaugurados, contendo diagnóstico, diretrizes e quadro de ações e monitoramento para os parques.
- Estratégias de financiamento para os parques: documento com análise financeira dos parques municipais, incluindo alternativas de financiamento para manutenção e obras.

Como entrega final, o produto apresentado neste relatório consiste em um conjunto de estratégias e recomendações políticas para os parques municipais, baseado nas evidências coletadas em produtos desenvolvidos dentro da iniciativa Viva o Verde SP, contendo as ações e recursos necessários para viabilizar a efetiva implementação.

O objetivo deste relatório é servir como um instrumento de **planejamento** e integração das políticas públicas direcionadas aos parques municipais de São Paulo e teve como base as premissas abaixo:

Figura 2: Bases para definição das estratégias políticas nos parques municipais



Fonte: Elaboração ONU-Habitat

O relatório está dividido em seis partes. A *Seção 1* apresenta a introdução e uma abordagem sobre o ciclo de vida dos parques municipais, incluindo a proposta de um sistema de monitoramento e avaliação que possibilite embasar a tomada de decisão e o ciclo de políticas públicas em processos, tais como a criação de parques, seleção de parques para requalificação, e definição de políticas e programas.

Na *Seção 2* é apresentada a metodologia para seleção e construção das estratégias políticas, dividida em duas etapas: processo de seleção das recomendações e aplicação da teoria da mudança incluindo propostas preliminares para monitoramento.

A *Seção 3* trata das estratégias políticas sugeridas e tem como elemento estruturador os resultados pretendidos, além de incluir recursos necessários, atividades demandadas e produtos previstos. A seção está subdividida em três eixos de intervenção: desenho urbano, gestão de parques e governança. Os eixos foram selecionados seguindo a estrutura organizacional da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, onde há setores específicos

dedicados ao desenvolvimento de projetos e outro à gestão dos parques. O eixo de governança está relacionado ao estabelecimento de parcerias e desenvolvimento de políticas, mais relacionado a setores estratégicos e de tomadores de decisão.

A organização das estratégias dentro destes eixos tem dois objetivos principais:

1. Selecionar e envolver atores-chave na elaboração de atividades, definição de materiais e recursos necessários para a implementação das estratégias;
2. Atribuir responsabilidades futuras a setores específicos para a implementação das estratégias.

A Seção 4 apresenta uma proposta preliminar de monitoramento dos resultados pretendidos com a implementação das estratégias políticas apresentadas para os três eixos. Na Seção 5 é apresentada uma análise comparativa de todos os elementos integrantes das estratégias políticas, dentro da estrutura da teoria da mudança. Por último, a Seção 6 apresenta a conclusão, incluindo recomendações quanto a meios de implementação das estratégias e etapas seguintes.

### 1.1 Ciclo de vida dos parques municipais

Gerenciar os espaços públicos é um desafio para as cidades. O desenvolvimento urbano acelerado costuma estar associado à redução dos espaços públicos, das áreas verdes urbanas e dos corpos d'água. Mesmo quando os governos municipais reconhecem a importância dos espaços públicos, é um desafio garantir a preservação desses espaços e obter financiamento, diante das muitas prioridades concorrentes de desenvolvimento. Em alguns casos, apesar dos esforços das cidades para melhorar os espaços públicos, os resultados obtidos podem estar aquém do desejável, isso porque seus planos de implantação, manutenção e requalificação muitas vezes não refletem as necessidades e preferências das pessoas usuárias (Kaw; Lee; Wahba, 2020).

São muitos os desafios identificados ao longo do ciclo de vida de um projeto de espaço público para que ele se torne um local inclusivo, seguro e acessível: soluções de design inadequadas ou que não respondem às necessidades da comunidade, estruturas internas de operação e manutenção frágeis, e reduzida capacidade ou estrutura institucional ao planejar, financiar e implementar esses espaços públicos (*ibid.*). Em escala global, cidades com ambientes urbanos mais habitáveis e espaços públicos vibrantes e inclusivos adotam uma ampla variedade de caminhos de desenvolvimento em sua criação, implementação e gestão, o que demanda uma abordagem bem estruturada no planejamento destes espaços.

Figura 3: Equipe do projeto Viva o Verde SP facilitando oficina com crianças no parque Paraisópolis



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Essa análise do ciclo de vida aplicada aos parques municipais é fundamental para a definição e implementação de políticas públicas. Apesar dos produtos desenvolvidos dentro da iniciativa Viva o Verde SP tratarem especificamente dos parques municipais existentes ou em fase de implantação, é importante a compreensão de todas as etapas que compreendem a gestão de parques municipais, partindo de sua criação e passando por avaliações de uso e apropriação, definição de prioridades e investimentos.

De forma genérica, o ciclo de vida do projeto é o conjunto de fases que um projeto atravessa desde seu início até seu encerramento. Ele fornece a estrutura lógica para organizar, controlar e executar o trabalho do projeto (PMI, 2021). Aplicado ao contexto da gestão de parques municipais, o ciclo de projeto permite analisar as diferentes fases de um parque urbano de forma integral, identificando as principais implicações ambientais e sociais de cada etapa. Isso contribui para diversos processos de tomada de decisão, compreensão de momentos-chave para a condução de processos de participação social e priorização de investimentos.

Apesar de estudos consideráveis sobre parques urbanos sob múltiplas perspectivas, há pouca evidência empírica sobre a análise e avaliação do desenvolvimento de parques urbanos em si, de um ponto de vista histórico e local, o que deveria ser a base para um sistema de parques urbanos mais eficientes (Yang, 2021). Portanto, pesquisas sobre o processo de desenvolvimento de parques urbanos podem ser significativas para lidar com os problemas atuais e as oportunidades futuras das cidades.

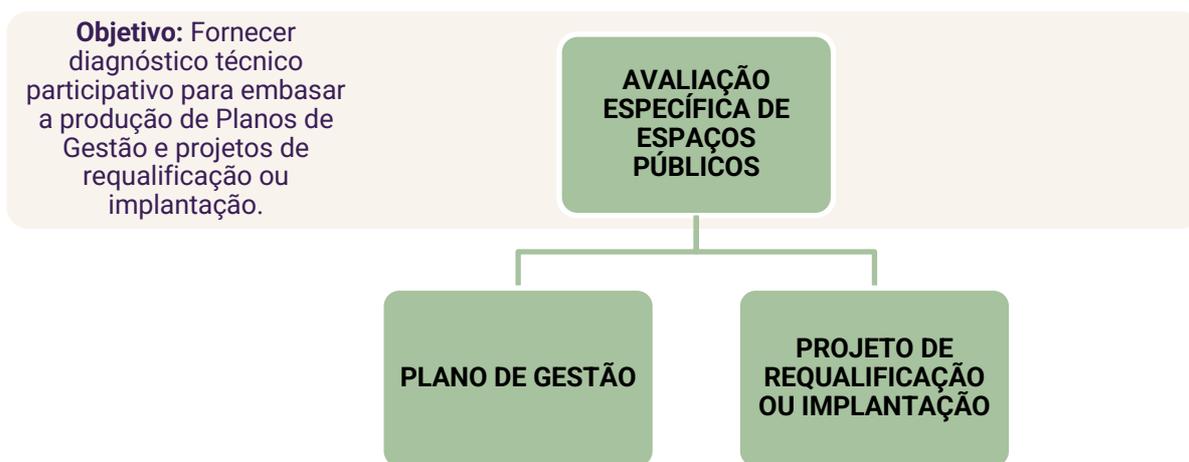
No contexto dos parques municipais de São Paulo, o crescimento exponencial no número de parques entre os anos de 2008 e 2012 como resultado do “Programa 100 Parques”, resultou em ganhos expressivos na oferta de espaços públicos verdes à população, uma vez que o

número de parques saltou de 34 em 2005, para 102, em 2012. Desde então, as políticas estão direcionadas ao constante aumento desses números. A Lei nº 17.975/2023, que trata da revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (São Paulo, 2023), em seu *Quadro 7*, apresenta a relação entre parques existentes e propostos. Quando publicado, havia 116 parques existentes e 162 propostos, o que reforça a necessidade do estabelecimento de um sistema integrado de gestão dos parques, considerando todas as etapas de seu ciclo de vida.

Atualmente, as principais políticas e produções técnicas direcionadas aos parques municipais existentes de São Paulo são os **planos de gestão** e os **projetos de implantação ou requalificação**. Porém, estas produções costumam ser realizadas por setores diferentes e em momentos não coordenados, resultando em desafios adicionais ao elaborar diagnósticos que possam embasar diretrizes e tomadas de decisão.

Nesse contexto, a *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (ONU-Habitat, 2020) pode servir como metodologia comum, concentrando um diagnóstico completo de cada parque e sua área de influência (raio de caminhada a partir dos acessos dos parques considerando um critério temporal de até 15 minutos), permitindo embasar produções técnicas posteriores, com destaque aos planos de gestão e aos projetos de implantação ou requalificação (*Figura 4*).

Figura 4: Fluxo de produção de documentos técnicos para os parques



Fonte: Elaboração ONU-Habitat

Estes três documentos técnicos devem ser entendidos como elementos base na composição do ciclo de vida dos parques, porém devem ser integrados a um sistema mais amplo que compreende a temporalidade destas produções e a necessidade de integrar estes documentos, então individualizados por parque, a uma base comum que possibilite compreender a situação dos parques municipais na escala da cidade.

Casos de gestão bem-sucedida em espaços públicos indicam que determinados elementos de boa governança devem ser incorporados ao ciclo de vida como base para o sucesso: um ambiente regulatório sólido, uma estrutura de propriedade economicamente viável e arranjos sustentáveis de gestão e supervisão (Kaw; Lee; Wahba, 2020).

Estes elementos foram incorporados à proposta de ciclo de vida dos parques apresentada na *Figura 5*. Nela, é sugerida que a criação de novos parques deve ser baseada em

recomendações políticas, advindas, sobretudo, do Plano Diretor Estratégico (São Paulo, 2023), planos setoriais, com destaque para o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL) (São Paulo, 2022) e da *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024). Atualmente, a Divisão de Estudos Ambientais e Planejamento Territorial (DEAPT) realiza a seleção de locais prioritários para implantação de parques com base em metodologia própria que deverá ser incorporada ao sistema de ciclo de vida dos parques. Conforme se verifica na Figura 5, após a seleção dos locais prioritários (2), deve ser elaborado um diagnóstico técnico, sendo este a *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (3). A Avaliação, ainda que preliminar, deverá subsidiar o desenvolvimento de planos de gestão (3) e projeto de implantação do parque (4).

Após um ano da implantação do parque, tanto a *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (5), quanto o plano de gestão (6), devem ser revisados, pois muitos indicadores importantes para a elaboração destes documentos estão associados à percepção das pessoas frequentadoras do parque. Já em relação ao projeto do parque, aqueles inaugurados há mais de um ano, deverão integrar a relação de parques existentes passíveis de requalificações. Para isso, as prioridades devem ser selecionadas a partir dos indicadores apresentados no quadro de priorização (7), metodologia desenvolvida dentro da iniciativa Viva o Verde SP e que prevê 12 indicadores com foco em contextos de alta vulnerabilidade socioeconômica como principal fator de decisão para priorizações.

Após a seleção dos parques prioritários para a realização de requalificações, deve ser verificado se estes possuem relatório de *Avaliação Específica de Espaços Públicos* e plano de gestão elaborados há menos de 5 anos. Em caso afirmativo, estes documentos devem ser utilizados como embasamento à elaboração de projetos. A análise dos diagnósticos de todos os parques que possuem relatório de *Avaliação Específica de Espaços Públicos* deverá fornecer subsídios para a elaboração das estratégias e recomendações políticas (8), seguindo a metodologia apresentada neste relatório.

Figura 5: Desenho do ciclo de vida dos parques



Fonte: Elaboração ONU-Habitat

Como etapa futura, os indicadores adotados nas metodologias de *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024), *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (ONU-Habitat, 2020) e quadro de priorização, devem ser organizados dentro de um sistema de monitoramento e avaliação. Isso possibilitará às pessoas responsáveis pelo planejamento e gestão dos parques tomarem decisões embasadas em evidências, buscando soluções que minimizem os riscos e maximizem os benefícios para a população.

As estratégias políticas (12) apresentadas neste relatório devem ser entendidas como um elemento transversal na proposta de ciclo de vida dos parques e de constante transformação, uma vez que concentra dados coletados em outras avaliações e possibilita o monitoramento do alcance dos resultados esperados. Uma vez que as estratégias devem resultar em efetiva implementação de políticas públicas, estas devem ser consideradas dentro de um ciclo de política orientado ao resultado (FGV EESP CLEAR, 2023), estruturado em cinco etapas conforme ilustrado abaixo:

Figura 6: Ciclo da política pública



Fonte: FGV EESP CLEAR, 2023

O ciclo representa uma estrutura que deve ser aplicável a qualquer intervenção política e reforça a importância de iniciar os processos de tomada de decisão no diagnóstico (*1- Identificação do problema*). Com o diagnóstico produzido, segue a etapa *2- Formulação da política* que consiste na fase de planejamento e elaboração de propostas. As etapas seguintes tratam da implementação e do monitoramento e avaliação acerca do alcance aos objetivos pretendidos. Quando não alcançados os objetivos, a pessoa tomadora de decisão deverá direcionar qual reformulação da política é necessária e em qual etapa do ciclo da política pública ela deverá acontecer. Este relatório se dedica ao desenvolvimento das etapas 1 e 2, sendo que as etapas seguintes deverão ser trabalhadas posteriormente (ver Seção 6.2).

Em síntese, para alcançar os resultados propostos neste documento, a Prefeitura de São Paulo deve adotar estratégias eficazes ao longo de todo o ciclo de vida dos espaços públicos

– planejar, engajar, projetar, desenvolver, implementar, manter, avaliar e renovar esses ativos  
– a fim de criar espaços sustentáveis e de alta qualidade que priorizem seu valor para as pessoas e comunidades (Kaw; Lee; Wahba, 2020).

## 2. Construção metodológica

A metodologia de elaboração das estratégias políticas para os parques municipais consistiu em duas etapas, que estão alinhadas ao ciclo de políticas públicas mencionado na seção anterior: desenvolvimento das recomendações a partir de diagnóstico (*1- Identificação do problema*) e aplicação da teoria da mudança (*2- Formulação da política*). A primeira etapa teve como objetivo compilar e selecionar o diagnóstico técnico de avaliações anteriores desenvolvidas dentro da iniciativa Viva o Verde SP, o que resultou em uma lista de recomendações. A segunda etapa consistiu na aplicação da teoria da mudança e teve como base teórica-conceitual a lista de recomendações obtida na etapa anterior.

### 2.1 Elaboração das recomendações

Conforme apresentado na seção anterior, o desenvolvimento de políticas públicas deve partir do diagnóstico, que deve envolver a utilização de evidências qualitativas e quantitativas para caracterizá-lo em detalhes (FGV EESP CLEAR, 2023). Essa etapa é fundamental para que se possam definir com clareza os resultados esperados da política.

As recomendações selecionadas para integrar as estratégias políticas tiveram como base os diagnósticos obtidos na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024) e na *Avaliação Específica de Espaços Públicos*, realizada em 10 parques municipais. Uma vez que estas avaliações dos 10 parques resultaram em uma grande quantidade de elementos de diagnóstico, foi necessária a seleção daqueles de maior recorrência dentre os parques avaliados, além dos que apresentaram maior relevância na escala da cidade.

A extração de elementos do diagnóstico da *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024) permitiu identificar, a partir de dados quantitativos, aspectos generalizados na cidade e que, portanto, possuem o potencial de gerar alto impacto quando convertidos em políticas públicas. Em paralelo, a seleção de elementos do diagnóstico da *Avaliação Específica de Espaços Públicos* realizada nos 10 parques permitiu extrair informações de difícil observação na escala da cidade, relacionadas, sobretudo, a dados qualitativos de percepção das pessoas nos espaços e aos problemas mais latentes na gestão cotidiana.

Os 10 parques selecionados para a *Avaliação Específica de Espaços Públicos* foram definidos a partir da aplicação da metodologia *Quadro de Priorização*. Essa metodologia consiste em ranquear os parques existentes com base nos indicadores analisados na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade*. A seleção partiu do grupo de 19 parques identificados como de maior prioridade para intervenção, considerando sua distribuição espacial e inserção urbana. O critério foi compor um conjunto representativo da diversidade das áreas verdes municipais, incluindo pelo menos um parque de cada região (Norte, Leste, Sul e Centro-Oeste) e de cada categoria (linear, urbano e de orla). Todo o conteúdo metodológico, bem como o quadro completo com a classificação dos parques, encontra-se no relatório *Quadro de Priorização dos Espaços Públicos da Cidade* (ONU-Habitat, 2024).

Apesar de se tratar de uma amostra de 10 parques e, portanto, sem valor estatístico, os resultados obtidos foram incorporados dentro das recomendações e generalizadas para os

demais parques, dada a relevância dos aspectos identificados. Além disso, não havia disponibilidade de informações acerca de outros parques, sobretudo de temas locais e qualitativos. Espera-se que, futuramente, a Secretaria do Verde e do meio Ambiente possa desenvolver avaliações específicas em todos os parques municipais, criando assim uma base sólida para o desenvolvimento de políticas públicas.

A seguir são detalhadas as quatro etapas do processo de elaboração das recomendações:

Figura 7: Etapas para a elaboração das recomendações

1. Sistematização dos diagnósticos dos 10 parques selecionados para realização da *Avaliação Específica de Espaços Públicos*.
2. Análise de conteúdo para identificação de temas e seleção de padrões nas avaliações específicas dos 10 parques.
3. Comparação entre os diagnósticos de 10 parques com o diagnóstico da *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024).
4. **Elaboração de recomendações a partir dos elementos selecionados dos diagnósticos.**

Fonte: Elaboração ONU-Habitat

#### **Etapa 1: Sistematização dos diagnósticos dos 10 parques selecionados para realização da *Avaliação Específica de Espaços Públicos*.**

A ferramenta de *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (ONU-Habitat, 2020), metodologia do ONU-Habitat com foco na análise na escala de bairro dos parques, foi realizada em 10 parques municipais considerados como de prioritária necessidade de intervenção após elaboração de um quadro de priorização. Como resultado, foram desenvolvidos diagnósticos técnicos e participativos estruturados por parque dentro de sete dimensões: pessoas no parque e área de influência, acessibilidade, segurança, infraestrutura e mobiliário, conforto e saúde, verde e azul, e governança. Esse conteúdo foi organizado para realização da análise de conteúdo, conforme será explicado na Etapa 2 e que tem como objetivo de identificar temas que surgissem com recorrência dentro dos parques.

#### **Etapa 2: Análise de conteúdo para identificação de temas e seleção de padrões nas avaliações específicas dos 10 parques.**

A análise de conteúdo é uma metodologia de pesquisa que utiliza técnicas para analisar mensagens, textos, documentos e outros materiais comunicativos, com o objetivo de identificar padrões, temas e significados. Ela pode ser utilizada tanto em pesquisas quantitativas, onde a análise é baseada em dados numéricos, quanto em pesquisas qualitativas, que buscam aprofundar a compreensão dos sentidos e significados (Bardin, 2011).

No contexto da elaboração de recomendações, foi utilizada a análise de conteúdo para identificar, dentre o diagnóstico elaborado em cada *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (ONU-Habitat, 2020), aqueles similares entre os 10 parques avaliados, e verificar quais os temas abordados eram mais recorrentes nestes parques. Apesar de não conter valor estatístico, foram considerados como temas recorrentes aqueles que apareceram em, pelo

menos, cinco dos 10 parques. No *Anexo 1* são apresentados todos os diagnósticos elaborados na avaliação dos 10 parques e que deram origem à seleção dos mais recorrentes.

**Etapa 3: Comparação entre os diagnósticos de 10 parques com o diagnóstico da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024).**

Após a seleção dos elementos de diagnóstico mais recorrentes, foi realizada uma análise de correspondência dos temas que também foram identificados na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024). Alguns temas não tiveram correspondência em ambas as avaliações, pois as escalas de análise são diferentes, o que demonstra a importância de considerar e combinar diferentes escalas de avaliação.

**Etapa 4: Elaboração de recomendações a partir dos elementos selecionados dos diagnósticos.**

As recomendações foram desenvolvidas com base na relação final de diagnóstico obtido a partir das etapas anteriores, conforme apresentado na *Tabela 1*.

Como suporte à elaboração das recomendações, foi utilizado como referência o quadro de diretrizes e quadro de ações e monitoramento dos planos de gestão desenvolvidos em 2024 dentro da iniciativa Viva o Verde SP. Ainda que as diretrizes dos planos de gestão sejam majoritariamente vinculadas a atividades operacionais muito específicas do parque, foi possível extrair referências de grande aporte para o desenvolvimento das recomendações apresentadas.

Na *Tabela 1*, o diagnóstico e as recomendações são apresentados dentro das sete dimensões abordadas na *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (ONU-Habitat, 2020):

- Pessoas no parque e área de influência
- Acessibilidade
- Instalações e mobiliário
- Segurança
- Conforto e saúde
- Verde e azul
- Governança

Contudo, trata-se apenas de uma estrutura para sistematização das informações e, como é possível observar, há recomendações cujos temas são transversais e, portanto, se relacionam a mais de uma dimensão.

Tabela 1: Tabela de desenvolvimento das recomendações a partir dos diagnósticos

Diagnósticos da <i>Avaliação Específica de Espaços Públicos da Cidade</i> em 10 parques	Diagnóstico da <i>Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo</i>	<b>Recomendação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foi observada pouca oferta de equipamentos públicos dentro das áreas de influência dos parques tais como de cultura, esporte, educação ou saúde.</li> <li>● Foram identificadas poucas atividades regulares nos parques, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, foram observados desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.</li> </ul>	<p>Apesar da existência de equipamentos públicos dentro das áreas de influência dos parques, foi observada uma baixa articulação entre estes equipamentos com os parques.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ampliar a oferta de atividades realizadas nos parques, de forma a atender aos diversos perfis sociais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● O diagnóstico identificou que a população das áreas de influência é majoritariamente caracterizada por alta vulnerabilidade socioeconômica.</li> </ul>	<p>Especialmente nos extremos leste e sul do município, observou-se o predomínio de perfis de alta vulnerabilidade socioeconômica nas áreas de influência dos parques, caracterizados por rendimentos per capita de até 1 salário-mínimo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Priorizar os parques situados em áreas de influência com população em maior vulnerabilidade socioeconômica para implementação de novas atividades.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foram detectadas áreas de risco geológico e/ou hidrológico dentro das áreas de influência dos parques.</li> </ul>	<p>Foram identificadas 328 áreas de risco hidrológico e geológico dentro do perímetro das áreas de influência dos parques.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● ● Desenvolver um plano de comunicação para parques municipais, que deverá conter: requisitos para implementação de elementos de comunicação visual, estratégias para ampliação na divulgação de atividades, ferramentas para propagação de informações acerca de programas, políticas públicas e conscientização ambiental.</li> <li>● Monitorar áreas de risco presentes entorno aos parques.</li> <li>● Integrar os parques com equipamentos públicos, áreas verdes, subprefeituras e diferentes secretarias, de modo que, na escala de suas áreas de influência, sejam desenvolvidas políticas e programas integrados e compartilhados entre os diversos agentes da governança envolvidos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foi identificada a falta de acessibilidade aos setores dos parques, incluindo sanitários, e de pavimentação dos locais de circulação.</li> </ul>	<p>Em 71% dos parques avaliados, foram observadas infraestruturas internas para promoção de acessibilidade universal parcial ou totalmente inadequadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Garantir uma rota acessível a todos os setores e equipamentos dos parques.</li> </ul>
<p>Foi observada a falta de acessibilidade nas portarias de acesso e calçadas adjacentes aos parques.</p>	<p>Em 75% dos parques avaliados não foram identificadas infraestruturas adequadas para promoção de</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Promover acessibilidade universal em todas as portarias dos parques.</li> </ul>

	<p>acessibilidade universal em seus acessos.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● A análise revelou carência de infraestrutura voltada à mobilidade ativa nas áreas de influência dos parques, como ciclovias, ciclofaixas e calçadas compatíveis com as diretrizes de acessibilidade.</li> </ul>	<p>Foi constatado que, em 76% dos parques, as calçadas presentes nas áreas de influência não garantiam acessibilidade plena, já que, no máximo, 75% delas apresentavam largura mínima adequada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conectar os parques através de uma malha cicloviária aos principais equipamentos públicos (como escolas, unidades de saúde e centros culturais) e aos eixos de transporte coletivo.</li> </ul>
	<p>Foi constatada a inexistência de infraestrutura cicloviária nas áreas de influência dos parques localizados, sobretudo, nas regiões periféricas da cidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Promover acessibilidade universal nas calçadas das áreas de influência dos parques conforme as normas técnicas vigentes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foi constatada a necessidade de manutenção e ampliação dos equipamentos nos espaços de brincar, com foco na inclusão de todas as faixas etárias e na promoção da acessibilidade.</li> </ul>	<p>Em 65% dos parques avaliados não foram identificados espaços dedicados a crianças e bebês.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Garantir que todos os parques tenham espaço de brincar que atenda a todas as faixas etárias e seja inclusivo a pessoas com deficiência e meninas, e que acolham as pessoas cuidadoras.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Verificou-se uma oferta limitada de equipamentos e estruturas esportivas e de saúde nos parques avaliados.</li> </ul>	<p>Os dados demonstraram que apenas 45% das pessoas que frequentavam os parques utilizavam o espaço para atividades físicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Garantir que todos os parques tenham equipamentos esportivos e de saúde que atendam e sejam usados por todos os segmentos populacionais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Constatou-se a inexistência ou desativação de sanitários, com maior incidência nos parques lineares.</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Verificou-se que os sanitários não dispunham de elementos voltados à promoção da inclusão, como acessibilidade universal, trocador infantil, chuveiros e vestiários.</li> </ul>	<p>Foi constatado que, em 90% dos parques, as infraestruturas voltadas para mulheres e meninas – como sanitários com trocador infantil, banheiros familiares, bebedouros e espaços descansar – estavam parcial ou totalmente inadequadas em relação à oferta e à manutenção.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Garantir que todos os parques tenham ao menos uma infraestrutura de sanitário, sendo essa acessível e inclusiva, além de instalar estruturas de suporte a práticas esportivas e de mobilidade ativa, tais como chuveiros e vestiários.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Constatou-se a ausência de sanitários com diferenciação de gênero.</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Verificou-se a insuficiência de espaços de estar adequadamente distribuídos ao longo do parque.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>● Garantir que todos os parques tenham espaços de descansar que considere os diferentes equipamentos existentes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Verificou-se a ausência de gradis em determinados pontos dos parques, possibilitando acessos irregulares e em horários não autorizados.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>● Identificar potenciais regularizações de acessos informais existentes nos parques, com o objetivo de garantir maior sensação de segurança e integração urbana.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Constatou-se elevada densidade de registros criminais na área de influência dos parques.</li> </ul>	<p>Observou-se alta incidência de ocorrências criminais nas áreas de influência dos parques, com maior concentração nas regiões Centro-Oeste e Leste.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Reforçar os mecanismos de vigilância e patrulhamento nas áreas adjacentes aos parques.</li> </ul>
<p>Nos parques, 45% das pessoas entrevistadas afirmaram que a principal contribuição para a sensação de insegurança é a</p>	<p>Observou-se a inexistência de uma estratégia de segurança capaz de garantir presença em todos os setores dos parques ao longo do dia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ampliar a vigilância ativa priorizando áreas com maior incidência criminal e sensação de insegurança.</li> </ul>

<p>baixa circulação de pessoas frequentadoras e funcionárias.</p>		
<p>● Foram identificados registros de assaltos e vandalismo concentrados em determinados pontos dos parques.</p>	<p>Foram registrados relatos de roubos e furtos por 43% das pessoas frequentadoras, além de 33% relatarem a ocorrência de atos de vandalismo.</p>	
<p>● Embora a maior parte das pessoas frequentadoras tenha declarado sentir-se segura nos parques, constatou-se que as mulheres relataram níveis mais elevados de insegurança em relação aos homens.</p>	<p>Mulheres relataram sentir-se mais inseguras nos parques em comparação aos homens.</p>	
<p>● Nos parques, 45% das pessoas entrevistadas atribuíram a sensação de insegurança à baixa circulação de pessoas frequentadoras e funcionárias.</p>	<p>Nos parques, 45% das pessoas entrevistadas atribuíram a sensação de insegurança à baixa circulação de pessoas frequentadoras e funcionárias.</p>	
<p>● Observou-se carência de bebedouros em pontos estratégicos dos parques.</p>	<p>N/A</p>	
<p>● Constatou-se descarte irregular de resíduos, incluindo lixo comum e dejetos de animais.</p>	<p>Apesar da baixa ocorrência de descarte irregular de resíduos, a presença de maus odores foi apontada pelas pessoas frequentadoras como um incômodo.</p>	<p>● ● Desenvolver medidas de adaptação climática direcionada aos parques com foco na eficiência energética, gestão hídrica, drenagem sustentável, gestão de resíduos e promoção de conforto ambiental às pessoas frequentadoras. Em paralelo, desenvolver ações de educação e comunicação ambiental para conscientização das pessoas frequentadoras.</p>
<p>● Observou-se carência de lixeiras em áreas estratégicas dos parques, comprometendo a gestão de resíduos.</p>		
<p>● Constatou-se a ausência de áreas protegidas para uso em condições climáticas adversas, como sol forte e chuvas.</p>	<p>A ausência de sombreamento natural ou artificial em equipamentos foi observada em 17% dos parques, afetando diretamente o conforto térmico e a permanência, especialmente em áreas infantis e esportivas.</p>	
<p>● Observou-se a ausência de sombreamento – natural ou artificial – em muitos setores dos parques.</p>		
<p>Constatou-se a escassez de ações estruturais de mitigação e adaptação climática nos parques, especialmente no que se refere às suas infraestruturas.</p>	<p>Observou-se baixa adesão às práticas de mitigação e adaptação climática nos parques municipais, com menos de 20% adotando medidas como eficiência energética, gestão hídrica, drenagem sustentável e plantio. A coleta seletiva destacou-se como a única ação amplamente implementada, presente em mais de 70% dos casos.</p>	
<p>Observou-se a necessidade de melhorar os índices de biodiversidade para que os parques possam desempenhar plenamente seu papel como área de conservação ecológica.</p>	<p>Em comparação com as demais regiões, as zonas Leste e Norte registraram os menores níveis de diversidade de fauna e flora. No caso da Região Leste, mesmo com a maior quantidade de parques municipais, os</p>	<p>● Implementar estratégias de conectividade ecológica e aumento da biodiversidade nos parques e entorno.</p>

	indicadores de biodiversidade permaneceram inferiores.	
Identificou-se a necessidade de integrar os parques à infraestrutura verde do entorno, a fim de fortalecer sua função ambiental e contribuir com a rede de drenagem.	No contexto da zona urbana, observou-se baixa conectividade entre os parques municipais e outras áreas verdes.	
A maior parte dos corpos hídricos identificados – como córregos e nascentes – apresentava sinais de poluição, comprometendo sua contribuição ao sistema de drenagem urbana.	Dentre os parques avaliados, 45% possuem corpos hídricos, o que leva à necessidade de estudo específico para verificação da qualidade destes sistemas, para que possa ser ampliada a contribuição destes elementos no sistema de drenagem urbana.	● Manter e fortalecer ações de conservação, limpeza e monitoramento da qualidade da água nos corpos hídricos. Em paralelo, desenvolver ações de educação e comunicação ambiental para conscientização das pessoas frequentadoras.
Identificou-se uma distribuição desigual entre os gêneros na equipe de pessoas funcionárias.	Constatou-se uma disparidade de gênero entre os agentes, sendo que apenas 27% da equipe era composta por mulheres.	● Fortalecer a equidade de gênero na equipe de pessoas funcionárias e seguranças, e capacitá-las para promover um ambiente seguro e acolhedor para as mulheres.
● A análise revelou a inexistência ou insuficiência de recursos de sinalização e comunicação, como placas de acesso, mapeamentos internos e avisos informativos.	Observou-se que as placas de identificação apresentavam inadequações em 96% dos parques, especialmente no que diz respeito à distribuição nas portarias, conservação e legibilidade.	● Desenvolver um plano de comunicação para parques municipais, que deverá conter: requisitos para implementação de elementos de comunicação visual inclusiva, estratégias para ampliação na divulgação de atividades, ferramentas para propagação de informações acerca de programas, políticas públicas e conscientização ambiental.
	Constatou-se que, em 77% dos parques, os elementos físicos de sinalização estavam em condições parcialmente adequadas ou inadequadas.	
● Apontou-se a carência de instrumentos de comunicação adequados à difusão das ações promovidas nos parques, prejudicando o engajamento comunitário.	Constatou-se que, em 63% dos parques, não se disponibilizavam informações atualizadas sobre eventos e atividades ao público.	
● Detectou-se a inexistência de estruturas essenciais, como banheiros e escritórios de administração, nos parques lineares.	N/A	● Implantar uma sede administrativa e infraestrutura de apoio nos parques, que poderá também incluir espaços adicionais de acordo com necessidades locais, tais como ambientes para a realização de cursos de educação ambiental, sala de reunião do conselho gestor e de associações locais.
● Foi observada uma fragilidade nos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do parque.	Verificou-se que, em 56% dos parques, os elementos de iluminação apresentavam condições de manutenção parcialmente adequadas ou inadequadas.	● Revisar e aprimorar os protocolos internos de solicitação, execução e monitoramento das manutenções preventivas e corretivas dos

	<p>Constatou-se que, em 44% dos parques, os equipamentos voltados a crianças e bebês encontravam-se em condições de manutenção parcial ou inadequada.</p>	<p>equipamentos e infraestruturas dos parques.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Constatou-se a ausência de mecanismos de gestão para acompanhamento da participação nos conselhos gestores, incluindo a atuação de representantes do poder público, bem como a inexistência de procedimentos voltados à mediação de conflitos e ao estímulo ao engajamento das pessoas participantes.</li> </ul>	<p>Identificou-se que, em 62% dos parques, os equipamentos esportivos estavam em condições de manutenção apenas parciais ou insatisfatórias.</p> <p>Constatou-se que uma grande parcela dos parques não contava com conselho gestor eleito, com destaque para a Região Sul – especialmente seu extremo – e para a Região Leste, onde 20 dos 33 parques não possuíam esse órgão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estabelecer mecanismos de acompanhamento de participação nos conselhos gestores, sendo a equipe de colegiados responsável por monitorar o nível engajamento e atuar na mediação de conflitos, com o objetivo de fortalecer a atuação dos conselhos.</li> <li>● Fortalecer os conselhos gestores, garantindo o exercício pleno das competências previstas no artigo 10 (Lei 15.910/2013), com clareza sobre seu papel na tomada de decisões e sua vinculação à gestão dos parques.</li> <li>● Assegurar a formação e engajamento contínuo do conselho gestor, a partir de oficinas, capacitações e canais de escuta, voltadas à qualificação da participação social e à valorização do papel das pessoas conselheiras.</li> </ul>
<p>Identificou-se a carência de ações de gestão com foco no envolvimento da comunidade local.</p>	<p>Em menos da metade dos parques foram identificadas atividades conduzidas pela comunidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fortalecer a governança comunitária e o vínculo entre a gestão dos parques e a comunidade por meio da implementação de estratégias de comunicação e integração comunitária que incluam a organização de encontros, cursos e capacitações.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Identificou-se uma lacuna na articulação dos parques com políticas, projetos e equipamentos públicos presentes em seu entorno.</li> </ul>	<p>Identificou-se uma alta potencialidade de integração entre os parques e os equipamentos públicos próximos, o que poderia viabilizar parcerias entre secretarias e uma programação conjunta de atividades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Integrar os parques com equipamentos públicos, áreas verdes, subprefeituras e diferentes secretarias, de modo que, na escala de suas áreas de influência, sejam desenvolvidas políticas e programas integrados e compartilhados entre os diversos agentes da governança envolvidos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pessoas no parque e área de influência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Acessibilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Verde e azul</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Segurança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Governança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Instalações e mobiliário</li> <li>● Conforto e saúde</li> </ul>

As recomendações da *Tabela 1* apresentam um conteúdo ainda generalista e não são suficientes para compor uma estratégia política uma vez que carecem de informações mais precisas, sobretudo relacionada aos meios de implementação, que será apresentado dentro da estrutura da teoria da mudança na seção seguinte. Conforme mencionado na *Seção 1- Introdução*, a partir das recomendações, o detalhamento das estratégias políticas foi estruturado dentro de três eixos descritos na *Figura 8* a seguir:

Figura 8: Eixos temáticos para estruturação das estratégias políticas



**Desenho urbano:** Envolve os aspectos físicos, espaciais e paisagísticos dos parques, considerando sua integração com o tecido urbano e a diversidade de usos, públicos e funções. As estratégias se relacionam com a transformação física dos espaços e elementos presentes nos parques municipais, a partir da adequação da infraestrutura existente ou da criação de novas instalações, o que requer recursos para o desenvolvimento de projetos e sua implementação.

**Gestão:** Diz respeito à administração estratégica e cotidiana dos parques, envolvendo os aspectos operacionais, financeiros, humanos e tecnológicos necessários para seu funcionamento contínuo. As estratégias envolvem transformações desejadas para a devida qualidade e apropriação dos parques por parte da população, por meio de uma gestão mais eficiente e articulada, tanto com a área de influência quanto com a própria Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).



**Governança:** Refere-se ao conjunto de arranjos institucionais, normativos e participativos que orientam a tomada de decisão, a formulação de políticas e a corresponsabilidade dos parques. As estratégias deste eixo estão relacionadas, sobretudo, às pessoas tomadoras de decisão, capazes de implementar novos arranjos institucionais a partir do estabelecimento de parcerias e da reestruturação interna de processos, recursos, prazos e atribuições.

Fonte: Elaboração ONU-Habitat

A seleção destes três eixos possibilitou o direcionamento das estratégias e sua adequação à estrutura institucional da SVMA, podendo assim atender às necessidades específicas das equipes que estão diretamente relacionadas a cada um dos eixos. Na seção seguinte será apresentada, além da estruturação das recomendações na metodologia da teoria da mudança, as articulações realizadas com responsáveis da Secretaria dentro de cada um dos eixos para a contribuição na elaboração das propostas.

## 2.2 Elaboração dos resultados

A partir da seleção dos elementos de diagnóstico mais recorrentes, provenientes da *Avaliação Específica de Espaços Públicos da Cidade* (conforme detalhado na *Etapa 2*, descrita na *Seção 2.1*) foram identificados 25 **temas centrais**, dentro de suas respectivas **dimensões**.

Esse exercício possibilitou a definição de 19 **resultados esperados**, de forma a contemplar as principais lacunas apontadas pelos diagnósticos, suas dimensões e seus 25 temas. Esses resultados, que expressam as mudanças almejadas, fazem parte da base metodológica estruturante do desenho das estratégias políticas, detalhadas ao longo da *Seção 3. Estratégias Políticas*.

Figura 9: Dimensões e temas centrais identificados nos diagnósticos, acompanhados da tabela com os resultados esperados elaborados a partir desses temas.

DIMENSÕES	TEMAS CENTRAIS	
Pessoas no parque e área de influência	Planos e programas	<p><b>R.01</b> Os parques são percebidos como mais seguros por mulheres e meninas.  <span>Percepção de segurança</span> <span>Acessos e delimitações</span></p> <p><b>R.02</b> As pessoas, especialmente aquelas que vivem na área de influência, conhecem a existência dos parques mais próximos, sabem localizá-los e identificá-los com facilidade, e têm acesso às informações relevantes, incluindo a programação de atividades.  <span>Comunicação e divulgação</span></p> <p><b>R.03</b> Os equipamentos do parque permanecem bem conservados ao longo do tempo.  <span>Manutenção</span></p> <p><b>R.04</b> As condições ecológicas dos corpos d'água dos parques estão melhoradas, contribuindo para a saúde ambiental e a biodiversidade local.  <span>Corpos hídricos</span></p> <p><b>R.05</b> São ofertadas, pela SVMA, por outras secretarias e por entidades comunitárias, atividades regulares alinhadas às necessidades e interesses da comunidade residente na área de influência dos parques.  <span>Planos e programas</span> <span>Programação regular de</span></p> <p><b>R.06</b> Todos os parques municipais de São Paulo possuem conselho gestor eleito e ativo, as pessoas conselheiras são engajadas e cientes das suas competências, e acompanham com maior frequência as reuniões.  <span>Conselho gestor</span></p> <p><b>R.07</b> Os parques são geridos de forma qualificada e eficiente, com impacto direto na melhoria dos serviços e na qualidade dos espaços para a população.  <span>Manutenção</span> <span>Qualidade do ar</span> <span>Descarte de resíduos</span></p> <p><b>R.08</b> As pessoas frequentadoras e os grupos comunitários da área de influência estão mais engajados na vida dos parques, participando das atividades, da gestão e dos processos de cuidado e preservação dos espaços.  <span>Governança comunitária</span></p> <p><b>R.09</b> Os parques oferecem atividades e equipamentos informativos de sensibilização e educação ambiental, fazendo com que as pessoas que os frequentam se conscientizem sobre a importância do meio ambiente e da necessidade de preservá-lo.  <span>Vulnerabilidade</span> <span>Vegetação, fauna silvestre e solo</span> <span>Descarte de resíduos</span></p>
	Programação regular de atividades	
	Vulnerabilidade	
Acessibilidade	Acessibilidade universal	
	Mobilidade ativa	
Instalações e mobiliário	Espaços de brincar	
	Instalações esportivas e de saúde	
	Banheiros, fraldários e vestiários	
	Espaços de descansar	
Segurança	Acessos e delimitações	
	Percepção de segurança	
	Segurança viária	
Conforto e ambiente	Qualidade do ar	
	Descarte de resíduos	
	Elementos de sombreamento	
	Vegetação, fauna silvestre e solo	
Verde e azul	Corpos hídricos	
	Conectividade ecológica	
	Medidas de mitigação e adaptação	
Governança	Comunicação e divulgação	
	Infraestrutura administrativa	
	Manutenção	
	Conselho gestor	
	Integração com espaços públicos e outros projetos	
	Governança comunitária	

**R.10** Os parques possuem e implementam planos de gestão de riscos socioambientais e de resiliência climática, com foco na proteção das pessoas, da infraestrutura e da biodiversidade.

Medidas de mitigação e adaptação    Qualidade do ar    Descarte de resíduos    Elementos de sombreamento

**R.11** Os parques situados em entornos de maior vulnerabilidade socioeconômica são tratados como prioridade em cronogramas de implementação de ações e políticas.

Vulnerabilidade    Planos e programas

**R.12** Os parques são entendidos como vetores de conectividade ecológica e favorecem o aumento da biodiversidade em toda a cidade.

Conectividade ecológica

**R.13** Os parques e suas áreas de influência contam com uma governança intersetorial que promove territórios mais integrados, seguros, acessíveis e sustentáveis.

Integração com espaços públicos e outros projetos

**R.14** Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida acessam os parques com maior frequência.

Acessibilidade universal

**R.15** Os parques são utilizados como espaços de convivência, lazer e fruição confortável e segura por crianças de todas as idades, gêneros e condições de mobilidade, assim como por suas pessoas cuidadoras.

Elementos de sombreamento    Acessibilidade universal    Espaços de brincar    Banheiros, fraldários e vestiários

**R.16** Os parques oferecem infraestruturas para a prática de atividades físicas e de cuidado com a saúde de forma acessível e inclusiva, beneficiando pessoas de diferentes idades, gêneros e condições de mobilidade.

Instalações esportivas e de saúde    Acessibilidade universal

**R.17** Os parques são frequentados em diferentes dias e horários por uma diversidade de pessoas, que permanecem por mais tempo com conforto, segurança e acesso a infraestrutura de qualidade.

Programação regular de    Banheiros, fraldários e vestiários    Percepção de segurança    Espaços de descansar

**R.18** Os parques dispõem de infraestrutura adequada e segura para a realização de reuniões e eventos, além de oferecer espaços de conforto, segurança e bem-estar para as pessoas trabalhadoras responsáveis da sua gestão e manutenção.

Infraestrutura administrativa

**R.19** Há rotas acessíveis e cicláveis dentro da área de influência do parque, integrando equipamentos públicos, transporte público e garantindo um acesso seguro e inclusivo aos parques.

Mobilidade ativa    Segurança viária

Fonte: Produção própria, ONU-Habitat

### 2.3 Teoria da mudança

Com base nas recomendações apresentadas na Seção 2.1, foi elaborado um plano de medição de impacto fundamentado na metodologia da teoria da mudança. O objetivo desse plano é assegurar que as recomendações sejam efetivamente implementadas nos territórios e que seus impactos possam ser monitorados e avaliados de forma sistemática e consistente.

A teoria da mudança tem como objetivo estabelecer uma conexão clara e lógica entre as atividades planejadas e os impactos socioambientais almejados (Lazzarini et al., 2022). Neste estudo, como etapa prévia à elaboração da teoria da mudança, cada recomendação foi desdobrada em uma ou mais atividades consideradas essenciais para sua concretização, de modo que essas atividades pudessem constituir o ponto de partida para a construção do fluxo lógico da teoria da mudança. A seguir, um exemplo ilustra a construção das atividades:

**Recomendação:** Garantir uma rota acessível a todos os setores e equipamentos dos parques.

Atividade 01: Realizar diagnóstico das rotas de circulação interna dos parques, identificando quais não cumprem com as normas de acessibilidade pertinentes.

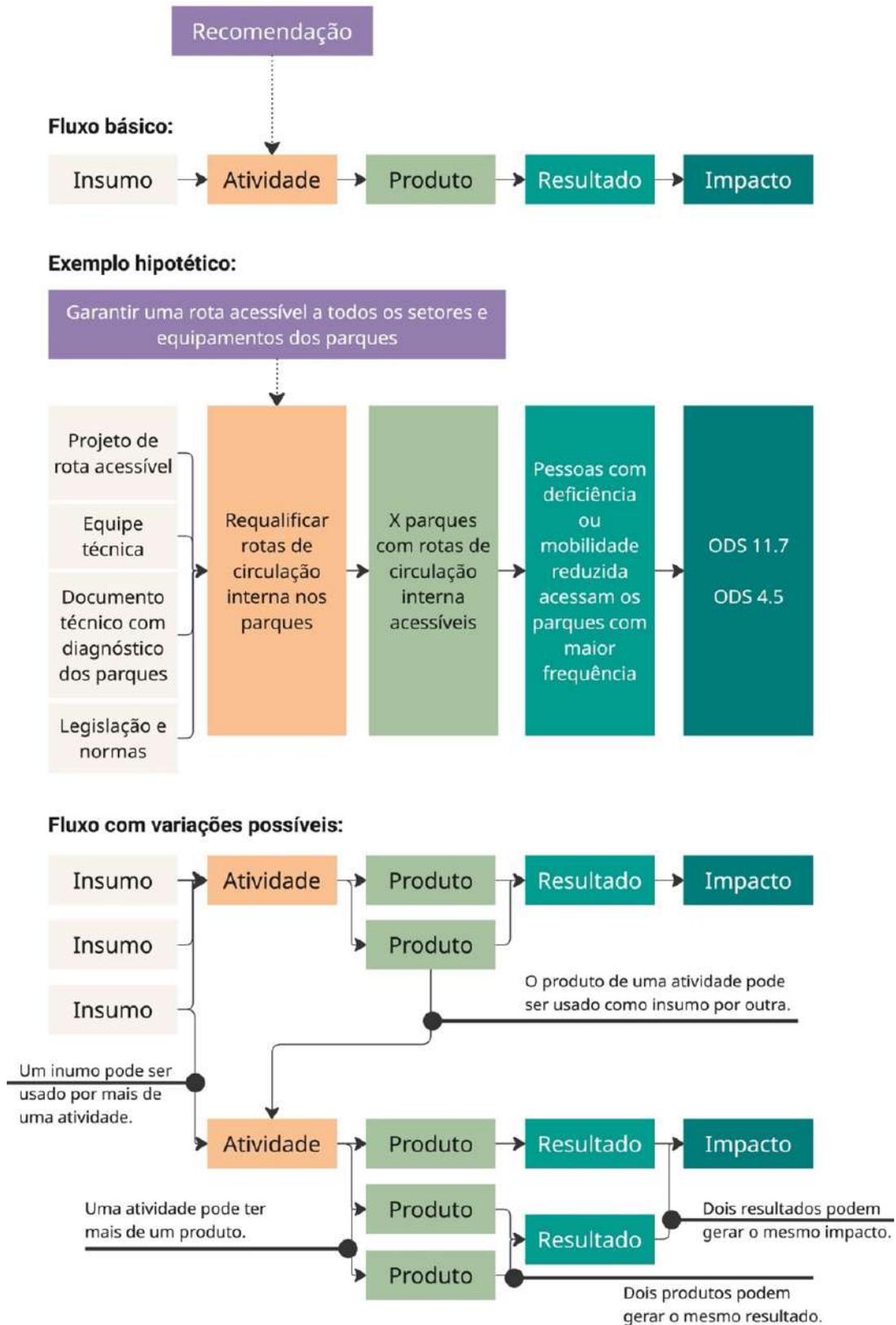
Atividade 02: Implantar ou requalificar rotas de circulação interna nos parques para garantir, na maior extensão possível, o acesso a todos os setores, em conformidade com as normas vigentes de acessibilidade universal.

A partir dessas atividades, estruturou-se a teoria da mudança do projeto, por meio de uma cadeia lógica que conecta:

- **Insumos:** recursos fundamentais para a implementação das atividades, como equipes técnicas, infraestrutura, equipamentos, instrumentos jurídicos institucionais, além de capacidades de gestão e planejamento;
- **Atividades:** ações práticas derivadas das recomendações do projeto;
- **Produtos:** entregas concretas resultantes da execução das atividades (ex.: serviços, estruturas, materiais);
- **Resultados:** mudanças percebidas pela sociedade a partir da oferta e utilização dos produtos gerados;
- **Impactos:** transformações socioambientais de longo prazo, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Assim, a teoria da mudança permite visualizar, de forma estruturada, o encadeamento entre as recomendações do projeto, as ações a serem executadas e os efeitos esperados, fortalecendo a lógica de intervenção e o monitoramento do desenvolvimento socioambiental nos territórios. Contudo, é importante reforçar que dificilmente um fluxo de teoria da mudança se comportará de forma linear, como é ilustrado o fluxo básico na *Figura 9*. Na prática variações acabam acontecendo, uma vez que produtos gerados pela atividade X podem ser usados como insumos pela atividade Y, um produto pode gerar dois resultados distintos, dentre outras variações possíveis.

Figura 10: Fluxo da teoria da mudança



Fonte: Elaboração ONU-Habitat

Na gestão pública, muitas ideias e propostas de melhoria já foram debatidas, o grande desafio está em como implementá-las de forma eficaz. Nesse contexto, a teoria da mudança se destaca por oferecer uma estrutura metodológica clara e orientada para a ação, que contribui para transformar diretrizes e recomendações em resultados concretos.

Para fundamentar as ações propostas por meio das atividades, as relações entre essas atividades, os produtos e os resultados esperados são justificados com base em teorias, estudos de caso e referências bibliográficas. Essas justificativas compõem o **quadro de relação lógica**, instrumento que frequentemente acompanha a teoria da mudança. Esse quadro contribui para conferir maior robustez e credibilidade à proposta, ao demonstrar que as conexões entre as ações e os impactos almejados são sustentadas por evidências e conhecimentos previamente consolidados.

Com a definição dos resultados esperados para cada atividade através da construção da teoria da mudança, torna-se essencial que a gestão pública desenvolva um **painel de métricas** para o monitoramento sistemático dos impactos a serem gerados. Essas métricas devem refletir, de forma objetiva e mensurável, as melhorias percebidas principalmente pela população-alvo, servindo como base para a tomada de decisões e o aperfeiçoamento contínuo das ações implementadas (Lazzarini et al., 2022).

Nesse contexto, os resultados previstos na teoria da mudança passam a funcionar como indicadores-chave de desempenho, permitindo avaliar a eficácia das intervenções realizadas e o grau de alcance dos objetivos socioambientais propostos. A *Seção 4. Monitoramento dos resultados* desse documento é dedicado a apresentar as métricas de cada resultado.

### **Exemplo de aplicação**

Resultado hipotético: Pessoas frequentadoras dos parques demonstram maior satisfação com a oferta de atividades disponíveis nos parques.

Métrica: Pontuação média de satisfação das pessoas usuárias (desagregada por gênero), obtida por meio de pesquisas qualitativas.

## **2.4 Aplicação da teoria da mudança e estratégias de monitoramento e avaliação**

No contexto da iniciativa Viva o Verde SP, foi definido que algumas etapas da teoria da mudança seriam construídas em oficinas técnicas junto às equipes da SVMA. Esse método de trabalho incluiu a capacitação das pessoas funcionárias na teoria da mudança e permitiu desenvolver propostas operacionalizáveis, com base no conhecimento e na experiência que as equipes possuem.

Foram organizados dois encontros com representantes da SVMA, um dedicado à aplicação da teoria da mudança e outro à construção das métricas de monitoramento. Para otimizar esses encontros, a equipe foi dividida em três eixos, que estruturam a estratégia política do projeto: desenho urbano, gestão e governança (ver *Seção 2.1*). No eixo de desenho urbano, foram convidadas as pessoas coordenadoras dos parques municipais, junto à diretora da Divisão de Implantação, Projeto e Obras (DIPO); no eixo de gestão, alguns gestores foram chamados, junto a representantes da Coordenação de Gestão de Colegiados (CGC) e da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DPGU); por fim, no eixo de governança, foram

convidados representantes dos setores de manutenção, diretorias e coordenadorias da DIPO (lista de participantes no Anexo 9.2).

### Encontro 01

O primeiro encontro teve como objetivo validar as atividades já elaboradas a partir das recomendações e construir, de forma conjunta, os insumos necessários para cada uma das atividades designadas ao respectivo eixo.

Para conduzir o encontro, foi elaborado um material teórico sobre a teoria da mudança, entregue a todas as pessoas participantes. Também foi realizada uma apresentação explicando o passo a passo da construção da teoria da mudança e detalhando cada uma das atividades previstas para o eixo. Nesse momento, as pessoas participantes puderam opinar sobre as atividades e identificar quais seriam os recursos essenciais para sua execução.

Figura 11: Registro do encontro 01 do eixo gestão



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Todas as indicações de insumos e alterações das atividades foram registradas pela equipe técnica que, após a reunião, organizou as informações e as incluiu no fluxo de teoria da mudança do respectivo eixo.

Essa construção colaborativa com representantes da SVMA foi de extrema importância para o desenvolvimento dos fluxos da teoria da mudança para cada eixo, pois possibilitou a consideração dos processos internos e a identificação dos desafios existentes, permitindo, assim, uma estruturação mais alinhada à realidade atual da Secretaria.

A fim de apresentar os resultados obtidos a partir da teoria da mudança e possibilitar a construção conjunta de métricas, foi realizado um segundo encontro por eixo junto às pessoas representantes da SVMA.



## Encontro 02

O segundo encontro teve como objetivo apresentar os resultados esperados e, a partir deles, formular coletivamente as métricas de monitoramento correspondentes. Foi enfatizada às pessoas participantes a importância de monitorar essas métricas para verificar se os resultados previstos com a execução das atividades estão, de fato, sendo alcançados.

Para conduzir o encontro, foi realizada uma apresentação do fluxo da teoria da mudança referente a cada eixo sendo trabalhado. A construção das métricas foi feita de forma colaborativa, com base em questionamentos como: *Como avaliar os impactos gerados por esse resultado? Já existe algum tipo similar de coleta sendo realizada? É viável implementar essa coleta? As pessoas do grupo concordam com a sugestão apresentada?*

Esse encontro permitiu a elaboração das métricas de monitoramento, que são apresentadas na *Seção 4- Monitoramento dos resultados*.

### 3. Estratégias políticas

Nesta seção, são apresentadas as estratégias políticas estruturadas com base na teoria da mudança, que foi utilizada como ferramenta metodológica para organizar propostas por meio de diagramas compostos por produtos, atividades e insumos necessários para alcançar os resultados esperados. Inicialmente, será detalhada a lógica de apresentação das estratégias, explicando de que forma a metodologia da teoria da mudança, descrita na Seção 2.3, foi apropriada e aplicada na sua construção. Em seguida, são apresentados os três eixos temáticos (desenho urbano, gestão e governança), cada um acompanhado por seu conjunto de diagramas esquemáticos contendo a descrição das respectivas estratégias políticas.

#### 3.1 Estrutura de apresentação das estratégias

Conforme descrito na Seção 2.3, as estratégias políticas foram desenhadas a partir do desenvolvimento da teoria da mudança. As estratégias estão organizadas em eixos, onde os **produtos**, as **atividades** e os **insumos** são apresentados a partir dos **resultados esperados** aos quais se vinculam. Essa abordagem parte do entendimento de que cada resultado é alcançado por meio do desenvolvimento de produtos e da execução integrada de atividades, que, portanto, não devem ser entendidas de forma isolada. Ainda assim, considerando a divisão temática dos eixos, um mesmo resultado pode estar associado a mais de um eixo, refletindo a natureza transversal de alguns resultados.

Os 19 **resultados** (R.00), apresentados ao longo dos três eixos, foram definidos a partir da análise dos temas centrais contidos nas dimensões das Avaliações executadas, conforme descrito na Seção 2.2. Diante do desenho de 19 resultados almejados, cada um desses resultados foi associado a um produto. Quando executados, esses produtos geram mudanças percebidas pela sociedade à medida que se materializam no território, sendo o resultado a consolidação dessas transformações. Dessa forma, diversos produtos podem contribuir para um mesmo resultado, quando compartilham o mesmo propósito social e territorial. Por isso, este relatório organiza os eixos a partir dos resultados, reunindo de forma integrada todas as atividades e produtos necessários para sua concretização. Vale destacar que um mesmo resultado pode aparecer em mais de um eixo. Contudo, sua efetivação depende do alcance integral dos produtos que o compõem em cada contexto.

Os **produtos** (P.00) apresentados nas estratégias tratam dos entregáveis decorrentes da execução das atividades. Usualmente, na ferramenta da teoria da mudança, aos produtos são atribuídos valores de linha base, medidos antes do início da implementação da estratégia, para permitir o estabelecimento de metas a serem alcançadas dentro de um período. Por exemplo, pode ser atribuído como valor de linha base que 30% dos parques são acessíveis, sendo definida como meta do produto que 60% dos parques sejam acessíveis no período de quatro anos. Contudo, o estabelecimento destes valores de meta deve ser definido de acordo com os planos de metas de governo, disponibilidade de recursos e horizonte de tempo considerado. Por isso, alguns produtos estão representados como “*número de parques (a definir)*”, ou seja, ainda pendente da definição das metas de governo. Como etapa futura, para que a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente possa efetivamente monitorar o atendimento dos produtos estabelecidos, deverão ser atribuídos valores às metas dos produtos.

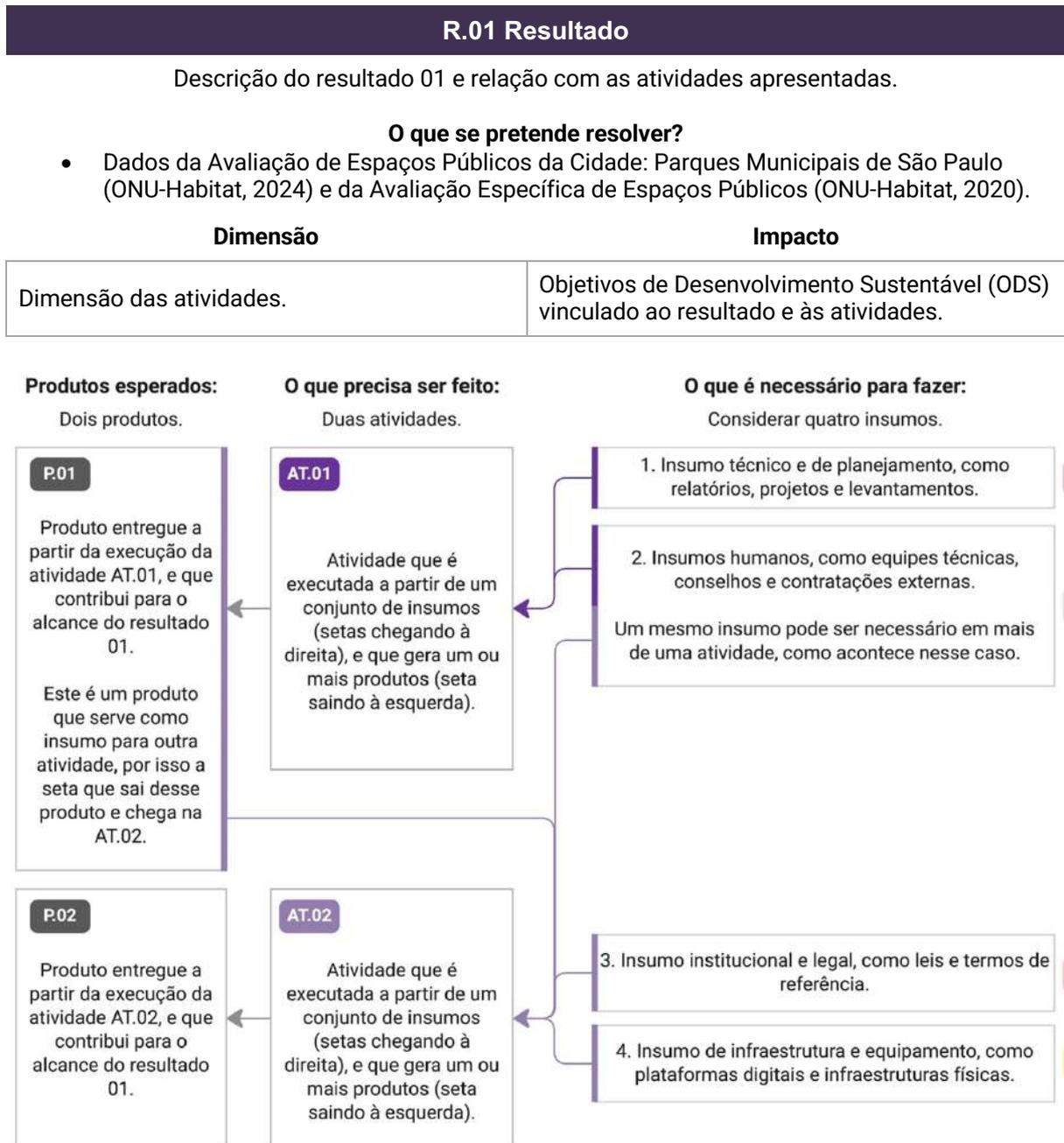
A apresentação das **atividades** (AT.00) propostas não contém atribuição de responsabilidade de execução a um setor ou responsável específico. Assim, como etapa posterior, deverá ser designado setor(es) ou pessoa(s) responsável pela realização de cada atividade, o que



poderá implicar em uma reestruturação interna, redistribuição das atribuições e/ou incremento de equipe interna ou terceirizada. Algumas atividades apresentadas carecem de aprofundamento quanto à sua forma de execução, sobretudo aquelas apresentadas no eixo de desenho urbano. Isso porque muitas dessas atividades estão relacionadas à adequação de infraestrutura nos parques, que podem ser executadas de forma pontual como uma ação de requalificação (ver Seção 3.2), ou então, de forma integrada a outras demandas e necessidades dos parques dentro de um projeto integral de requalificação.

Para os **insumos**, são apresentados os recursos humanos, técnicos, institucionais e de infraestrutura necessários para a execução das atividades. Os insumos financeiros, usualmente representados dentro da ferramenta da teoria da mudança, não foram diretamente considerados nesta proposta, pois entende-se que são muito variáveis, uma vez que podem ser obtidos com recursos próprios não financeiros (custo de oportunidade), ou podem demandar aquisições e contratações. Entende-se que, antes da definição orçamentária, deve ser realizada uma análise da estrutura organizacional, bem como o levantamento de recursos materiais disponíveis, para assim mensurar adequadamente os recursos financeiros necessários.

Figura 12: Exemplo de apresentação da teoria da mudança por resultado



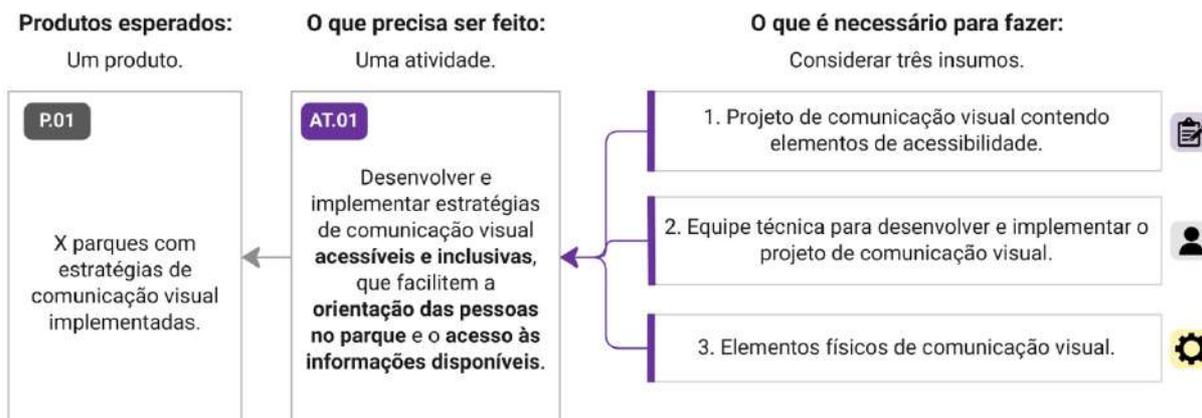
Fonte: Elaboração ONU-Habitat

A figura anterior ilustra um exemplo de apresentação dos resultados. Neste exemplo, duas atividades são apresentadas (AT.01 e AT.02), uma vez que essas atividades geram produtos que contribuem para o resultado 01. Todas as caixas que possuem uma das bordas coloridas representam os insumos – ainda que, em alguns casos, também sejam produtos. Esse recurso visual facilita a identificação de todos os recursos necessários para a execução das atividades associadas a cada resultado.

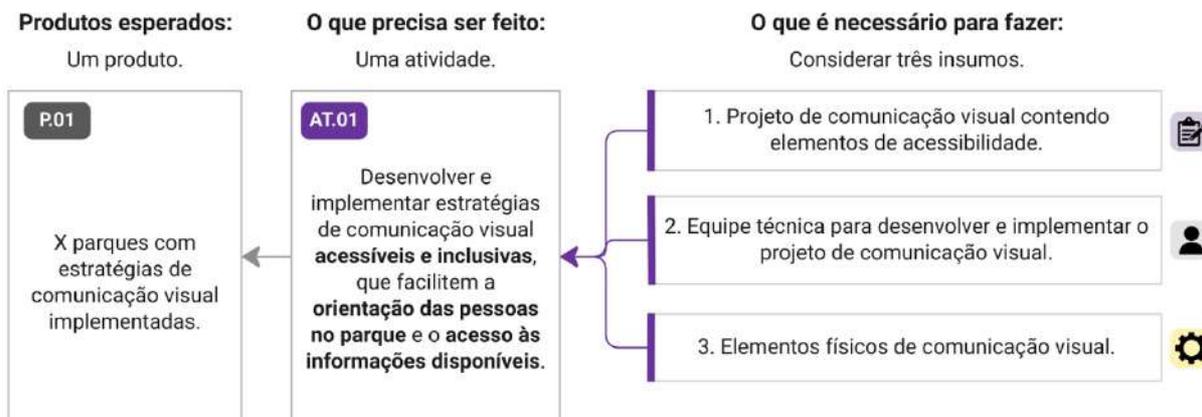
Vale destacar que algumas atividades aparecem mais de uma vez ao longo de um eixo. Isso acontece, pois, essas atividades, muitas vezes por serem abrangentes, geram produtos vinculados a mais de um resultado, o que se deve ao seu potencial de impacto ampliado, capaz de contribuir simultaneamente para diferentes resultados socioambientais.

Figura 13: Exemplo hipotético de atividade vinculada a dois resultados

**Resultado 01: Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida acessam os parques com maior frequência.**



**Resultado 02: Pessoas frequentadoras dos parques se sentem mais seguras, sabem se localizar melhor e tem maior conhecimento sobre as atividades que acontecem nos parques.**



Fonte: Elaboração ONU-Habitat

No exemplo acima (Figura 12) os aspectos de acessibilidade e inclusão da atividade e produto levam ao resultado 01, enquanto os aspectos de facilitação na orientação e acesso às informações desta atividade e produto levam ao resultado 02.

Após a apresentação de cada resultado, é apresentada uma tabela de **relação lógica**. Essa tabela reúne referências bibliográficas que fundamentam a vinculação entre as atividades descritas e o resultado esperado, de modo a evidenciar porque tais atividades são consideradas e os processos necessários para a sua concretização.

Figura 14: Exemplo de tabela de relação lógica

### Quadro de relação lógica do resultado 0

Para que o resultado esperado seja obtido, os produtos e as atividades propostas foram estruturados com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.01	Referência com fonte.
AT.02	Referência com fonte.

Fonte: Elaboração ONU-Habitat

Após a apresentação de todas as estratégias por eixo, na *Seção 4- Monitoramento dos resultados* são apresentadas métricas de monitoramento das propostas, vinculadas especificamente aos resultados. Trata-se de indicadores que permitem monitorar progressivamente o alcance dos resultados propostos, entendendo que o monitoramento das estratégias não deve se limitar somente a medir os resultados.

### 3.2 Termos do projeto

A seguir, são apresentados termos desenvolvidos pela equipe do Viva o Verde SP, utilizados em atividades descritas nos diferentes eixos do projeto. As definições visam garantir clareza conceitual e coerência na aplicação das ações propostas.

**Área de influência:** Área delimitada com base em um raio de até 15 minutos de caminhada, traçado a partir de um dos acessos do parque sobre a malha viária. É utilizada para representar o território potencialmente atendido pelo parque.

**Ações de requalificação:** Intervenções pontuais voltadas à implementação de equipamentos, infraestruturas ou setores em parques, que não exigem necessariamente a inclusão em uma licitação de requalificação ampliada. Essas ações podem ocorrer de forma independente, com foco em melhorias específicas.

**Calçadas adjacentes:** Trechos de calçamento localizados no entorno imediato dos parques, considerados fundamentais para garantir acessibilidade, segurança e continuidade no deslocamento de pedestres.

**Comunicação inclusiva:** Práticas e estratégias de comunicação que promovem o acesso à informação de forma clara, acessível e representativa para todas as pessoas, considerando diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade, condições físicas e contextos culturais. Inclui o uso de linguagem simples, recursos visuais acessíveis, sinalização universal e conteúdo que represente a diversidade da população usuária dos parques.

**Espaços esportivos:** Áreas destinadas à prática de atividades físicas e ao cuidado com a saúde, voltadas ao lazer ativo. Podem incluir pistas de caminhada, trilhas, academias ao ar livre (como as Academias da Terceira Idade – ATI), espaços para práticas corporais e demais estruturas de apoio. Também podem contar com infraestrutura complementar em sanitários,



como vestiários, chuveiros e banheiros com diferenciação de gênero, conforme as especificidades de cada parque.

**Espaços de descansar:** Áreas voltadas ao conforto e ao repouso das pessoas usuárias dos parques. Podem incluir bancos, mesas, redários, mobiliários de acolhimento para bebês, crianças e pessoas cuidadoras, além de espaços dedicados à amamentação. Contribuem para a permanência qualificada no parque.

**Espaços de permanência:** Áreas destinadas ao uso contínuo e prolongado das pessoas, oferecendo condições de conforto, acessibilidade e segurança para atividades como descanso, encontro, contemplação, leitura, alimentação ou lazer.

**Espaços de brincar:** Áreas projetadas para promover o brincar livre, criativo e seguro das crianças, estimulando a interação com a natureza e a apropriação do espaço público pela infância. Podem incluir brinquedos naturais, mobiliários interativos, elementos sensoriais e paisagismo voltado à exploração lúdica.

**Território-Parque:** Unidade de cogestão e planejamento territorial em escala local delimitada pela área de influência do parque que estabelece um perímetro de atuação e priorização de uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções entre comunidades, conselhos, agentes e equipamentos públicos próximos ao parque, articulados por meio de uma rede socioambiental.

### 3.3 Eixo desenho urbano

Figura 15: Registro do parque Jardim Prainha



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Os resultados esperados com a implementação das estratégias políticas no eixo de **desenho urbano** estão relacionados à transformação física dos espaços e dos elementos presentes nos parques municipais. A definição desses resultados surge a partir de diagnóstico e recomendações que demandam a adequação da infraestrutura existente ou a criação de novas instalações, o que requer recursos para o desenvolvimento de projetos e sua implementação.

Os aspectos levantados nas recomendações refletem a estruturação de ações voltadas para temas como: vulnerabilidade; acessibilidade universal; espaços de brincar; espaços esportivos e de saúde; banheiros, fraldários e vestiários; espaços de descansar; ocorrências criminais; acessos e delimitações; medidas de mitigação e adaptação; comunicação e divulgação; infraestrutura administrativa; e outras ações relacionadas à promoção da igualdade de gênero.

As atividades relacionadas ao desenho urbano, que surgem dessas recomendações, tratam, de forma majoritária, aspectos referentes ao interior do parque, mas também abrangem sua área de influência. É importante destacar que, tão importante quanto a realização de melhorias dentro do perímetro do parque, é garantir a adequação do seu entorno, que deve ser entendido como uma extensão do espaço público, e que é fundamental para a garantia de acessibilidade e vitalidade urbana no espaço público.

A seguir é apresentada a lista de recomendações que originaram as atividades do eixo:

Recomendações		
● Ampliar a oferta e diversidade de atividades de educação ambiental nos parques.		
● Desenvolver um plano de comunicação para parques municipais, que deverá conter: requisitos para implementação de elementos de comunicação visual inclusiva, estratégias para ampliação na divulgação de atividades, ferramentas para propagação de informações acerca de programas, políticas públicas e conscientização ambiental.		
● Garantir uma rota acessível a todos os setores e equipamentos dos parques.		
● Promover acessibilidade universal em todas as portarias dos parques.		
● Garantir que todos os parques tenham espaço de brincar que atenda a todas as faixas etárias e seja inclusivo a pessoas com deficiência e meninas, e que acolham as pessoas cuidadoras.		
● Garantir que todos os parques tenham equipamentos esportivos e de saúde que atendam e sejam usados por todos os segmentos populacionais.		
● Garantir que todos os parques tenham ao menos uma infraestrutura de sanitário, sendo essa acessível e inclusiva, além de instalar estruturas de suporte a práticas esportivas e de mobilidade ativa.		
● Garantir que todos os parques tenham espaços de descansar que considere os diferentes equipamentos existentes.		
● Ampliar a vigilância ativa priorizando áreas com maior incidência criminal e sensação de insegurança.		
● Identificar potenciais regularizações de acessos informais existentes nos parques, com o objetivo de garantir maior integração urbana.		
● Implantar uma sede administrativa e infraestrutura de apoio nos parques incluindo ambientes para a realização de cursos de educação ambiental, sala de reunião do conselho gestor e de associações locais.		
● Pessoas no parque e área de influência	● Acessibilidade	● Verde e azul
● Segurança	● Governança	● Instalações e mobiliário
		● Conforto e saúde

### 3.3.1 Estratégias de desenho urbano

A seguir são apresentadas as estratégias previstas para o eixo de **desenho urbano**, estruturadas em resultados esperados, produtos, atividades, insumos e métricas vinculadas.

## R.01 Os parques são percebidos como mais seguros por mulheres e meninas.

No eixo de desenho urbano, dentre outros aspectos físicos do parque, a percepção de segurança de mulheres e meninas se relaciona à presença de acessos seguros, que evitem entradas informais ao longo dos parques com gradil, e à comunicação visual inclusiva, que orienta, dá visibilidade, reduz riscos e promove acolhimento.

### O que se pretende resolver?

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, observou-se que as placas de identificação apresentavam inadequações em 96% dos parques, especialmente no que diz respeito à distribuição nas portarias, conservação e legibilidade;
- Constatou-se que, em 77% dos parques de toda a cidade, os elementos físicos de sinalização estavam em condições parcialmente adequadas ou inadequadas;
- Na avaliação específica verificou-se a ausência de gradis em determinados pontos dos parques, possibilitando acessos irregulares e em horários não autorizados.

Dimensões		Impacto			
Governança		ODS 4.5	ODS 5.2	ODS 11.7	
Segurança					

### Produtos esperados:

Três produtos.

**P.47**  
Documento técnico com levantamento dos acessos informais do parque.

**P.48**  
Número (a definir) de parques urbanos e de orla sem acessos informais.

### O que precisa ser feito:

Três atividades.

**AT.28**  
Realizar diagnóstico para identificar quais parques possuem acessos informais, quantificar esses acessos e mapear sua localização ao longo do perímetro dos parques.

**AT.29**  
Regularizar acessos informais, quando houver demanda comunitária e viabilidade técnica, garantindo acessibilidade e segurança. Quando inviável, realizar o fechamento desses acessos.

### O que é necessário para fazer:

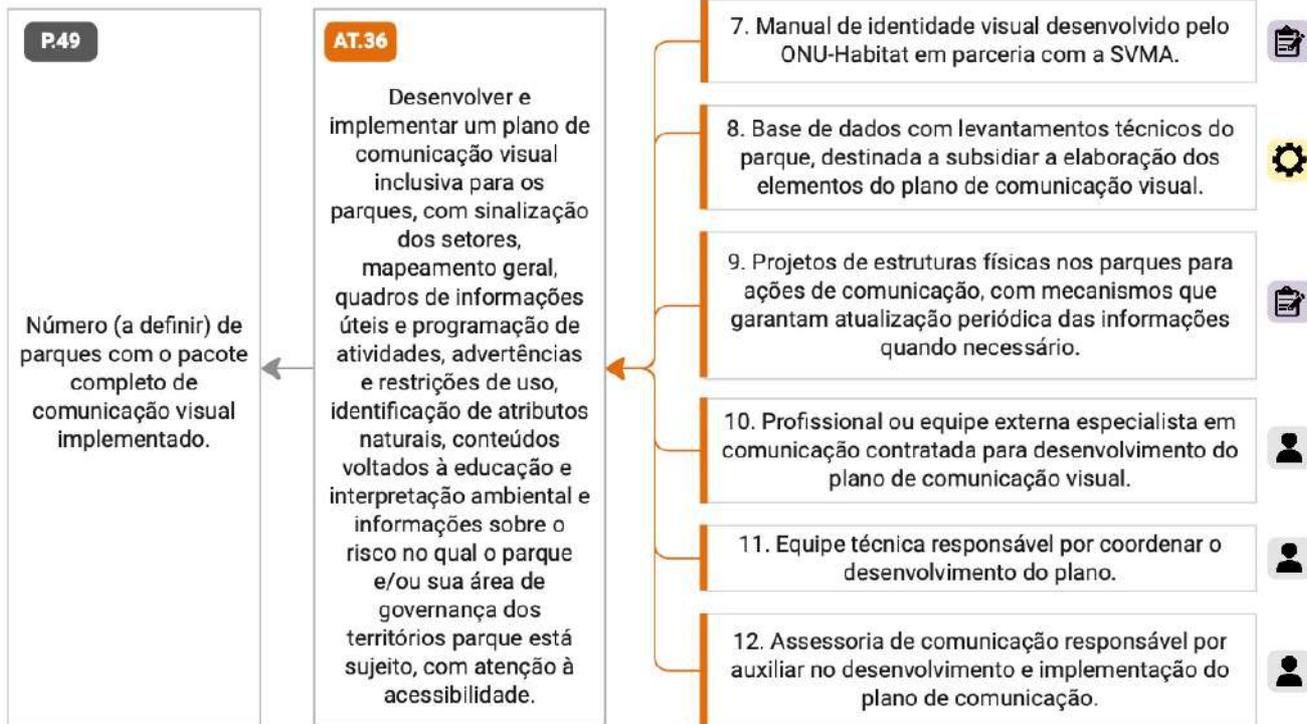
Considerar 12 insumos.

1. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque.
2. Equipe técnica responsável pela coleta de dados.
3. Documento técnico com sistematização de processo participativo sobre discussão de critérios para fechamento ou abertura dos acessos informais dos parques com partes interessadas.
4. Equipe técnica responsável por facilitar o processo participativo.
5. Projeto e orçamento ação de requalificação dos acessos incorporados e, quando necessário, projeto e orçamento para fechamento dos acessos informais.
6. Equipe técnica responsável por projeto e orçamento.

**Produtos esperados:**

**O que precisa ser feito:**

**O que é necessário para fazer:**



**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

**Quadro de relação lógica do resultado 01**

Para que os parques sejam percebidos como mais seguros por mulheres e meninas, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.29	"Entre os fatores espaciais que contribuem para a percepção de segurança estão visibilidade (ver e estar visível), clareza e rotas alternativas, eliminação de pontos cegos e mal iluminados (zonas de ansiedade), variedade de usos e presença de diversas pessoas" (Semeia; UNOPS, 2020, p. 38).
AT.36	"Diretrizes do Projeto: Desenvolver uma 'marca' ou identidade visual para o espaço público que seja inclusiva e acolhedora para mulheres, meninas e minorias sexuais e de gênero de todas as idades e habilidades. Idealmente, essa identidade visual deve ser desenvolvida com a participação de mulheres, meninas e minorias sexuais e de gênero da comunidade local e representada na sinalização, nas obras de arte e nos elementos de orientação do local" (World Bank, 2022, p.144, tradução nossa).

**R.02 As pessoas, especialmente aquelas que vivem na área de influência, conhecem a existência dos parques mais próximos, sabem localizá-los e identificá-los com facilidade, e têm acesso às informações relevantes, incluindo a programação de atividades.**

O conhecimento da população do entorno sobre os parques e sua programação está relacionado à comunicação visual inclusiva, que, por meio de sinalização, mapeamento e informações acessíveis, facilita o acesso às atividades e conteúdo do parque.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, apontou-se à carência de instrumentos de comunicação adequados à difusão das ações promovidas nos parques, prejudicando o engajamento comunitário.

Dimensão	Impacto		
● Governança	ODS 10.2	ODS 11.3	ODS 13.3

**Produtos esperados:**

Um produto.

**P.49**

Número (a definir) de parques com o pacote completo de comunicação visual implementado.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.36**

Desenvolver e implementar um plano de comunicação visual inclusiva para os parques, com sinalização dos setores, mapeamento geral, quadros de informações úteis e programação de atividades, advertências e restrições de uso, identificação de atributos naturais, conteúdos voltados à educação e interpretação ambiental e informações sobre o risco no qual o parque e/ou sua área de governança dos territórios parque está sujeito, com atenção à acessibilidade.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar seis insumos.

1. Manual de identidade visual desenvolvido pelo ONU-Habitat em parceria com a SVMA.
2. Base de dados com levantamentos técnicos do parque, destinada a subsidiar a elaboração dos elementos do plano de comunicação visual.
3. Projetos de estruturas físicas nos parques para ações de comunicação, com mecanismos que garantam atualização periódica das informações quando necessário.
4. Profissional ou equipe externa especialista em comunicação contratada para desenvolvimento do plano de comunicação visual.
5. Equipe técnica responsável por coordenar o desenvolvimento do plano.
6. Assessoria de comunicação responsável por auxiliar no desenvolvimento e implementação do plano de comunicação.

**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

## Quadro de relação lógica do resultado 02

Para que as pessoas do entorno saibam da existência do parque e sua oferta de programação, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.36	A comunicação, um reconhecido vetor para promoção da sustentabilidade socioambiental nos parques (Machado-, 2018), também pode ser utilizada como ferramenta de gestão capaz de promover conhecimento aliado ao engajamento social, com grande potencial de vivência e valorização da biodiversidade por parte da população. Em um contexto de baixa apropriação de parques municipais pelo público ao qual esses espaços se destinam, "um processo de comunicação bem estruturado pode ser o principal elo entre o tripé: poder público (formulador), áreas destinadas (meios) e sociedade civil (beneficiados)" (NEHME et al., 2014, p. 45, propiciando qualidade ambiental à população e interferindo diretamente na qualidade de vida das pessoas "por meio das funções sociais, ecológicas, estéticas e educativas, que elas exercem para a amenização das consequências negativas da urbanização" (BARGOS e MATIAS, 2011).

**R.09 Os parques oferecem atividades e equipamentos informativos de sensibilização e educação ambiental, fazendo com que as pessoas que os frequentam se conscientizem sobre a importância do meio ambiente e da necessidade de preservá-lo.**

Conteúdos educativos viabilizados por uma comunicação visual inclusiva permeada pelo parque, promovem a conscientização sobre a importância da preservação ambiental para as pessoas que os frequentam, contemplando assim a ampliação da sensibilização e educação ambiental.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, apontou-se a carência de instrumentos de comunicação adequados à difusão das ações promovidas nos parques, prejudicando o engajamento comunitário.

Dimensão	Impacto					
● Pessoas no parque e área de influência.	ODS 3.d	ODS 4.7	ODS 12.8	ODS 13.3	ODS 11.3	ODS 11.3

**Produtos esperados:**

Um produto.

**P.49**

Número (a definir) de parques com o pacote completo de comunicação visual implementado.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.36**

Desenvolver e implementar um plano de comunicação visual inclusiva para os parques, com sinalização dos setores, mapeamento geral, quadros de informações úteis e programação de atividades, advertências e restrições de uso, identificação de atributos naturais, conteúdos voltados à educação e interpretação ambiental e informações sobre o risco no qual o parque e/ou sua área de governança dos territórios parque está sujeito, com atenção à acessibilidade.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar seis insumos.

1. Manual de identidade visual desenvolvido pelo ONU-Habitat em parceria com a SVMA.
2. Base de dados com levantamentos técnicos do parque, destinada a subsidiar a elaboração dos elementos do plano de comunicação visual.
3. Projetos de estruturas físicas nos parques para ações de comunicação, com mecanismos que garantam atualização periódica das informações quando necessário.
4. Profissional ou equipe externa especialista em comunicação contratada para desenvolvimento do plano de comunicação visual.
5. Equipe técnica responsável por coordenar o desenvolvimento do plano.
6. Assessoria de comunicação responsável por auxiliar no desenvolvimento e implementação do plano de comunicação.

**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 09

Para que as pessoas que frequentam os parques se conscientizem sobre a importância do meio ambiente através de atividades e equipamentos informativos de sensibilização e educação ambiental, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.36	"Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (BRASIL, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).
	"A interpretação ambiental é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido" (ICMBio, 2018, p.14).

## R.14 Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida acessam os parques com maior frequência.

No eixo de desenho urbano, o maior acesso de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, crianças e idosos aos parques está ligado à adequação de rotas, calçadas, portarias e espaços inclusivos, garantindo acessibilidade universal e conforto para todos os públicos.

### O que se pretende resolver?

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, em 71% deles, foram observadas infraestruturas para acessibilidade universal no interior dos parques parcial ou totalmente inadequadas;
- Em 75% dos parques da cidade avaliados, as infraestruturas para acessibilidade universal no acesso aos parques não são adequadas;
- Nas avaliações específicas de 10 parques, foi revelada a falta de acessibilidade aos setores dos parques, incluindo sanitários, e de pavimentação dos locais de circulação;
- Nas avaliações específicas, foi constatada a necessidade de manutenção e ampliação dos equipamentos nos espaços de brincar, com foco na inclusão de todas as faixas etárias e na promoção da acessibilidade;
- Nas avaliações específicas, verificou-se que os sanitários não dispunham de elementos voltados à promoção da inclusão, como acessibilidade universal, trocador infantil, chuveiros e vestiários.

Dimensão	Impacto
<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: yellow;">●</span> Acessibilidade</li> <li><span style="color: green;">●</span> Instalações e mobiliário</li> </ul>	<div style="display: flex; align-items: center; gap: 20px;"> <div style="text-align: center;">  <p>ODS 11.7</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>ODS 4.5</p> </div> </div>

Figura 16: Registros da oficina prática de capacitação com a sociedade civil, realizada em 2023



Fonte: Acervo ONU-Habitat

**Produtos esperados:**

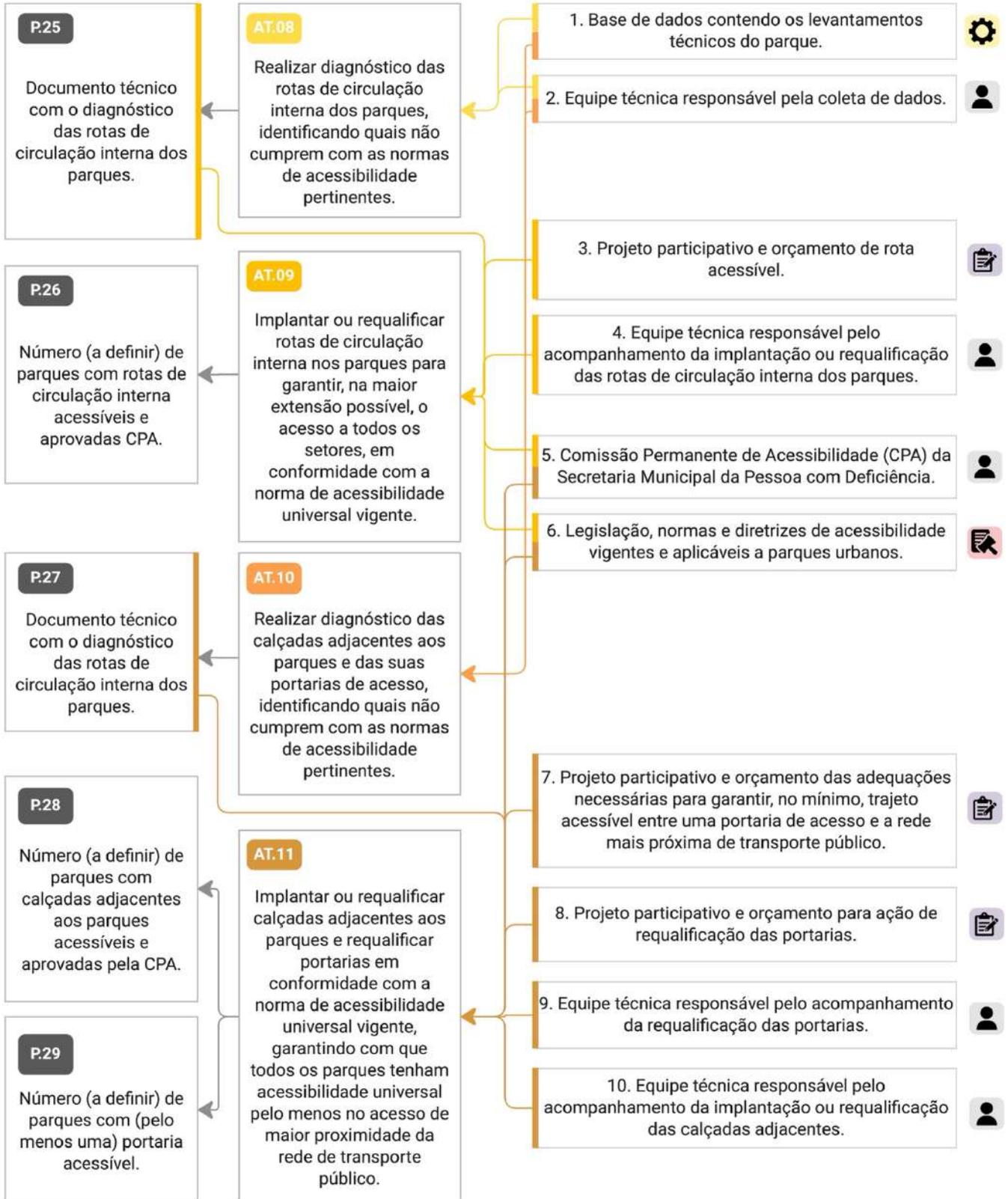
Oito produtos.

**O que precisa ser feito:**

Sete atividades.

**O que é necessário para fazer:**

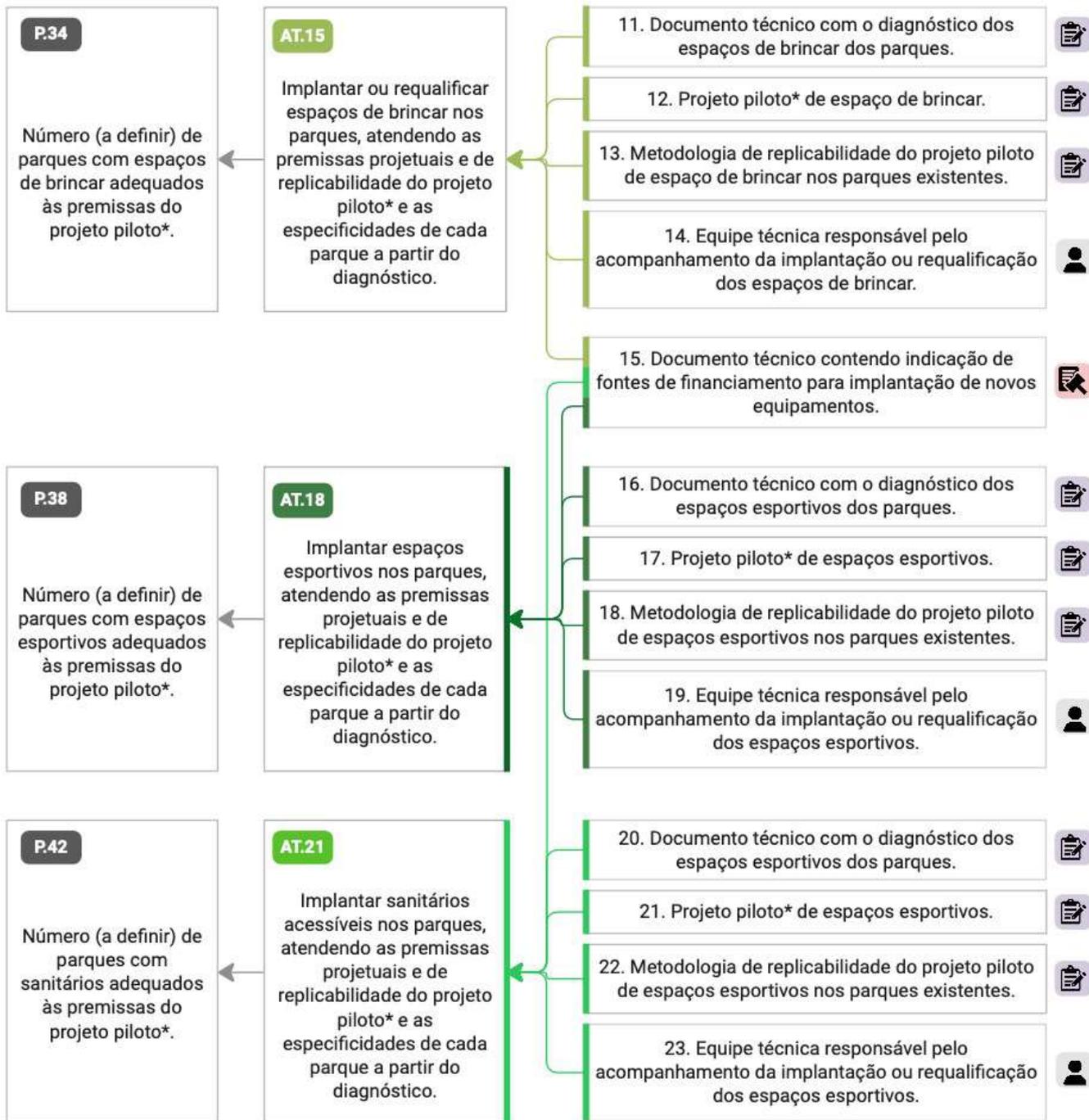
Considerar 23 insumos.



**Produtos esperados:**

**O que precisa ser feito:**

**O que é necessário para fazer:**



\* Atividades contendo as premissas dos projetos piloto descritas nos resultados 15, 16 e 17.

**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 14

Para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo crianças e pessoas idosas, acessem os parques com maior frequência, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.09	"Diretrizes do projeto: projetar todos os espaços públicos de forma a garantir acesso para pessoas com deficiência, crianças e idosos. Isso inclui o uso de materiais firmes no solo que sejam de fácil locomoção; rampas para vencer desníveis; e caminhos acessíveis para a maior parte do local, especialmente para os principais equipamentos, como banheiros, playgrounds, quadras esportivas e jardins" (Banco Mundial, 2022, p.144, tradução nossa).
AT.11	"Assegure o acesso igualitário a parques e espaços abertos enquanto serviços essenciais do bairro. Priorize transformações de ruas e praças, tornando-as exclusivas para pedestres em bairros que oferecem menos acesso a espaços públicos de qualidade para que as crianças tenham lugares próximos para brincar" (GDCl, 2019, p.25).
AT.15	<p>"Os espaços devem ser planejados no sentido de favorecer a autonomia e a socialização, contribuindo para atender às necessidades de diferentes grupos de pessoas frequentadoras e trabalhadoras do parque. Esses espaços devem ser inclusivos, isto é, devem ser projetados para todas as idades e tipos de pessoas que os utilizarão" (Semeia; UNOPS, 2020; p. 29).</p> <p>"Direitos da Criança e Princípios de Planejamento Urbano: Princípio 4 – Espaços Públicos: Oferecer espaços públicos e áreas verdes seguros e inclusivos para crianças e para a comunidade, onde possam se encontrar e participar de atividades ao ar livre" (UNICEF, 2018, p. 5, tradução nossa).</p>
AT.18	"Criar espaços públicos multifuncionais também pode contribuir positivamente para a coesão social, o senso de comunidade e o diálogo intergeracional. Por exemplo, combinar playgrounds para crianças com academias ao ar livre para pessoas idosas garante acessibilidade para todas as gerações e promove a inclusão" (UN-Habitat, 2025, p. 9-10, tradução nossa).
AT.21	"Além da facilidade de acesso a um espaço público a pé, de bicicleta ou por meio de transporte público, os espaços públicos devem ser projetados para atender plenamente às necessidades de residentes de todas as idades e habilidades, seguindo os princípios do desenho universal. O espaço público deve ser otimizado para garantir acessibilidade máxima (por exemplo, playgrounds adaptados para pessoas com deficiência, rampas com projeto e inclinação adequados – no máximo 10% –, iluminação e faixas táteis em faixas de pedestres; banheiros acessíveis e vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência; aplicação de contraste de cores nos elementos do projeto, abertura e visibilidade etc.)" (ONU-Habitat, 2024, p. 24, tradução nossa).

**R.15 Os parques são utilizados como espaços de convivência, lazer e fruição confortável e segura por crianças de todas as idades, gêneros e condições de mobilidade, assim como por suas pessoas cuidadoras.**

A convivência segura e confortável de crianças e suas pessoas cuidadoras é promovida pela implantação de espaços de brincar inclusivos e adequados a diferentes faixas etárias, além da presença de equipamentos essenciais, como sanitários acessíveis.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, em 65% dos parques avaliados não foram identificados espaços dedicados a crianças e bebês;
- Foi constatado que, em 90% dos parques da cidade, as infraestruturas que promovem maior permanência de crianças, mulheres e pessoas cuidadoras — como sanitários com trocador infantil, banheiros familiares, bebedouros e espaços de descanso — estavam parcial ou totalmente inadequadas em relação à oferta e à manutenção;
- Nas avaliações específicas, foi constatada a necessidade de manutenção e ampliação dos equipamentos nos espaços de brincar, com foco na inclusão de todas as faixas etárias e na promoção da acessibilidade.

Dimensão	Impacto
<p>● Instalações e mobiliário</p>	<p>  ODS 1.5            ODS 5.2         </p>

Figura 17: Registro da oficina bloco a bloco realizado no parque Anhanguera



Fonte: Acervo ONU-Habitat

**Produtos esperados:**

Nove produtos.

**O que precisa ser feito:**

Sete atividades.

**O que é necessário para fazer:**

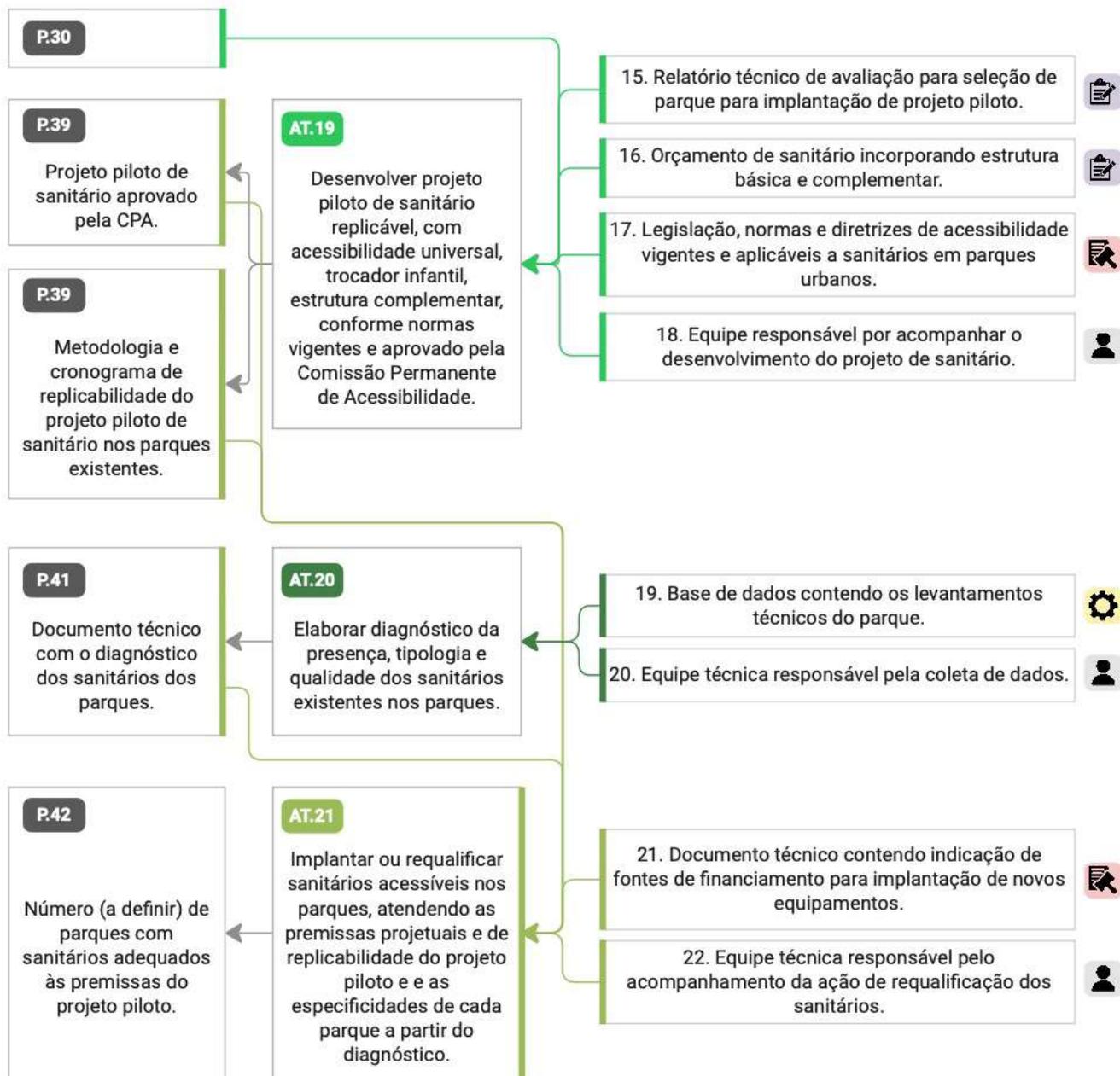
Considerar 22 insumos.



**Produtos esperados:**

**O que precisa ser feito:**

**O que é necessário para fazer:**



**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 15

Para que os parques promovam a convivência e a apropriação confortável e segura por crianças de todas as idades, gêneros e condições de mobilidade, assim como por suas pessoas cuidadoras, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.12	"Direitos da Criança e Princípios de Planejamento Urbano: Princípio 4 – Espaços Públicos: Oferecer espaços públicos e áreas verdes seguros e inclusivos para crianças e para a comunidade, onde possam se encontrar e participar de atividades ao ar livre" (UNICEF, 2018, p. 5, tradução nossa).
AT.13	
AT.15	"Os espaços devem ser planejados no sentido de favorecer a autonomia e a socialização, contribuindo para atender às necessidades de diferentes grupos de pessoas frequentadoras e trabalhadoras do parque. Esses espaços devem ser inclusivos, isto é, devem ser projetados para todas as idades e tipos de pessoas que os utilizarão" (Semeia; UNOPS, 2020; p. 29).
	"Diretrizes do Projeto: Incluir áreas de uso especial para grupos específicos, como playgrounds para crianças pequenas dentro do alcance visual e auditivo de espaços destinados a adultos" (Banco Mundial, 2022, p.144, tradução nossa).
	"Direitos da Criança e Princípios de Planejamento Urbano: Princípio 4 – Espaços Públicos: Oferecer espaços públicos e áreas verdes seguros e inclusivos para crianças e para a comunidade, onde possam se encontrar e participar de atividades ao ar livre" (UNICEF, 2018, p. 5, tradução nossa).
	"Os espaços públicos garantem a segurança das crianças e são planejados para prevenir riscos: espaços bem programados atraem crianças e outras pessoas para a realização de múltiplas atividades ao longo do dia, ampliando o controle social e a sensação de segurança" (UNICEF, 2018, p.99, tradução nossa).
AT.19	"Diretrizes do Projeto: Incluir banheiros limpos, seguros e acessíveis, com iluminação adequada e espaço para a troca de fraldas de crianças, em todos os projetos de design e parques públicos. Garantir opções adequadas para o descarte de produtos menstruais" (Banco Mundial, 2022, p.144).
AT.21	

**R.16 Os parques oferecem infraestruturas para a prática de atividades físicas e de cuidado com a saúde de forma acessível e inclusiva, beneficiando pessoas de diferentes idades, gêneros e condições de mobilidade.**

A prática acessível e inclusiva de atividades físicas e cuidados com a saúde nos parques é fortalecida pela oferta de espaços esportivos diversos, planejados para atender diferentes perfis de público, com qualidade e segurança, de modo a incentivar hábitos saudáveis.

**O que se pretende resolver?**

- A avaliação dos parques municipais de São Paulo revelou que apenas 45% das pessoas que frequentam os parques utilizam o espaço para atividades físicas;
- Na avaliação específica, verificou-se uma oferta limitada de equipamentos e estruturas esportivas e de saúde nos parques avaliados.

Dimensão	Impacto	
● Instalações e mobiliário	 ODS 11.7	 ODS 3.8

Figura 18: Registro de aula de futebol no parque Sete Campos



Fonte: Acervo ONU-Habitat

**Produtos esperados:**

Cinco produtos.

**P.30**  
Equipe técnica capacitada no desenvolvimento de projetos com foco em primeira infância, acessibilidade, inclusão de gênero e qualificação de espaços de permanência.

**P.35**  
Projeto piloto de espaços esportivos aprovado pela CPA.

**P.36**  
Metodologia de replicabilidade do projeto piloto de espaços esportivos nos parques existentes.

**P.37**  
Documento técnico com o diagnóstico dos espaços esportivos dos parques.

**P.38**  
Número (a definir) de parques com espaços esportivos adequados às premissas do projeto piloto.

**O que precisa ser feito:**

Quatro atividades.

**AT.12**  
Capacitar equipe técnica para o desenvolvimento de projetos com enfoque em primeira infância, acessibilidade, inclusão de gênero e qualificação de espaços de permanência, como áreas de descanso e convivência.

**AT.16**  
Desenvolver projeto piloto de espaços esportivos, elaborado de forma participativa, que seja replicável, acessível, que atenda a todos os públicos e aprovado pela Comissão Permanente de Acessibilidade.

**AT.17**  
Elaborar diagnóstico da presença, tipologia e qualidade dos equipamentos esportivos existentes nos parques.

**AT.18**  
Implantar ou requalificar espaços esportivos nos parques, atendendo as premissas projetuais e de replicabilidade do projeto piloto e as especificidades de cada parque a partir do diagnóstico.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar 14 insumos.

1. Termo de referência para contratação de profissional ou equipe externa especializada no desenvolvimento de projetos com enfoque em primeira infância, acessibilidade, inclusão de gênero e qualificação de espaços de permanência.

2. Roteiro metodológico, desenvolvido por profissional ou equipe externa contratada, para programa de capacitação incluindo material didático.

3. Profissional ou equipe externa contratada para desenvolvimento de capacitação.

4. Equipe técnica selecionada para ser capacitada.

5. Projeto de equipamentos esportivos que sejam lúdicos e diversos.

6. Equipe técnica responsável por desenvolver projeto de equipamentos esportivos incorporando sugestões diversificadas.

7. Legislação, normas e diretrizes de acessibilidade vigentes e aplicáveis a equipamentos esportivos em parques urbanos.

8. Relatório de processo participativo realizado com as partes interessadas, incluindo as devolutivas enviadas.

9. Orçamento de projeto incorporando sugestões diversificadas.

10. Comissão Permanente de Acessibilidade.

11. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque.

12. Equipe técnica responsável pela coleta de dados.

13. Documento técnico contendo indicação de fontes de financiamento para implantação de novos equipamentos.

14. Equipe técnica responsável pelo acompanhamento da implantação ou requalificação dos espaços esportivos.

**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 16

Para que os parques favoreçam a prática de atividades físicas e de cuidado com a saúde de forma acessível e inclusiva, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.12	"Eventos sociais e culturais, como festivais de rua, feiras de saúde, carnavais, celebrações do orgulho LGBTQIA+ e eventos esportivos, podem incentivar estilos de vida ativos, promover o engajamento comunitário, fortalecer o senso de pertencimento e oferecer oportunidades para relaxamento" (UN-Habitat, 2025, p.8, tradução nossa).
AT.16 AT.18	"Criar espaços públicos multifuncionais também pode contribuir positivamente para a coesão social, o senso de comunidade e o diálogo intergeracional. Por exemplo, combinar playgrounds para crianças com academias ao ar livre para pessoas idosas garante acessibilidade para todas as gerações e promove a inclusão." (UN-Habitat, 2025, p. 9-10, tradução nossa).

**R.17 Os parques são frequentados em diferentes dias e horários por uma diversidade de pessoas, que permanecem por mais tempo com conforto, segurança e acesso a infraestrutura de qualidade.**

A diversidade e a permanência de pessoas nos parques, em diferentes dias e horários, são favorecidas pela implantação de equipamentos que promovem conforto e acolhimento, como sanitários adequados e espaços de descanso acessíveis e confortáveis.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, foi constatado que, em 90% dos parques, as infraestruturas que promovem maior permanência de crianças, mulheres e pessoas cuidadoras — como sanitários com trocador infantil, banheiros familiares, bebedouros e espaços de descanso — estavam parcial ou totalmente inadequadas em relação à oferta e à manutenção;
- Nas avaliações específicas, verificou-se a insuficiência de espaços de estar adequadamente distribuídos ao longo do parque.

Dimensão	Impacto	
● Instalações e mobiliário	 ODS 11.7	 ODS 5.1

Figura 19: Registro do parque linear Bananal Canivete



Fonte: Acervo ONU-Habitat

**Produtos esperados:**

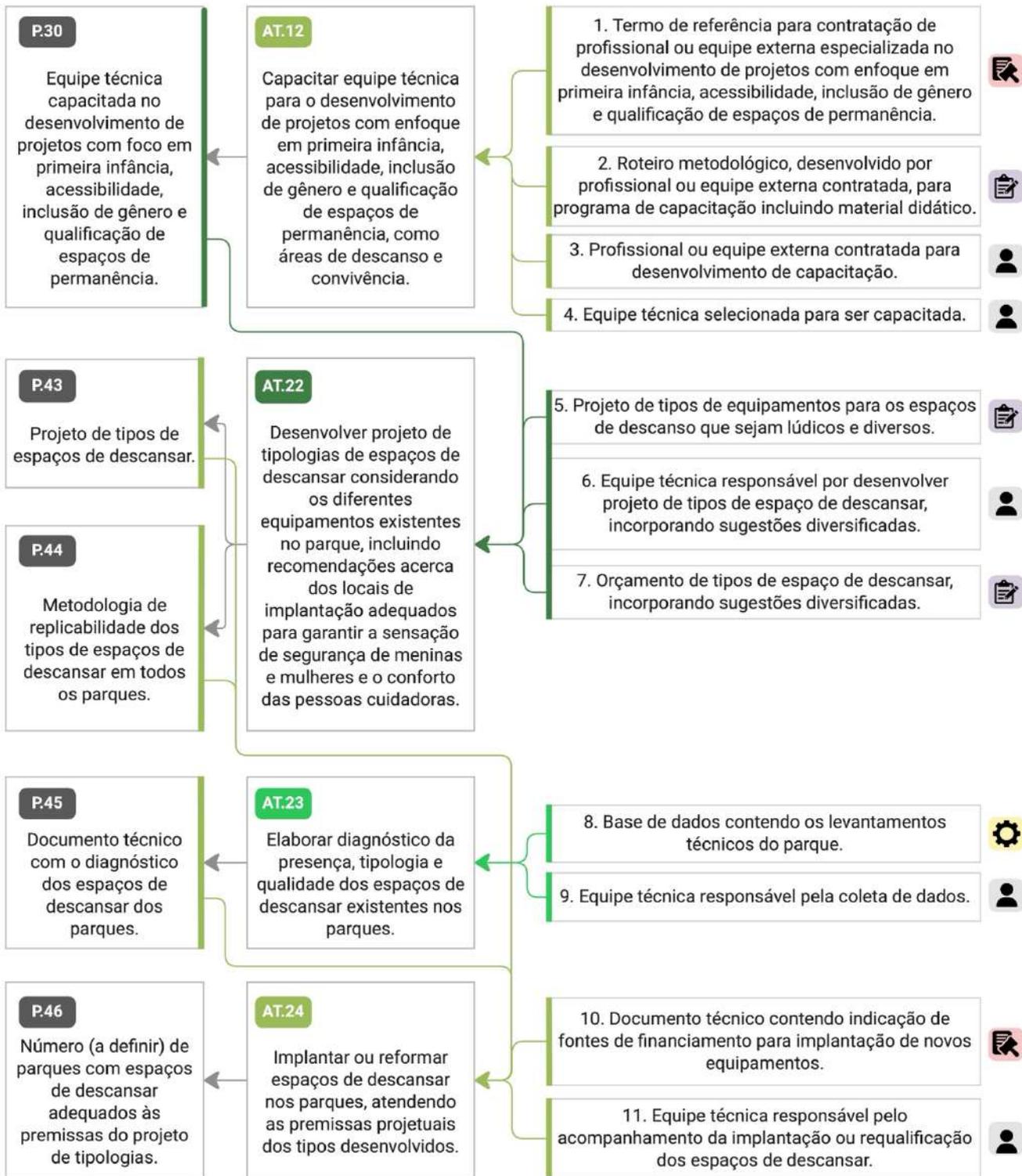
Cinco produtos.

**O que precisa ser feito:**

Quatro atividades.

**O que é necessário para fazer:**

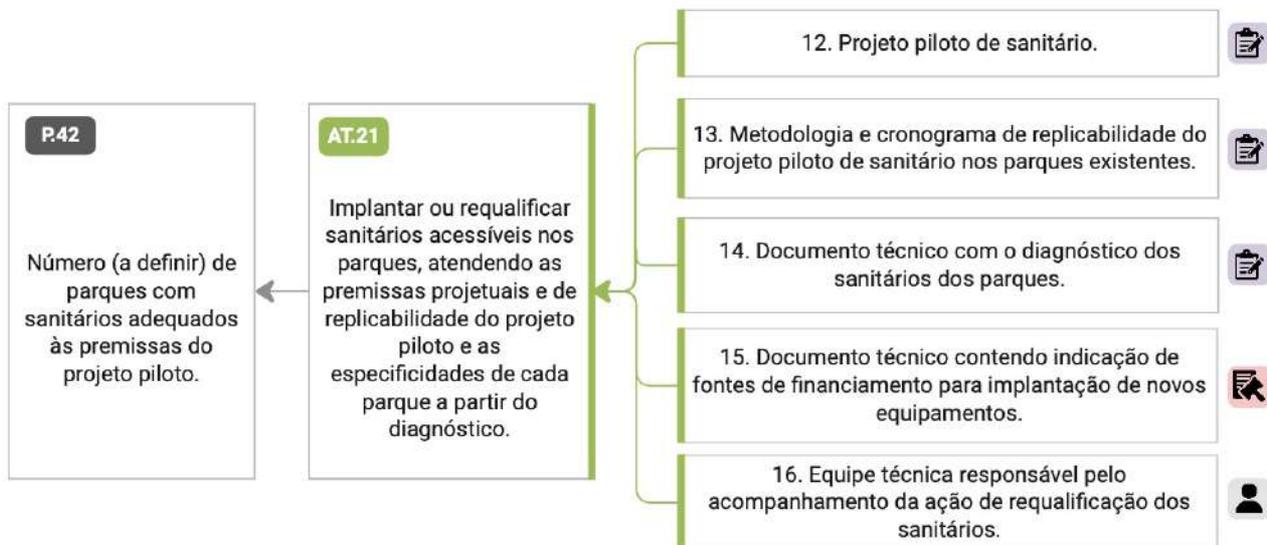
Considerar 14 insumos.



**Produtos esperados:**

**O que precisa ser feito:**

**O que é necessário para fazer:**



**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 17

Para que os parques sejam frequentados em diferentes dias e horários por uma diversidade de pessoas, que permanecem por mais tempo com conforto, segurança e acesso a infraestrutura de qualidade, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.21	"Estudos confirmam a necessidade de implementar as soluções mencionadas acima e o papel positivo da infraestrutura física adaptada em aumentar a disposição para visitar os espaços públicos (...). Sanitários acessíveis, restaurantes e sistemas de informação (em Braille e outros meios de comunicação não textuais) devem ser facilmente acessíveis a partir das trilhas e de qualquer outra parte do parque" (Wojnowska-Heciak et al., 2022, p.2, tradução nossa).
AT.12 AT.22 AT.23 AT.24	<p>"Diretrizes do projeto: projetar espaços passivos e áreas sombreadas com assentos para mulheres e pessoas cuidadoras que estejam acompanhando crianças, pessoas com deficiência e idosos, especialmente em locais onde se espera que as pessoas aguardem por mais de 15 minutos. Deve-se disponibilizar assentos a cada 100 metros, no mínimo" (Banco Mundial, 2022, p.144, tradução nossa).</p> <p>"O que as cidades podem fazer - parques: oferecer apoio e espaços para a amamentação em espaços públicos" (8 80 Cities; Fundação Bernard van Leer, 2017, p.51, tradução nossa).</p> <p>"Os assentos flexíveis são ideais para espaços maiores de pedestres, como ruas compartilhadas, ruas de pedestres e praças, onde ocorre uma mistura de atividades. As configurações flexíveis permitem que as pessoas se movam e mudem de assento conforme suas necessidades, se acomodem em grupos ou individualmente, acessem o sol ou a sombra e escolham um ponto de vista para observar outras atividades ou ver as crianças brincando" (GDCl, 2019, p.119).</p>

**R.18 Os parques dispõem de infraestrutura adequada e segura para a realização de reuniões e eventos, além de oferecer espaços de conforto, segurança e bem-estar para as pessoas trabalhadoras responsáveis da sua gestão e manutenção.**

A garantia de um espaço adequado para a gestão dos parques, com infraestrutura acessível para reuniões, cursos e eventos, é assegurada pela implantação ou requalificação de sedes administrativas.

**O que se pretende resolver?**

- Nas avaliações específicas, detectou-se a inexistência de estruturas essenciais, como banheiros e escritórios de administração, nos parques lineares.

Dimensão	Impacto
Governança	ODS 8.8            ODS 12.8

**Produtos esperados:**

Dois produtos.

**P.50**  
Documento técnico com o diagnóstico das sedes administrativas dos parques.

**P.51**  
Número (a definir) de parques, incluindo os lineares, com sede administrativa acessível.

**O que precisa ser feito:**

Dois atividades.

**AT.38**  
Elaborar diagnóstico da presença e qualidade das sedes administrativas existentes nos parques.

**AT.39**  
Implantar ou requalificar sede administrativa acessível em todos os parques, contemplando, sempre que possível, sala para a gestão, ambientes com infraestrutura necessária para a realização de cursos educativos e reuniões, banheiros com vestiários, depósito e copa.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar quatro insumos.

1. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque.
2. Equipe técnica responsável pela coleta de dados.

3. Projeto e orçamento de sede administrativa, com participação da sociedade civil e em conformidade com as normas de acessibilidade.

4. Equipe técnica responsável pelo desenvolvimento do projeto de sede administrativa e acompanhamento da implantação ou requalificação.

**Categoria de Insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 18

Para que os parques disponham de infraestrutura adequada e segura para a realização de reuniões e eventos, além de oferecer espaços de conforto, segurança e bem-estar para as pessoas trabalhadoras responsáveis por sua gestão e manutenção, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.29	"Áreas verdes que separaram suas funções de manutenção diária da gestão geral tiveram mais dificuldade em oferecer serviços de qualidade e eficiência do que aqueles que as unificaram. A separação pode levar a prioridades conflitantes, falhas de comunicação e falta de familiaridade com as operações cotidianas, além de reforçar uma mentalidade de compartimentalização. Quando os serviços são integrados, é mais provável que as prioridades sejam compartilhadas e que haja uma melhor defesa dos interesses do serviço" (CABE, 2010, p. 7).

### 3.3.2 Visão consolidada de desenho urbano

De modo geral, e no âmbito das estratégias apresentadas, espera-se que a requalificação física dos parques municipais contribua diretamente para uma série de resultados. Entre os principais, destacam-se:

- a promoção da acessibilidade universal em diferentes setores e equipamentos dos parques;
- a criação de espaços confortáveis, seguros e acessíveis para todos os públicos;
- a incorporação de projetos concebidos a partir de premissas de inclusão e acessibilidade, respeitando as especificidades locais;
- a implementação de uma comunicação inclusiva e de estratégias eficazes de divulgação do parque e de suas atividades;
- o fortalecimento das ações de educação ambiental;
- a consolidação de espaços públicos com infraestrutura de qualidade, capazes de acolher uma diversidade de usos e atividades.

A transformação dos elementos físicos deve refletir um compromisso com a inclusão de todas as faixas etárias, identidades de gênero, raças e condições de mobilidade, promovendo o uso pleno, seguro e equitativo dos espaços públicos.

A análise dos insumos mais recorrentes evidencia a centralidade dos recursos humanos, técnicos e de planejamento. Destaca-se a importância de ampliar o quadro de profissionais da Divisão de Implantação, Projetos e Obras (DIPO) da SVMA, bem como de investir na capacitação contínua das equipes técnicas. Essas formações devem ser orientadas ao desenvolvimento, acompanhamento e implementação de projetos sensíveis à diversidade de perfis, usos e necessidades das pessoas usuárias, com foco na inclusão e na acessibilidade, e na gestão e financiamento sustentáveis dos parques. Isso abrange todas as etapas do processo, como o diagnóstico situacional, a elaboração de projetos executivos e a orçamentação.

É igualmente importante ressaltar a relevância de insumos que, embora menos frequentes, são críticos para o alcance dos resultados esperados. É o caso da realização de vínculos institucionais e documentação legal necessária por parte da SVMA para contratar serviços externos, como consultorias especializadas, monitorias nos parques e assessorias técnicas, que possam qualificar o desenvolvimento e a execução dos projetos e atividades. Além disso, é fundamental que a SVMA atue ativamente em processos de revisão normativa, de forma a ampliar as possibilidades jurídicas para a proposição e diversificação de equipamentos urbanos – especialmente aqueles voltados a espaços de brincar e de descanso.

A publicação *Healthier Cities and Communities Through Public Spaces – A Guidance Paper* (UN-Habitat, 2025) destaca que espaços públicos multifuncionais podem fortalecer a coesão social, o senso de pertencimento comunitário e o diálogo intergeracional. Nesse contexto, atividades como as de número 12, 15, 18, 21 e 39 – voltadas à implementação ou requalificação de espaços de brincar, equipamentos esportivos, sanitários acessíveis, áreas de descanso e sedes administrativas – contribuem simultaneamente para diversos objetivos: da promoção da inclusão e da saúde ao fortalecimento dos vínculos comunitários com os parques. Essa transversalidade potencializa os impactos sociais e ambientais das intervenções, reforçando sua relevância estratégica.

A qualificação dos parques municipais, portanto, exige uma abordagem integrada, que articule o conhecimento local com dados atualizados obtidos por meio de diagnósticos

quantitativos e qualitativos. Torna-se, assim, imprescindível a realização de atividades voltadas à produção de diagnósticos que subsidiem propostas compatíveis com as características e necessidades de cada território, como as que são apontadas nesta Seção. A abordagem proposta busca integrar o desenvolvimento de projetos com estratégias de implantação e requalificação, priorizando a acessibilidade e a adoção de soluções de comunicação visual, tanto no interior dos parques quanto em seus acessos. O desenho urbano desses espaços requer, portanto, uma visão sistêmica e integrada, pois esses elementos são fundamentais para promover o reconhecimento, a apropriação e o uso cotidiano dos parques pela população – reafirmando seu papel estratégico na política urbana.

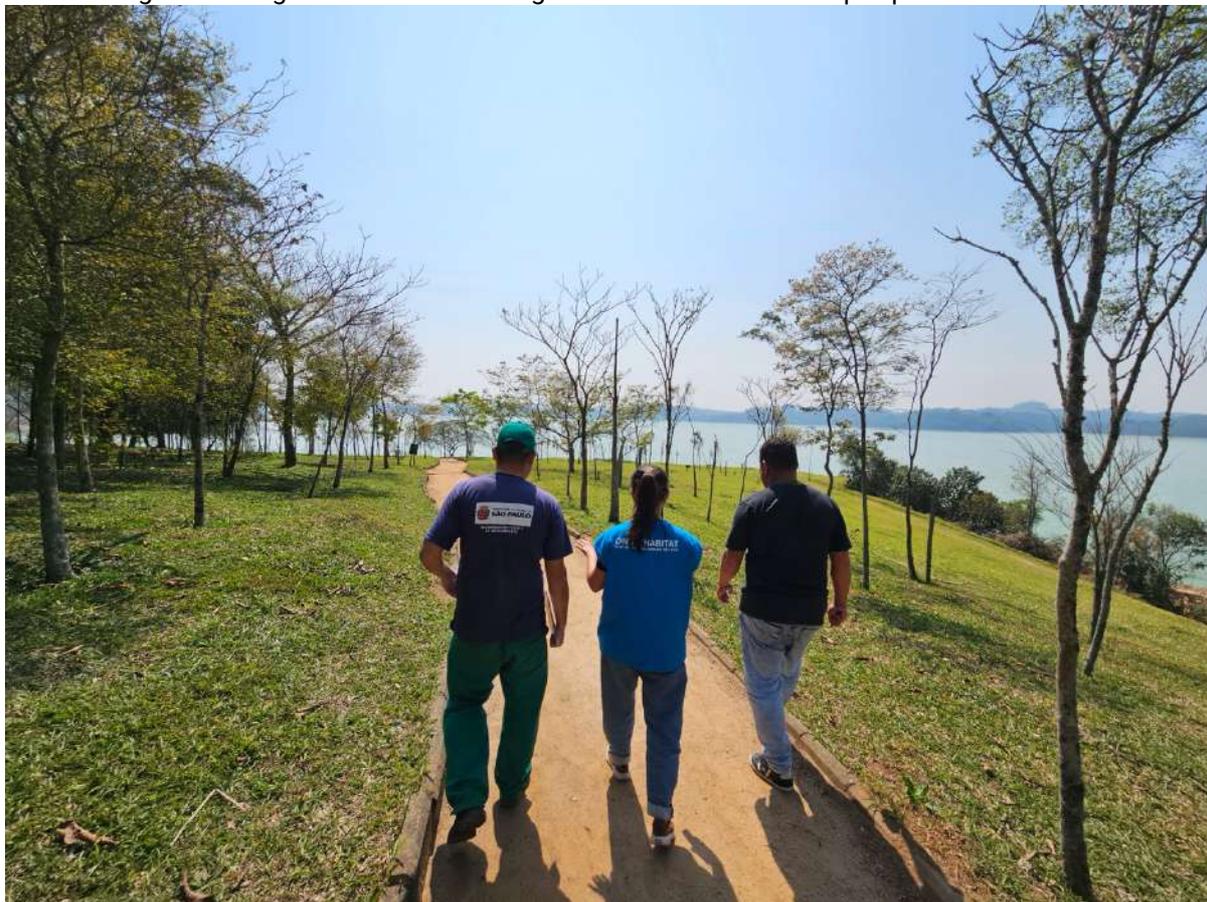
Figura 20: Registro de oficina com servidores no parque Anhanguera



Fonte: Acervo ONU-Habitat

### 3.4 Eixo gestão

Figura 21: Registro de oficina com gestor e trabalhadores no parque Jardim Prainha



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Os resultados esperados com a implementação das atividades do eixo **gestão** referem-se às transformações desejadas na apropriação e na qualidade dos parques, por meio de uma gestão mais eficiente e articulada, tanto com a área de influência quanto com a própria SVMA. Esses resultados foram definidos com base nos produtos esperados de cada atividade proposta no eixo, alinhados às recomendações que foram desenhadas a partir dos diagnósticos mais incidentes nas avaliações da escala da cidade e específicas.

As atividades propostas no eixo gestão derivam de recomendações voltadas a suprir lacunas estruturais na administração dos parques. Nesse sentido, propõe-se uma nova forma de sistematizar e orientar o trabalho das pessoas gestoras, por meio da criação de um relatório mensal de gestão, da oferta de capacitações, da ampliação do diálogo com a comunidade do entorno e do fortalecimento do engajamento dos conselhos gestores.

A seguir, é apresentada uma tabela contendo exclusivamente as recomendações relacionadas ao eixo de gestão:

## Recomendações

- Ampliar a oferta e diversidade de atividades de educação ambiental nos parques.
- Ampliar a oferta de atividades realizadas nos parques, de forma a atender aos diversos perfis sociais.
- Manter e fortalecer ações de conservação, limpeza e monitoramento da qualidade da água nos corpos hídricos.
- Revisar e aprimorar os protocolos internos de solicitação, execução e monitoramento das manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos e infraestruturas dos parques.
- Desenvolver um plano de comunicação para parques municipais, que deverá conter: requisitos para implementação de elementos de comunicação visual inclusiva, estratégias para ampliação na divulgação de atividades, ferramentas para propagação de informações acerca de programas, políticas públicas e conscientização ambiental.
- Estabelecer mecanismos de acompanhamento de participação nos conselhos gestores, sendo a equipe de colegiados responsável por monitorar o nível engajamento e atuar na mediação de conflitos, com o objetivo de fortalecer a atuação dos conselhos.
- Fortalecer os conselhos gestores, garantindo o exercício pleno das competências previstas no artigo 10 da Lei Municipal de São Paulo nº 15.910/2013, com clareza sobre seu papel na tomada de decisões e sua vinculação à gestão dos parques.
- Assegurar a formação e engajamento contínuo do conselho gestor, a partir de oficinas, capacitações e canais de escuta, voltadas à qualificação da participação social e à valorização do papel das pessoas conselheiras.
- Fortalecer a governança comunitária e o vínculo entre a gestão dos parques e a comunidade por meio da implementação de estratégias de comunicação e integração comunitária que incluam a organização de encontros, cursos e capacitações.
- Ampliar a vigilância ativa priorizando áreas com maior incidência criminal e sensação de insegurança.
- Fortalecer a equidade de gênero na equipe de pessoas funcionárias e seguranças, e capacitá-las para promover um ambiente seguro e acolhedor para as mulheres.
- Desenvolver medidas de adaptação climática direcionada aos parques.

● Pessoas no parque e área de influência	● Acessibilidade	● Verde e azul
● Segurança	● Governança	● Instalações e mobiliário
		● Conforto e saúde

### 3.2.1 Estratégias de gestão

A seguir são apresentadas as estratégias previstas para o eixo de **gestão**, estruturadas em resultados esperados, produtos, atividades, insumos, relação lógica e métricas vinculadas.

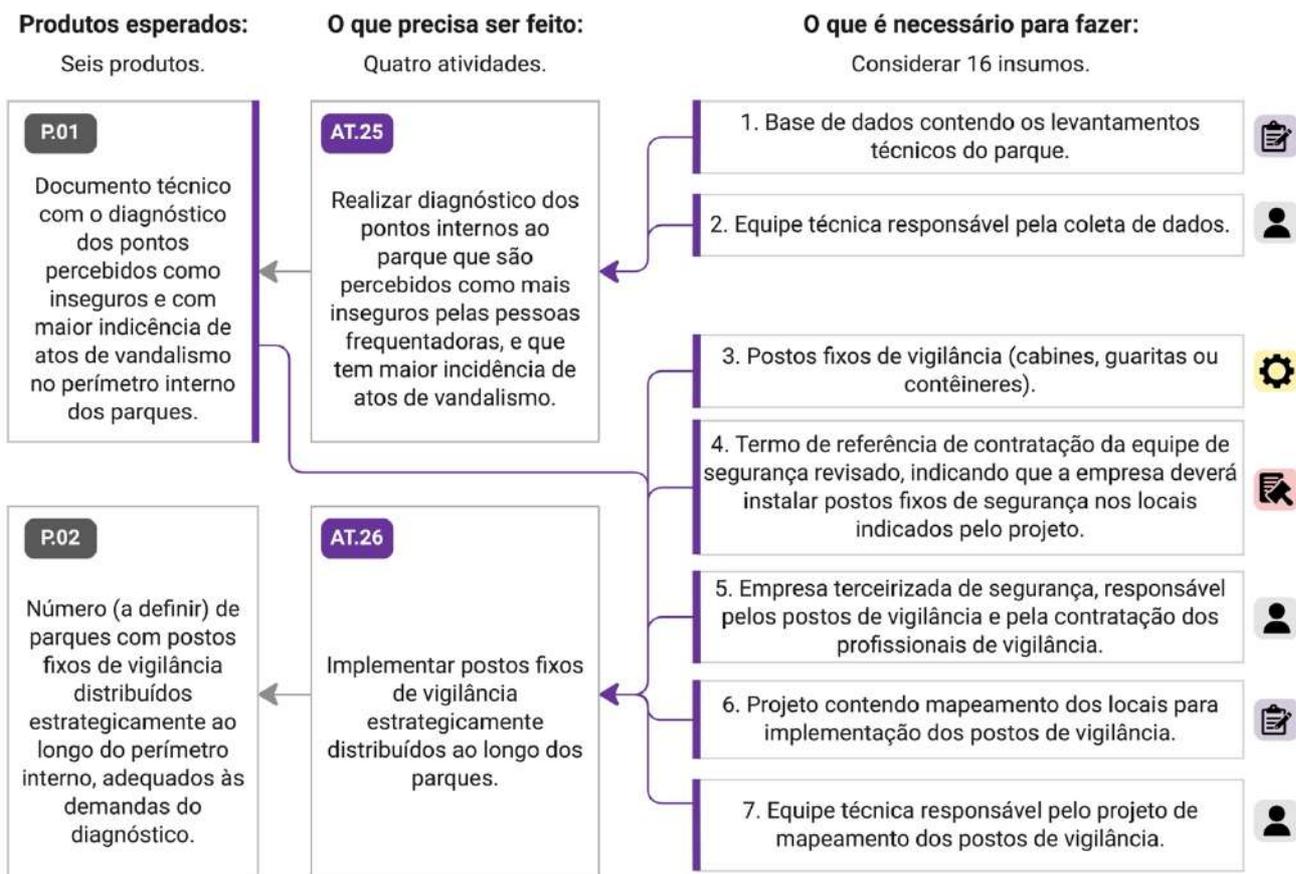
## R.01 Os parques são percebidos como mais seguros por mulheres e meninas.

A gestão eficaz da equipe de vigilância, permitindo uma adequada distribuição, infraestrutura e capacitação para o acolhimento de mulheres, meninas e grupos vulnerabilizados, contribui para um parque mais seguro para todas as pessoas, especialmente mulheres e meninas.

### O que se pretende resolver?

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, foram registrados relatos de roubos e furtos por 43% das pessoas frequentadoras, além de 33% relatarem a ocorrência de atos de vandalismo;
- Embora a maior parte das pessoas frequentadoras tenha declarado sentir-se segura nos parques, a avaliação na escala da cidade constatou que as mulheres relataram níveis mais elevados de insegurança em relação aos homens;
- Nos parques da cidade, 45% das pessoas entrevistadas atribuíram a sensação de insegurança à baixa circulação de pessoas frequentadoras e funcionárias.

Dimensões	Impacto
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Governança</li> <li>● Segurança</li> </ul>	 ODS 5.2  ODS 11.7



**Produtos esperados:**

**P.03**  
Número (a definir) de pessoas funcionárias das áreas de segurança e manejo que foram capacitadas em gênero e inclusão em espaços públicos.

**P.07**  
Plataforma digital funcional contendo os relatórios mensais de gestão.

**P.08**  
Número (a definir) de relatórios mensais de gestão preenchidos em plataforma digital e enviados a cada mês pelas pessoas gestoras.

**P.11**  
Sistematização digital das escalas de turnos da equipe de vigilância e mapeamento dos pontos de vigilância ativos dos parques.

**O que precisa ser feito:**

**AT.35**  
Desenvolver e implementar programa de capacitação para equipes técnicas, operacionais e de segurança, com foco na promoção de ambientes seguros, inclusivos e acolhedores nos parques, especialmente para mulheres e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

**AT.40**  
Desenvolver e implementar um relatório mensal de gestão a ser preenchido de forma online pela equipe gestora dos parques, apresentado nas reuniões do conselho gestor e monitorado pela equipe técnica da SVMA. O relatório deve incluir:  
[...]  
(3) distribuição da equipe de vigilância pelo parque.

**O que é necessário para fazer:**

8. Profissional ou equipe externa especialista em gênero e inclusão, contratada para desenvolvimento de metodologia e conteúdo mínimo do programa de capacitação.

9. Equipe técnica responsável por coordenar o programa de capacitação e acompanhar sua aplicação.

10. Roteiro metodológico para programa de capacitação, incluindo material didático.

11. Pessoas funcionárias do parque, incluindo profissionais de vigilância e equipe de manejo.

12. Equipe técnica responsável por realizar o desenvolvimento da plataforma digital, incluindo integração com base de dados e suporte técnico.

13. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque.

14. Pessoas gestoras dos parques, responsáveis por realizar os levantamentos pertinentes no relatório mensal de gestão e submetê-lo.

15. Equipe técnica responsável por monitorar a plataforma digital - submissões e conteúdo.

16. Conselho gestor responsável por acompanhar mensalmente o conteúdo dos relatórios.

**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 01

Para que os parques sejam percebidos como mais seguros por mulheres e meninas, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.26	"A presença de figuras de autoridade visíveis, incluindo funcionários do parque com uma postura 'cuidadora', foi percebida como tranquilizadora, tanto pela capacidade formal de intervir em situações potencialmente perigosas quanto por servirem como ponto de contato para que mulheres relatem preocupações ou busquem ajuda. As mulheres que expressaram esse ponto de vista desejavam uma presença formal e visível nos parques, que poderia ser garantida por patrulhas de segurança, mais funcionários no parque ou policiais" (Barker, A. et al., 2022, p. 11).
AT.40	"A presença de figuras de autoridade visíveis, incluindo funcionários do parque com uma postura 'cuidadora', foi percebida como tranquilizadora, tanto pela capacidade formal de intervir em situações potencialmente perigosas quanto por servirem como ponto de contato para que mulheres relatem preocupações ou busquem ajuda. As mulheres que expressaram esse ponto de vista desejavam uma presença formal e visível nos parques, que poderia ser garantida por patrulhas de segurança, mais funcionários no parque ou policiais" (Barker, A. et al., 2022, p. 11).
AT.35	"O que fazer: Incluir o debate sobre gênero e diversidade na formação da equipe responsável pelo patrulhamento do parque, conscientizando sobre o direito de ir e vir e ao lazer para todos e todas" (Semeia; UNOPS, 2020; p. 39).

**R.02 As pessoas, especialmente aquelas que vivem na área de influência, conhecem a existência dos parques mais próximos, sabem localizá-los e identificá-los com facilidade, e têm acesso às informações relevantes, incluindo a programação de atividades.**

O conhecimento da população do entorno sobre os parques e sua programação depende de uma gestão comprometida com a comunicação, capaz de adotar estratégias físicas e digitais para garantir a divulgação atualizada e acessível das informações.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, constatou-se que, em 63% dos parques, não se disponibilizavam informações atualizadas sobre eventos e atividades ao público;
- Observou-se que as placas de identificação apresentavam inadequações em 96% dos parques de toda a cidade, especialmente no que diz respeito à distribuição nas portarias, conservação e legibilidade;
- Nas avaliações específicas, apontou-se a carência de instrumentos de comunicação adequados à difusão das ações promovidas nos parques, prejudicando o engajamento comunitário.

Dimensão	Impacto			
● Governança		ODS 11.7		ODS 16.10

Figura 22: Registro do parque Augusta



Fonte: Acervo ONU-Habitat

**Produtos esperados:**

Cinco produtos.

**P.04**  
Número (a definir) de canais digitais ativos, vinculados às mídias oficiais da SVMA, que implementam as estratégias de comunicação previstas no plano.

**P.05**  
Número (a definir) de ações presenciais em parques e equipamentos do entorno que aplicam estratégias de comunicação previstas no plano.

**P.07**  
Plataforma digital funcional contendo os relatórios mensais de gestão.

**P.08**  
Número (a definir) de relatórios mensais de gestão preenchidos em plataforma digital e enviados a cada mês pelas pessoas gestoras.

**P.12**  
Sistematização digital das atividades e programas ofertados semanalmente nos parques.

**O que precisa ser feito:**

Duas atividades.

**AT.37**  
Desenvolver e implantar plano de comunicação para ampliar a divulgação das atividades dos parques, promover a educação ambiental, fortalecer os canais de diálogo e ampliar o engajamento comunitário, incentivando a participação popular por meio de estratégias em meios físicos e digitais.

**AT.40**  
Desenvolver e implementar um relatório mensal de gestão a ser preenchido de forma online pela equipe gestora dos parques, apresentado nas reuniões do conselho gestor e monitorado pela equipe técnica da SVMA. O relatório deve incluir:  
[...]  
(4) lista de programas e atividades ofertadas semanalmente no parque.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar nove insumos.

1. Assessoria de comunicação responsável por auxiliar no desenvolvimento e implementação do plano de comunicação.
2. Profissional ou equipe externa especialista em comunicação contratada para desenvolvimento do plano de comunicação.
3. Estruturas físicas nos parques e entorno.
4. Plataformas digitais oficiais da SVMA.
5. Pessoas gestoras dos parques, responsáveis por implementar as estratégias de comunicação, realizar os levantamentos pertinentes no relatório mensal de gestão e submetê-lo.
6. Equipe técnica responsável por realizar o desenvolvimento da plataforma digital, incluindo integração com base de dados e suporte técnico.
7. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque.
8. Equipe técnica responsável por monitorar a plataforma digital - submissões e conteúdo.
9. Conselho gestor responsável por acompanhar mensalmente o conteúdo dos relatórios.

**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 02

Para que as pessoas, em especial as que habitam na área de influência, saibam da existência dos parques e tenham conhecimento sobre sua programação de atividades e informações relevantes, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.37	A comunicação, um reconhecido vetor para promoção da sustentabilidade socioambiental nos parques (MACHADO, 2018), também pode ser utilizada como ferramenta de gestão capaz de promover conhecimento aliado ao engajamento social, com grande potencial de vivência e valorização da biodiversidade por parte da população. Em um contexto de baixa apropriação de parques municipais pelo público ao qual esses espaços se destinam, "um processo de comunicação bem estruturado pode ser o principal elo entre o tripé: poder público (formulador), áreas destinadas (meios) e sociedade civil (beneficiados)" (NEHME et al., 2014), propiciando qualidade ambiental à população e interferindo diretamente na qualidade de vida das pessoas "por meio das funções sociais, ecológicas, estéticas e educativas, que elas exercem para a amenização das consequências negativas da urbanização" (BARGOS e MATIAS, 2011).
AT.40	"Talvez mais do que qualquer outra melhoria em espaços públicos, a programação seja o fator mais importante para atrair e manter um público diverso, que reflita a comunidade do entorno. Ao priorizar a programação, o espaço público pode se tornar um centro de atividades que apoia e expressa a diversidade das nossas cidades – e esse é um resultado que vale o esforço" (Project for Public Spaces, 2018, tradução nossa).

## R.03 Os equipamentos do parque permanecem bem conservados ao longo do tempo.

A manutenção constante dos equipamentos dos parques depende de uma gestão que organize, atualize e acompanhe mensalmente as demandas, com um fluxo transparente e bem estruturado de solicitações.

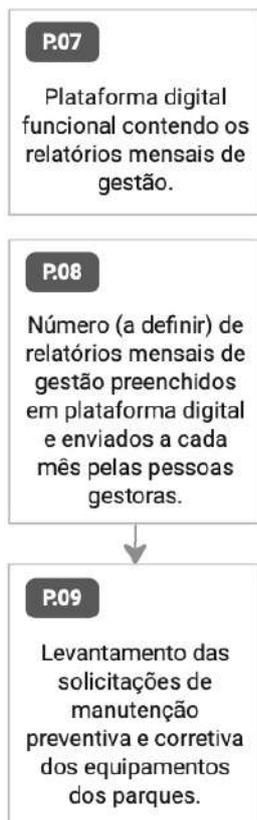
### O que se pretende resolver?

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, verificou-se que, em 56% dos parques, os elementos de iluminação apresentavam condições de manutenção parcialmente adequadas ou inadequadas;
- Em 44% dos parques de toda a cidade, os equipamentos voltados a crianças e bebês encontravam-se em condições de manutenção parcial ou inadequada;
- Em 62% dos parques da cidade, os equipamentos esportivos estavam em condições de manutenção apenas parciais ou insatisfatórias;
- Nas avaliações específicas, foi observada uma fragilidade nos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do parque.

Dimensão	Impacto
Governança	ODS 11.7; 11.6            ODS 16.3

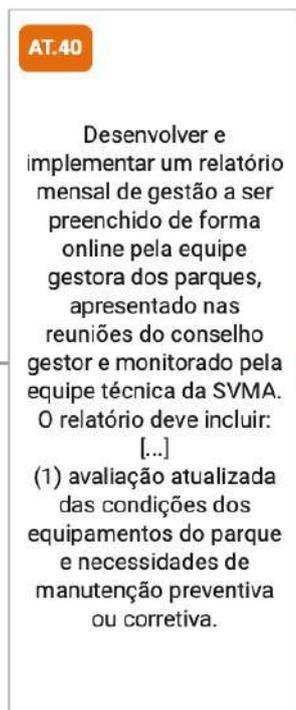
### Produtos esperados:

Três produtos.



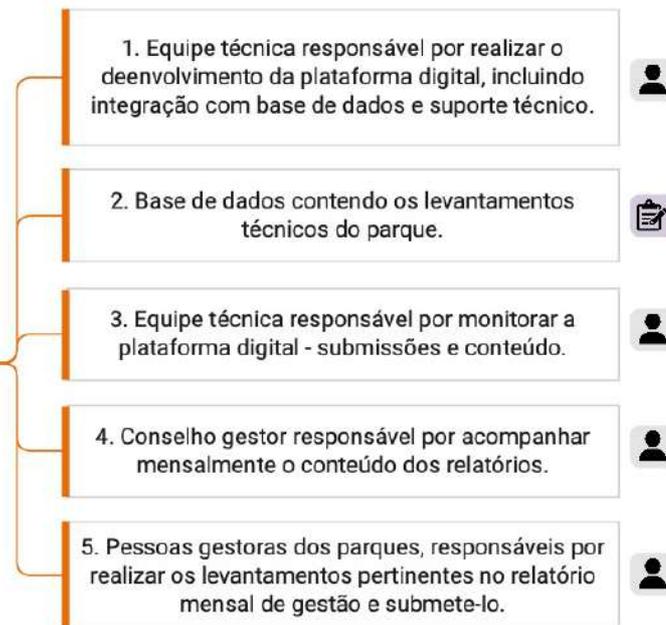
### O que precisa ser feito:

Uma atividade.



### O que é necessário para fazer:

Considerar cinco insumos.



Categoria de insumos: Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 03

Para que seja fortalecida a percepção de conservação, segurança e valorização por meio da manutenção constante do parque, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.40	"Um inventário confiável de dados sobre os ativos de espaços públicos será necessário para cidades que desejam desenvolver planos de gestão e estratégias de planejamento abrangentes e sustentáveis, com base em evidências. Um inventário detalhado com informações sobre os ativos de cada local – como o tipo, a condição e a qualidade desses espaços; sua titularidade; sua estrutura de gestão; e dados financeiros, como despesas e receitas de operação e manutenção (O&M) – pode ser utilizado para embasar decisões de investimento, escolhas de projeto e modelos de gestão" (Kaw; Lee; Wahba, 2020, p. 98, tradução nossa.).

**R.04 As condições ecológicas dos corpos d’água dos parques estão melhoradas, contribuindo para a saúde ambiental e a biodiversidade local.**

A manutenção contínua dos cursos hídricos dos parques, essencial para as condições ecológicas da cidade, requer uma gestão que organize, atualize e acompanhe mensalmente as demandas, com um fluxo transparente e intersecretarial.

**O que se pretende resolver?**

- A maior parte dos corpos hídricos identificados nas avaliações específicas – como córregos e nascentes – apresentava sinais de poluição, comprometendo sua contribuição ao sistema de drenagem urbana.

Dimensão	Impacto
Verde e azul	ODS 6.6            ODS 13.1

**Produtos esperados:**

Três produtos.

**P.07**  
Plataforma digital funcional contendo os relatórios mensais de gestão.

**P.08**  
Número (a definir) de relatórios mensais de gestão preenchidos em plataforma digital e enviados a cada mês pelas pessoas gestoras.

**P.10**  
Levantamento das solicitações de manutenção para conservação dos cursos hídricos (limpeza, plantio e desassoreamento) dos parques.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.40**  
Desenvolver e implementar um relatório mensal de gestão a ser preenchido de forma online pela equipe gestora dos parques, apresentado nas reuniões do conselho gestor e monitorado pela equipe técnica da SVMA. O relatório deve incluir:  
[...]  
(2) monitoramento das ações e demandas de manutenção realizadas nos cursos hídricos.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar cinco insumos.

1. Equipe técnica responsável por realizar o desenvolvimento da plataforma digital, incluindo integração com base de dados e suporte técnico.
2. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque.
3. Equipe técnica responsável por monitorar a plataforma digital - submissões e conteúdo.
4. Conselho gestor responsável por acompanhar mensalmente o conteúdo dos relatórios.
5. Pessoas gestoras dos parques, responsáveis por realizar os levantamentos pertinentes no relatório mensal de gestão e submetê-lo.

**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 04

Para que os corpos d'água dos parques apresentem melhores condições ecológicas, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.40	"Preservar o ecossistema de áreas hídricas requer uma expertise mais sofisticada em gestão e maior capacidade para a manutenção do parque, especialmente no que diz respeito ao manejo da quantidade e da qualidade da água, à prevenção da disseminação de espécies invasoras, entre outros aspectos" (Kaw; Lee; Wahba, 2020, p. 236, tradução própria).

**R.05 São ofertadas, pela SVMA, por outras secretarias e por entidades comunitárias, atividades regulares alinhadas às necessidades e interesses da comunidade residente na área de influência dos parques.**

Manter um registro atualizado das atividades realizadas no parque, tanto por iniciativas do poder público quanto da sociedade civil, permite à gestão monitorar a oferta existente e identificar lacunas, possibilitando a promoção de ações voltadas a grupos ainda não contemplados.

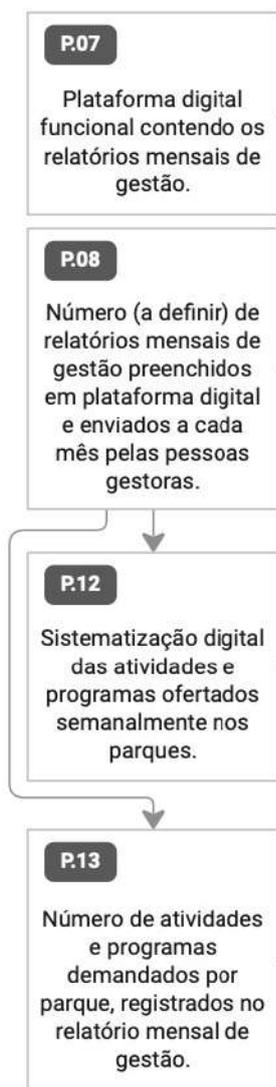
**O que se pretende resolver?**

- Nas avaliações específicas foram identificadas poucas atividades regulares nos parques, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, foram observados desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.

Dimensão	Impacto
● Pessoas no parque e área de influência	ODS 3.4 ODS 10.2 ODS 11.7

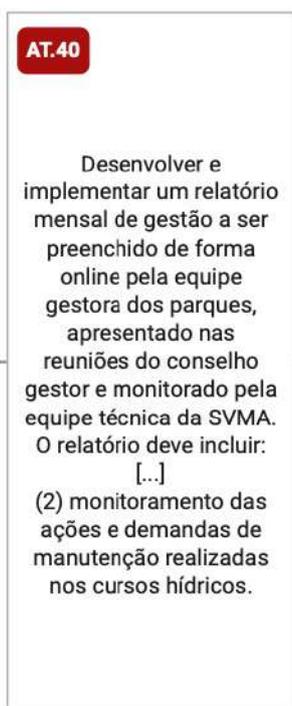
**Produtos esperados:**

Quatro produtos.



**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.



**O que é necessário para fazer:**

Considerar cinco insumos.



### Quadro de relação lógica do resultado 05

Para que os parques ofereçam atividades alinhadas às necessidades da comunidade na área de influência, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.40	“Enquanto um único parquinho pode atender apenas às atividades de crianças pequenas, por exemplo, um bom espaço público oferece atividades e comodidades que atraem uma diversidade de visitantes. Um relatório de 2008 da organização Trust for Public Land enfatiza a importância de projetar parques como destinos de uso múltiplo que promovam saúde e bem-estar” (PROJECT FOR PUBLIC SPACES, 2009, p. 22, tradução nossa).

**R.06 Todos os parques municipais de São Paulo possuem conselho gestor eleito e ativo, as pessoas conselheiras são engajadas e cientes das suas competências, e acompanham com maior frequência as reuniões.**

Para que os conselhos gestores dos parques sejam ativos e engajados, é necessário implementar um sistema de monitoramento das reuniões, oferecer acompanhamento próximo e garantir que as pessoas conselheiras conheçam suas atribuições, recebam formação e apoio para exercer a governança.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, constatou-se que uma grande parcela dos parques não contava com conselho gestor eleito, com destaque para a Região Sul – especialmente seu extremo – e para a Região Leste, onde 20 dos 33 parques não possuíam esse órgão;
- Nas avaliações específicas, constatou-se a ausência de mecanismos de gestão para acompanhamento da participação nos conselhos gestores, incluindo a atuação de representantes do poder público, bem como a inexistência de procedimentos voltados à mediação de conflitos e ao estímulo ao engajamento das pessoas participantes.

Dimensão	Impacto	
 Governança	 ODS 16.3	 ODS 11.3; 11.7

Figura 23: Registro de reunião do CADES São Mateus



Fonte: Acervo ONU-Habitat

**Produtos esperados:**

Três produtos.

**P.14**  
Plataforma digital contendo sistema de monitoramento da participação de todos os conselhos gestores.

**P.15**  
Número de conselhos gestores que tiveram suporte da CGC através de solicitações da plataforma.

**P.16**  
Número (a definir) de atividades formativas aplicadas em cada conselho gestor e suas pessoas membras a cada X período.

**O que precisa ser feito:**

Duas atividades.

**AT.44**  
Desenvolver e implementar sistema digital de monitoramento de participação e suporte aos conselhos gestores para identificar quedas de quórum.

**AT.45**  
Desenvolver e implementar ações regulares de estímulo à participação e de conhecimento de atribuições nos conselhos gestores - garantindo o exercício pleno das competências previstas no artigo 10 (Lei 15.910/2013)- por meio da oferta de formações, capacitações continuadas e auxílios que apoiem a atuação efetiva e qualificada das pessoas conselheiras.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar 10 insumos.

1. Equipe técnica responsável por realizar o desenvolvimento da plataforma digital, incluindo integração com base de dados e suporte técnico. 
2. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque. 
3. Equipe da coordenadoria de gestão de colegiados (CGC) , responsável por monitorar submissões de frequência e dar assistência aos conselhos gestores. 
4. Portaria designando a participação dos servidores eleitos, com envio de notificação e sansão em caso de faltas recorrentes. 
5. Pessoas gestoras dos parques, responsáveis por registrar a frequência nas reuniões do conselho gestor e participar das ações formativas. 
6. Conselho gestor. 
7. Equipe técnica responsável por desenvolver roteiro e cronograma de encontros com os conselhos, assim como monitorar a participação. 
8. Roteiro metodológico contendo cronograma de encontros, conselhos envolvidos e materiais pedagógicos. 
9. Marco legal e normativo dos conselhos gestores (Artigo 10 da Lei Municipal de São Paulo nº 15.910/2013). 
10. Sede administrativa ou espaço de eventos no parque. 

**Categoria de insumos:**  Infraestrutura e equipamentos.  Institucionais e legais.  Técnicos e de planejamento.  Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 06

Para que os conselhos gestores atuem de forma frequente e engajada, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.44	"[...] é necessário rever as funções hoje atribuídas aos conselhos. Não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. Os recursos são escassos, os conselheiros não são funcionários públicos, a infraestrutura dos conselhos no geral não lhes permite contar com uma assessoria jurídico-administrativa necessária para a complexidade que tratam. Face ao acúmulo de funções, os conselheiros acabam abrindo mão de suas funções propriamente políticas de proposição de temas, de explicitação de conflitos, de construção de acordos e articulações, voltando-se penosamente para atividades que os distanciam da sociedade civil e os circunscrevem a uma atuação estatal e institucional meramente burocrática" (TATAGIBA, 2012, p. 89).
AT.45	

**R.07 Os parques são geridos de forma qualificada e eficiente, com impacto direto na melhoria dos serviços e na qualidade dos espaços para a população.**

A gestão exerce um papel fundamental no funcionamento do parque em nível local, atuando como referência da SVMA no reporte de conflitos, nas demandas de manutenção e na articulação com a comunidade. Por isso, é essencial que as equipes estejam preparadas e capacitadas para desempenhar suas funções de forma adequada e assertiva.

**O que se pretende resolver?**

- Nas avaliações específicas, foi observada uma fragilidade nos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do parque;
- Identificou-se a carência de ações de gestão com foco no envolvimento da comunidade local.

Dimensão	Impacto
Governança	ODS 16.3            ODS 11.3; 11.7

**Produtos esperados:**

Dois produtos.

**P.22**  
Número (a definir) de pessoas gestoras capacitadas em gestão administrativa dos parques.

**P.23**  
Número (a definir) de pessoas gestoras capacitadas em engajamento comunitário.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.43**  
Implantar programa contínuo de capacitação para pessoas gestoras dos parques, com conteúdo mínimo estruturado em três módulos: (1) gestão administrativa, processos, fluxos operacionais e regulamentação de usos; (2) estratégias de adaptação às mudanças climáticas; e (3) fortalecimento dos conselhos gestores e abordagens para o engajamento comunitário.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar cinco insumos.

1. Equipe técnica responsável por elaborar roteiro metodológico e facilitar a capacitação.
2. Roteiro metodológico para programa de capacitação, incluindo material didático.
3. Pessoas gestoras dos parques.
4. Leis e decretos municipais que instituem as atribuições das pessoas gestoras de parques.
5. Equipe técnica responsável por monitorar frequência das pessoas conselheiras no programa de capacitação.

**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 07

Para que os parques sejam geridos de forma qualificada e eficiente, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.43	"A oferta de espaços públicos deve ser sustentada e consolidada por alguns pilares fundamentais. Um desses pilares é o compromisso político das autoridades da administração pública com os espaços públicos. Isso envolve a construção de uma compreensão e valorização dos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais dos espaços públicos. Para isso, é necessário capacitar as autoridades locais e documentar experiências" (UN-HABITAT, 2016, p. 41, tradução própria).

**R.08 As pessoas frequentadoras e os grupos comunitários da área de influência estão mais engajados na vida dos parques, participando das atividades, da gestão e dos processos de cuidado e preservação dos espaços.**

Engajar as comunidades do entorno — tanto por meio da oferta de atividades quanto da participação na governança — é essencial para a vitalidade dos parques. Para isso, a gestão deve estar capacitada para mobilizar esses grupos, além de planejar ações que incentivem sua participação ativa.

**O que se pretende resolver?**

- Em menos da metade dos parques da cidade foram identificadas atividades conduzidas pela comunidade;
- Nas avaliações específicas, identificou-se a carência de ações de gestão com foco no envolvimento da comunidade local.

Dimensão	Impacto	
 Governança	 ODS 16.7	 ODS 11.3

Figura 24: Registro da oficina de plantão no parque Zilda Arns, com participação da associação local Bike Favela



Fonte: Acervo ONU-Habitat

**Produtos esperados:**

Quatro produtos.

**P.23**  
Número (a definir) de pessoas gestoras capacitadas em engajamento comunitário.

**P.17**  
Número (a definir) de atividades de integração comunitária realizadas por parque.

**P.18**  
Número (a definir) de grupos comunitários envolvidos nas atividades de integração comunitária.

**P.06**  
Número de campanhas específicas de engajamento comunitário.

**O que precisa ser feito:**

Três atividades.

**AT.43**  
Implantar programa contínuo de capacitação para pessoas gestoras dos parques, com conteúdo mínimo estruturado em três módulos: (1) gestão administrativa, processos, fluxos operacionais e regulamentação de usos; (2) estratégias de adaptação às mudanças climáticas; e (3) fortalecimento dos conselhos gestores e abordagens para o engajamento comunitário.

**AT.46**  
Promover, de forma contínua e descentralizada, o engajamento de grupos comunitários por meio de eventos, oficinas, rodas de conversa e capacitações, fortalecendo o diálogo com a gestão.

**AT.37**  
Desenvolver e implantar plano de comunicação para ampliar a divulgação das atividades dos parques, promover a educação ambiental, fortalecer os canais de diálogo e ampliar o engajamento comunitário, incentivando a participação popular por meio de estratégias em meios físicos e digitais.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar 15 insumos.

1. Equipe técnica responsável por elaborar roteiro metodológico e facilitar a capacitação. 
2. Roteiro metodológico para programa de capacitação, incluindo material didático. 
3. Pessoas gestoras dos parques. 
4. Leis e decretos municipais que instituem as atribuições das pessoas gestoras de parques. 
5. Equipe técnica responsável por monitorar frequência das pessoas conselheiras no programa de capacitação. 
6. Equipe técnica responsável por coordenar os eventos e realizar a articulação comunitária. 
7. Documento contendo levantamento e sistematização de grupos comunitários do entorno, selecionando os interessados em aplicar atividades nos parques. 
8. Cronograma dos encontros, contendo roteiro das atividades e indicação dos grupos comunitários parceiros. 
9. Sede administrativa ou espaço de eventos no parque. 
10. Conselho gestor, responsável por auxiliar na organização dos eventos e divulgação. 
11. Assessoria de comunicação responsável por auxiliar no desenvolvimento e implementação do plano de comunicação. 
12. Profissional ou equipe externa especialista em comunicação contratada para desenvolvimento do plano de comunicação. 
13. Estruturas físicas nos parques e entorno. 
14. Plataformas digitais oficiais da SVMA. 
15. Sistematização digital das atividades e programas ofertados semanalmente e registrados mensalmente nos parques. 

**Categoria de insumos:**  Infraestrutura e equipamentos.  Institucionais e legais.  Técnicos e de planejamento.  Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 08

Para que as pessoas e grupos comunitários do entorno estejam engajados na vida dos parques, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.46	"A oferta de espaços públicos deve ser sustentada e consolidada por alguns pilares fundamentais. Um desses pilares é o compromisso político das autoridades da administração pública com os espaços públicos. Isso envolve a construção de uma compreensão e valorização dos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais dos espaços públicos. Para isso, é necessário capacitar as autoridades locais e documentar experiências" (UN-Habitat, 2016, p. 41, tradução nossa).
AT.46	"Envolver a comunidade desde o início e de forma contínua pode catalisar o senso de pertencimento, garantir que os parques atendam às suas necessidades e apoiar a gestão sustentável dos ativos do parque" (City Parks Alliance, 2019, p. 5, tradução nossa).
AT.37	A comunicação, um reconhecido vetor para promoção da sustentabilidade socioambiental nos parques (MACHADO, 2018), também pode ser utilizada como ferramenta de gestão capaz de promover conhecimento aliado ao engajamento social, com grande potencial de vivência e valorização da biodiversidade por parte da população. Em um contexto de baixa apropriação de parques municipais pelo público ao qual esses espaços se destinam, "um processo de comunicação bem estruturado pode ser o principal elo entre o tripé: poder público (formulador), áreas destinadas (meios) e sociedade civil (beneficiados)" (NEHME et al., 2014), propiciando qualidade ambiental à população e interferindo diretamente na qualidade de vida das pessoas "por meio das funções sociais, ecológicas, estéticas e educativas, que elas exercem para a amenização das consequências negativas da urbanização" (Bargos e Matias, 2011).

**R.10 Os parques possuem e implementam planos de gestão de riscos socioambientais e de resiliência climática, com foco na proteção das pessoas, da infraestrutura e da biodiversidade.**

É fundamental que a gestão e os projetos do parque estejam alinhados com princípios socioambientais e de resiliência climática, incorporando medidas projetuais e operacionais em seu funcionamento cotidiano e na estrutura dos equipamentos. Para isso, é essencial que as equipes sejam devidamente capacitadas e orientadas sobre esses temas.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, observou-se baixa adesão às práticas de mitigação e adaptação climática nos parques municipais, com menos de 20% adotando medidas como eficiência energética, gestão hídrica, drenagem sustentável e plantio. A coleta seletiva destacou-se como a única ação amplamente implementada, presente em mais de 70% dos casos;
- Nas avaliações específicas, constatou-se a escassez de ações estruturais de mitigação e adaptação climática nos parques, especialmente no que se refere às suas infraestruturas.

Dimensão	Impacto	
<ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: blue;">●</span> Verde e azul</li> <li><span style="color: teal;">●</span> Conforto e ambiente</li> </ul>	 ODS 13.1; 13.3	 ODS 11.b

Figura 25: Registro de oficina com gestor e trabalhadores no parque Jardim Prainha



Fonte: Acervo ONU-Habitat

**Produtos esperados:**

Quatro produtos.

**P.24**  
Número (a definir) de pessoas gestoras capacitadas em estratégias de adaptação climática.

**P.19**  
Documento técnico com diagnóstico dos parques que incorporam ou não medidas de adaptação climática, incluindo o mapeamento das práticas existentes.

**P.20**  
Número (a definir) de parques com conteúdo mínimo de infraestrutura voltada à resiliência climática.

**P.21**  
Número (a definir) de parques com planos de gestão que incorporam conteúdo mínimo de medidas de adaptação climática.

**O que precisa ser feito:**

Três atividades.

**AT.43**  
Implantar programa contínuo de capacitação para pessoas gestoras dos parques, com conteúdo mínimo estruturado em três módulos: (1) gestão administrativa, processos, fluxos operacionais e regulamentação de usos; (2) estratégias de adaptação às mudanças climáticas; e (3) fortalecimento dos conselhos gestores e abordagens para o engajamento comunitário.

**AT.30**  
Realizar diagnóstico para identificar os parques que ainda não incorporam medidas de adaptação climática à gestão e aos projetos, bem como mapear as medidas já implementadas naqueles que as adotam.

**AT.31**  
Incorporar princípios de adaptação climática nos planos de gestão e nos projetos dos parques, adotando um conteúdo mínimo de medidas de eficiência hídrica e energética, gestão de resíduos, provisão de água potável, infraestrutura resiliente a extremos climáticos e soluções baseadas na natureza.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar 15 insumos.

1. Equipe técnica responsável por elaborar roteiro metodológico e facilitar a capacitação. 
2. Roteiro metodológico para programa de capacitação, incluindo material didático. 
3. Pessoas gestoras dos parques. 
4. Leis e decretos municipais que instituem as atribuições das pessoas gestoras de parques. 
5. Equipe técnica responsável por monitorar frequência das pessoas conselheiras no programa de capacitação. 
6. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque. 
7. Equipe técnica responsável pela coleta de dados. 
8. Profissional ou equipe especializada em SbN contratada para capacitação em técnicas projetuais com foco em SbN e adaptação climática. 
9. Equipe técnica capacitada em técnicas projetuais incorporando SbN 
10. Projeto do parque com a incorporação de estratégias de SbN e adaptação climática. 
11. Relatório técnico com critérios de qualidade e diretrizes para dimensionamento e distribuição de lixeiras (inclusive recicláveis), bebedouros e estruturas de proteção climática nos parques. 
12. Termo de referência revisado para inclusão de requisitos de redução de consumo de água e energia dos materiais de obra utilizados nas manutenções.. 

### Quadro de relação lógica do resultado 10

Para que os parques tenham sua gestão voltada à mitigação de riscos ambientais e resiliência climática, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.31	"Outros caminhos que as cidades podem seguir para projetar espaços públicos incluem a adoção de tecnologias, o design sustentável de edificações e a integração com infraestrutura verde, o que tem o potencial não apenas de gerar economia operacional no longo prazo, mas também de aumentar a resiliência urbana e reduzir a pegada de carbono como um todo" (Kaw; Lee; Wahba, 2020; p.40, tradução nossa).
AT.43	

**R.17 Os parques são frequentados em diferentes dias e horários por uma diversidade de pessoas, que permanecem por mais tempo com conforto, segurança e acesso a infraestrutura de qualidade.**

Quando a gestão do parque está organizada para identificar demandas e promover atividades que contemplem diferentes públicos, o espaço tende a atrair uma maior diversidade de frequentadores, ampliando tanto o tempo de permanência quanto a frequência de uso.

**O que se pretende resolver?**

- Nas avaliações específicas, foram identificadas poucas atividades regulares nos parques, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, foram observados desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.

Dimensão	Impacto
● Pessoas no parque e área de influência	 ODS 3.4  ODS 10.2  ODS 11.7

**Produtos esperados:**

Três produtos.

- P.07**  
Plataforma digital funcional contendo os relatórios mensais de gestão.
- P.12**  
Sistematização digital das atividades e programas ofertados semanalmente e registrados mensalmente nos parques.
- P.13**  
Número de atividades e programas demandados por parque, registrados no relatório mensal de gestão.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.40**  
Desenvolver e implementar um relatório mensal de gestão a ser preenchido de forma online pela equipe gestora dos parques, apresentado nas reuniões do conselho gestor e monitorado pela equipe técnica da SVMA. O relatório deve incluir:  
[...]  
(4) lista de programas e atividades ofertadas semanalmente no parque e demandas por novas atividades que contemplem a todos os perfis de pessoas frequentadoras.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar cinco insumos.

1. Equipe técnica responsável por realizar o desenvolvimento da plataforma digital, incluindo integração com base de dados e suporte técnico. 
2. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque. 
3. Equipe técnica responsável por monitorar a plataforma digital - submissões e conteúdo. 
4. Conselho gestor responsável por acompanhar mensalmente o conteúdo dos relatórios. 
5. Pessoas gestoras dos parques, responsáveis por realizar os levantamentos pertinentes no relatório mensal de gestão e submetê-lo. 

**Categoria de insumos:**  Infraestrutura e equipamentos.  Institucionais e legais.  Técnicos e de planejamento.  Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 17

Para que os parques sejam frequentados por uma diversidade de pessoas em diversos dias e horários, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.40	O design centrado nas pessoas e a diversidade de atividades nos espaços públicos são fatores que contribuem para o senso de lugar, a vitalidade urbana, a inclusão e a segurança, com “olhos na rua” (Jacobs, 1961), além de promoverem redes sociais, a troca de ideias e a inovação (Katz; Wagner, 2014) (Kaw; Lee; Wahba, 2020, p. 3, tradução nossa).

### 3.2.2. Visão consolidada da gestão

Diante das estratégias apresentadas por meio das atividades previstas no eixo gestão, os resultados esperados referem-se, de forma geral:

- à criação de um espaço público percebido como seguro por todas as pessoas, em especial mulheres e meninas;
- à apropriação mais frequente e engajada da comunidade do entorno, impulsionada por uma oferta inclusiva de atividades e por estratégias eficazes de comunicação;
- à manutenção contínua da boa conservação dos equipamentos e dos recursos naturais disponíveis nos parques;
- ao fortalecimento da gestão, com uma atuação mais eficiente, integrada e próxima da comunidade local;
- ao aprimoramento da atuação e do funcionamento dos conselhos gestores.

Para a concretização desses resultados, a análise dos insumos mais recorrentes evidencia a importância dos recursos humanos, especialmente no desempenho de funções gerenciais e de monitoramento atribuídas às equipes técnicas. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de ampliação dos quadros da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) e da Coordenação de Gestão de Colegiados (CGC), bem como a criação de novos setores voltados ao acompanhamento de atividades estratégicas do eixo, como: a elaboração de relatórios mensais de gestão (atividade 40), o monitoramento e suporte aos conselhos gestores (atividades 44 e 45), e as ações de engajamento comunitário e formação continuada da pessoa gestora (atividades 43 e 46).

Entre essas atividades, destaca-se a recorrência da atividade 40 dentre os resultados apresentados, evidenciando seu potencial de impacto transversal, ao abranger temas como segurança, programação de atividades e manutenção dos equipamentos e recursos hídricos. Diante disso, a organização do relatório mensal de gestão integrado à uma plataforma digital e o planejamento de seus desdobramentos devem ser tratados como prioridade para o fortalecimento da gestão dos parques. Além do relatório mensal, a plataforma oferece outras ferramentas que facilitam a gestão, o monitoramento do parque e a supervisão das equipes desde a sede da SVMA.

Outra atividade que se mostrou recorrente é a atividade 43, voltada à capacitação da pessoa gestora, tanto para uma atuação administrativa mais eficiente – facilitada através da incorporação das ferramentas digitais propostas - quanto para a promoção de um engajamento comunitário mais amplo e efetivo. Segundo o *Global Public Space Toolkit: From Global Principles to Local Policies and Practice* (UN-Habitat, 2016), o compromisso político das autoridades locais com os espaços públicos é um dos pilares fundamentais para sua vitalidade. Assim, a formação dessas lideranças deve contemplar os princípios sociais, culturais e ambientais que orientam uma gestão qualificada e sensível às dinâmicas do território.

Por fim, é essencial dar destaque à temática da governança comunitária nos parques. Como aponta Tatagiba (2012), a estrutura e o acompanhamento disponíveis aos conselhos gestores, de modo geral, são insuficientes para que desempenhem plenamente suas funções. Uma análise mais ampla do tema evidencia a necessidade de fortalecer tanto os vínculos entre gestão, conselhos e comunidade, quanto a atuação das pessoas conselheiras.

Nesse sentido, torna-se imprescindível promover atividades de engajamento comunitário (atividade 46), com o objetivo de aproximar a população da gestão dos parques e dos

conselhos gestores. Paralelamente, é fundamental investir no engajamento direto dos conselhos e em seu acompanhamento técnico pela CGC (atividades 45 e 44), fortalecendo suas capacidades de escuta, articulação e monitoramento da vitalidade dos parques, além de garantir o suporte necessário para uma atuação efetiva e representativa.

Figura 26: Registro de oficina com servidores no parque linear Zilda Arns



Fonte: Acervo do ONU-Habitat

### 3.3 Eixo governança

Figura 27: Registro de oficina com servidores no parque Sete Campos



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Os resultados esperados com a implementação das estratégias políticas no eixo de **governança** estão relacionados, sobretudo, às pessoas tomadoras de decisão, capazes de implementar novos arranjos institucionais a partir do estabelecimento de parcerias e da reestruturação interna de processos, prazos e atribuições. O objetivo das ações apresentadas neste eixo visa garantir a implementação das estratégias políticas relacionadas aos três eixos e garantir que sejam estabelecidos meios adequados para tal.

As recomendações que originaram as estratégias apontaram a necessidade de explorar novos usos nos parques que não sejam estritamente relacionados à disponibilidade de infraestrutura e áreas verdes, a revisão de procedimentos e protocolos internos para garantir a celeridade de ações e a transparência à população, e a definição de um limite administrativo, denominado Território-Parque, correspondente às áreas de influência dos parques a fim de que os planos e projetos dentro do perímetro tenham sinergia e os investimentos em ações possam ser otimizados. As atividades propostas neste eixo são relacionadas à criação de regulamentações, sistematização de informações, elaboração e revisão de documentos técnicos e estabelecimento de parcerias a partir da criação de mecanismos de coordenação entre as partes interessadas para harmonizar os esforços conjuntos de órgãos públicos e comunidades.

Recomendações		
● Ampliar a oferta de atividades realizadas nos parques, de forma a atender aos diversos perfis sociais.		
● Ampliar a oferta e diversidade de atividades de educação ambiental nos parques.		
● Monitorar áreas de risco presentes nos parques e áreas de influência.		
● Garantir uma rota acessível a todos os setores e equipamentos dos parques.		
● Promover acessibilidade universal em todas as portarias dos parques.		
● Conectar os parques através de uma malha ciclovária aos principais equipamentos públicos (como escolas, unidades de saúde e centros culturais) e aos eixos de transporte coletivo.		
● Promover acessibilidade universal em todas as calçadas das áreas de influência dos parques conforme as normas técnicas vigentes.		
● Reforçar os mecanismos de vigilância e patrulhamento nas áreas adjacentes aos parques.		
● Ampliar a vigilância ativa priorizando áreas com maior incidência criminal e sensação de insegurança.		
● Implementar estratégias de conectividade ecológica e aumento da biodiversidade nos parques e entorno.		
● Manter e fortalecer ações de conservação, limpeza e monitoramento da qualidade da água nos corpos hídricos.		
● Fortalecer a equidade de gênero na equipe de pessoas funcionárias e seguranças, e capacitá-las para promover um ambiente seguro e acolhedor para as mulheres.		
● Revisar e aprimorar os protocolos internos de solicitação, execução e monitoramento das manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos e infraestruturas dos parques.		
● Integrar os parques com equipamentos públicos, áreas verdes, subprefeituras e diferentes secretarias, de modo que, na escala de sua área de influência, sejam desenvolvidas políticas e programas integrados e compartilhados entre os diversos agentes da governança envolvidos.		
● Pessoas no parque e área de influência	● Acessibilidade	● Verde e azul
● Segurança	● Governança	● Instalações e mobiliário
		● Conforto e saúde

### 3.3.1 Estratégias de governança

A seguir são apresentados todos os resultados previstos no **eixo de governança**, incluindo os produtos, atividades, insumos e métricas vinculadas.

## R.01 Os parques são percebidos como mais seguros por mulheres e meninas.

Políticas públicas com enfoque de gênero são fundamentais para o aumento da sensação de segurança e pertencimento por mulheres e meninas nos espaços públicos. Em casos de sensação de insegurança, as mulheres e meninas devem receber apoio da equipe de pessoas funcionárias, sendo que a existência de mulheres na composição dessa equipe proporciona maior conforto e receptividade.

### O que se pretende resolver?

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, foram registrados relatos de roubos e furtos por 43% das pessoas frequentadoras, além de 33% relatarem a ocorrência de atos de vandalismo;
- Embora a maior parte das pessoas frequentadoras tenha declarado sentir-se segura nos parques, na avaliação de espaços públicos da cidade constatou-se que as mulheres relataram níveis mais elevados de insegurança em relação aos homens;
- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, constatou-se uma disparidade de gênero entre os agentes, sendo que apenas 27% da equipe era composta por mulheres.

Dimensão	Impacto
<p>● Segurança</p>	<p>  ODS 4.5            ODS 5.1            ODS 11.7         </p>

### Produtos esperados:

Três produtos.

**P.01**  
Documento técnico com o diagnóstico dos pontos percebidos como inseguros e com maior incidência de atos de vandalismo no perímetro interno dos parques.

**P.60**  
Número (a definir) de parques com câmeras de segurança implantadas seguindo projeto de distribuição estratégica.

### O que precisa ser feito:

Três atividades.

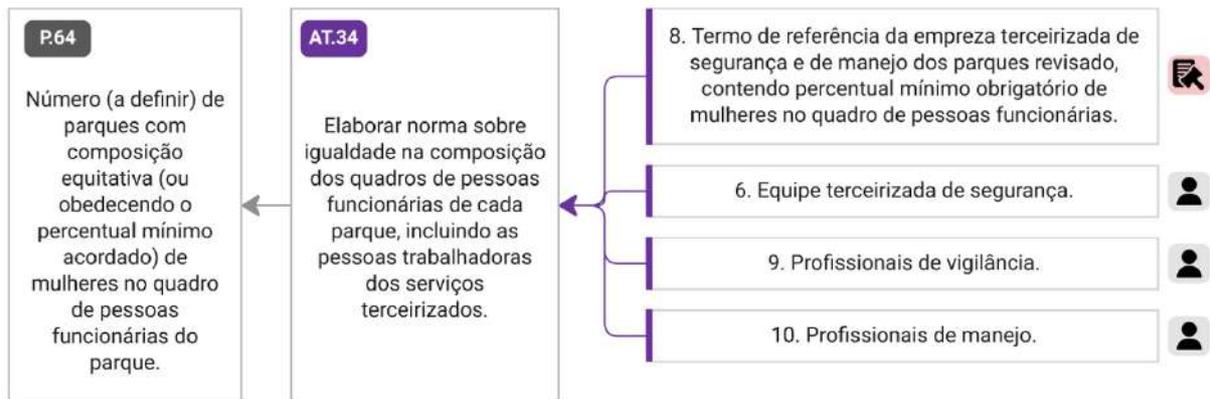
**AT.25**  
Realizar diagnóstico dos pontos internos ao parque que são percebidos como mais inseguros pelas pessoas frequentadoras, e que tem maior incidência de atos de vandalismo.

**AT.27**  
Elaborar e implantar projeto de distribuição estratégica de câmeras de segurança nos parques.

### O que é necessário para fazer:

Considerar 10 insumos.

1. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque. 
2. Equipe técnica responsável pela coleta de dados. 
3. Equipe técnica responsável por executar projeto de distribuição de câmeras de segurança. 
4. Projeto de distribuição estratégica de câmeras de segurança. 
5. Equipe técnica responsável por monitorar as imagens das câmeras. 
5. Termo de referência da equipe terceirizada de segurança revisado, incluindo a instalação de câmeras de segurança em setores previamente indicados. 
6. Equipe terceirizada de segurança. 
7. Centro de Monitoramento dos Parques Municipais, integrado ao Smart Sampa. 



**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 01

Para que os parques sejam percebidos como mais seguros por mulheres e meninas, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.34	"A presença de figuras de autoridade visíveis, incluindo funcionários do parque com perfil acolhedor, foi percebida como tranquilizadora, dada sua capacidade formal de intervir em situações potencialmente perigosas e por servirem como ponto de contato para que as mulheres relatem preocupações ou busquem ajuda. As mulheres que expressaram esse ponto de vista demonstraram desejar uma presença formal e visível nos parques, a qual poderia ser garantida por patrulhas de segurança, mais funcionários ou policiais" (Barker, A. et al, 2022, p.11).
AT.27	"Notavelmente, muitas medidas de segurança visíveis foram percebidas como capazes de aumentar a sensação de segurança das meninas, incluindo câmeras de vigilância (CCTV), policiais, equipe do parque, patrulhas de segurança, iluminação, pontos de apoio e sinalização mais clara" (Barker, A. et al, 2022, p.10).

**R.02 As pessoas, especialmente aquelas que vivem na área de influência, conhecem a existência dos parques mais próximos, sabem localizá-los e identificá-los com facilidade, e têm acesso às informações relevantes, incluindo a programação de atividades.**

Para que as pessoas frequentadoras tenham acesso às atividades oferecidas nos parques, é fundamental que a sistematização dos programas e ações seja disponibilizada de forma pública e acessível.

**O que se pretende resolver?**

- Apesar da existência de equipamentos públicos dentro das áreas de influência dos parques, na avaliação dos parques municipais de São Paulo, foi observada uma baixa articulação entre estes equipamentos com os parques;
- Nas avaliações específicas foram identificadas poucas atividades regulares nos parques, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, foram observados desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.

Dimensão	Impacto
Pessoas no parque e área de influência	ODS 16.6

**Produtos esperados:**

Um produto.

**P.52**

Plataforma digital de transparência contendo o número de programas e projetos que ocorrem nos parques sistematizados e categorizados.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.01**

Sistematizar os programas, projetos e atividades realizados nos parques, tanto pela SVMA quanto por ações intersecretariais, reunindo informações como: lista dos parques envolvidos, periodicidade, público-alvo, status de regularização, demandas de infraestrutura para execução e possibilidades de expansão. Disponibilizar o material sistematizado para consulta pública.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar três insumos.

1. Equipe técnica responsável por realizar levantamento e sistematização dos programas e projetos e atualização da base de dados dos parques.
2. Equipe técnica responsável por realizar o desenvolvimento da plataforma digital, incluindo integração com base de dados e suporte técnico.
3. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque.

Categoria de insumos:



Infraestrutura e equipamentos.



Institucionais e legais.



Técnicos e de planejamento.



Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 02

Para que as pessoas, em especial as que habitam na área de influência, saibam da existência dos parques e tenham conhecimento sobre sua programação de atividades e informações relevantes, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.01	"O advento da tecnologia oferece inúmeras oportunidades para melhorar o uso dos espaços públicos e promover a cooperação entre o governo e a população. Um exemplo é o uso crescente de mapas vinculados a sistemas de informações geográficas (SIG), que permitem às pessoas tanto acessar informações sobre os espaços públicos quanto contribuir para sua manutenção" (Kaw; Lee; Wahba, 2020; p.40).

## R.03 Os equipamentos do parque permanecem bem conservados ao longo do tempo.

Para que a manutenção dos equipamentos e da infraestrutura nos parques seja adequada, é importante que todos os procedimentos internos relacionados com aquisição de materiais e prestação de serviço aconteça com celeridade e com devido planejamento.

### O que se pretende resolver?

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, verificou-se que, em 56% dos parques, os elementos de iluminação apresentavam condições de manutenção parcialmente adequadas ou inadequadas;
- Nas avaliações específicas, foi observada uma fragilidade nos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do parque.

Dimensão	Impacto
Governança	ODS 4.a            ODS 5.2

### Produtos esperados:

Dois produtos.

**P.65**  
Plataforma digital contendo a sistematização das solicitações de manutenção de todos os parques, listada por ordem de priorização e com monitoramento do status das manutenções.

**P.66**  
Número de solicitações de manutenção atendidas a cada X período (a definir).

### O que precisa ser feito:

Dois atividades.

**AT.41**  
Elaborar mecanismo para sistematizar, monitorar e estabelecer ordem de priorização em todos os protocolos de solicitação de manutenção dos parques, categorizados por parque e por solicitante.

**AT.42**  
Realizar o atendimento das solicitações de manutenção de forma contínua e eficiente, buscando a redução do tempo de execução dos reparos, além de estruturar um sistema eficaz de controle e reposição de materiais essenciais.

### O que é necessário para fazer:

Considerar quatro insumos.

1. Relatório mensal de gestão (P.07) contendo o levantamento das solicitações de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos dos parques (P.09).
2. Equipe técnica responsável por estabelecer ordem de priorização e monitorar o encaminhamento à empresa terceirizada de todas as solicitações de manutenção.
3. Termo de referência revisado para contratação de equipe terceirizada para manejo dos parque, incluindo a aquisição dos materiais como parte das responsabilidades da contratada.
4. Equipe terceirizada para manejo dos parques.

Categoria de insumos: Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 03

Para que seja fortalecida a percepção de conservação, segurança e valorização por meio da manutenção constante do parque, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.41	"Monitorar os tempos de resposta da manutenção é uma excelente forma de medir a eficiência no atendimento a reparos, manutenção de rotas e outras questões. Sem esse conhecimento, corre-se o risco de comprometer a segurança e a experiência dos frequentadores do parque" (Opengov, 2024).
AT.42	

## R.04 As condições ecológicas dos corpos d'água dos parques estão melhoradas, contribuindo para a saúde ambiental e a biodiversidade local.

Grande parte dos parques municipais possuem corpos hídricos em seu interior, sendo que a preservação desses atributos é fundamental não somente no contexto local, mas para toda a rede hídrica do município.

### O que se pretende resolver?

- Dentre os parques contemplados na avaliação dos parques municipais de São Paulo, 45% possuem corpos hídricos, o que leva à necessidade de estudo específico para verificação da qualidade destes sistemas, para que possa ser ampliada a contribuição destes elementos no sistema de drenagem urbana.
- Segundo os dados das avaliações específicas, a maior parte dos corpos hídricos identificados – como córregos e nascentes – apresentava sinais de poluição, comprometendo sua contribuição ao sistema de drenagem urbana.

Dimensão	Impacto
Verde e azul	ODS 15.9

### Produtos esperados:

Um produto.

**P.63**

Número de parques com intervenções periódicas realizadas em corpos hídricos, seja por atendimento a solicitações de manutenção ou por ações de limpeza preventiva, a cada X período (a definir).

### O que precisa ser feito:

Uma atividade.

**AT.33**

Viabilizar ações de manutenção e limpeza preventiva dos corpos hídricos através de termos de cooperação, convênios, acordos e/ou programas (como o Programa Córrego Limpo) em parceria com as subprefeituras e agências.

### O que é necessário para fazer:

Considerar seis insumos.

1. Relatório mensal de gestão (AT.40) contendo o levantamento das solicitações de manutenção para conservação dos cursos hídricos (limpeza, plantio e desassoreamento) dos parques (P.10).
2. Equipe técnica parceira (Subprefeitura e/ou SABESP) responsável por direcionar e acompanhar as demandas de manutenção dos cursos hídricos.
3. Termo de referência para contratação de equipe especializada na limpeza de lagos.
4. Ato normativo com instruções para a limpeza de córregos e rios.
5. Portaria contendo definições e regramentos para a realização de intervenções de infraestrutura realizadas dentro dos parques por outras Secretarias externas à SVMA.
6. Equipe técnica responsável por monitorar a aplicação dos termos de cooperação, convênios, acordos e/ou programas.

Categoria de insumos: Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 04

Para que os corpos d'água dos parques apresentem melhores condições ecológicas, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.33	"A recuperação de várzeas, visando constituir corredores hídricos qualificados para conexão de ambientes fragmentados, com o propósito especial de disponibilizar mais habitats para fauna associada aos ambientes aquáticos. A relevância dessa estratégia é reconhecida por estudos que observaram que 115 espécies de aves têm sua alimentação, local de reprodução e abrigo associados aos ambientes aquáticos do MSP, sendo que vinte espécies estão ameaçadas de extinção localmente, e duas no Brasil. Além das aves, há 61 espécies de peixes nativos e os anfíbios, que também têm o ciclo de vida associado aos ambientes aquáticos" (São Paulo, 2022, p.307).

**R.05 São ofertadas, pela SVMA, por outras secretarias e por entidades comunitárias, atividades regulares alinhadas às necessidades e interesses da comunidade residente na área de influência dos parques.**

Explorar alternativas de utilização e apropriação nos parques de acordo com as necessidades da população que vive em suas áreas de influência amplia o potencial dos parques, bem como a frequência e apropriação.

**O que se pretende resolver?**

- Apesar da existência de equipamentos públicos dentro das áreas de influência dos parques, na avaliação dos parques municipais de São Paulo foi observada uma baixa articulação entre estes equipamentos com os parques;
- Especialmente nos extremos leste e sul do município, observou-se o predomínio de perfis de alta vulnerabilidade socioeconômica nas áreas de influência dos parques, caracterizados por rendimentos per capita de até 1 salário-mínimo;
- Nas avaliações específicas, foram identificadas poucas atividades regulares nos parques, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, foram observados desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.

Dimensão	Impacto
 Pessoas no parque e área de influência	 ODS 17.17

**Quadro de relação lógica do resultado 05**

Para que os parques ofereçam atividades alinhadas às necessidades da comunidade na área de influência, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.01	"A diversidade de atividades indica o quanto um espaço responde às diferentes necessidades dos usuários e finalidades" (Kaw; Lee; Wahba, 2020, p.133).
AT.02	
AT.03	

**Produtos esperados:**

Seis produtos.

**P.52**  
Plataforma digital de transparência contendo o número de programas e projetos que ocorrem nos parques sistematizados e categorizados.

**P.53**  
Número total e atualizado de programas e projetos atuantes nos parques que se encontram irregulares.

**P.54**  
Número de programas, projetos e atividades que tiveram sua situação regularizada em cada X período (a definir).

**P.55**  
Número (a definir) de parques com grade mínima e regular de projetos, programas e atividades.

**P.56**  
Número de novos projetos, programas e atividades criados a cada X período (a definir).

**P.57**  
Número (a definir) de parques situados em entornos de alta vulnerabilidade socioeconômica contendo programação mínima e regular de projetos, programas e atividades.

**O que precisa ser feito:**

Três atividade.

**AT.01**  
Sistematizar os programas, projetos e atividades realizados nos parques, tanto pela SVMA quanto por ações intersecretariais, reunindo informações como: lista dos parques envolvidos, periodicidade, público-alvo, status de regularização, demandas de infraestrutura para execução e possibilidades de expansão. Disponibilizar o material sistematizado para consulta pública.

**AT.02**  
Regularizar de forma contínua todas as atividades que acontecem nos parques e estão irregulares.

**AT.03**  
Identificar os parques que não possuem uma programação mínima de atividades regulares, com prioridade para aqueles localizados em áreas com altos índices de vulnerabilidade. Para esses casos, propor uma composição de atividades adequada ao contexto e, quando necessário, sugerir novas iniciativas alinhadas às demandas locais mapeadas pela gestão.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar 10 insumos.

1. Equipe técnica responsável por realizar levantamento e sistematização dos programas e projetos e atualização da base de dados dos parques.

2. Equipe técnica responsável por realizar o desenvolvimento da plataforma digital, incluindo integração com base de dados e suporte técnico.

3. Base de dados contendo os levantamentos técnicos do parque.

4. Pessoa gestora, responsável por instruir a regularização das atividades informais aplicadas por pessoas físicas ou associações comunitárias nos parques.

5. Termo de Cessão de Uso com condições de uso dos programas intersecretariais, contendo as responsabilidades de cada parte envolvida.

6. Equipe técnica responsável por fiscalizar a aplicação dos termos de uso.

7. Lista de priorização dos parques, destacando os que tem entorno com altos índices de vulnerabilidade, para a realização prioritária de ampliação de programa e/ou projeto.

8. Relatório mensal de gestão (P.07) contendo o número de atividades e programas demandados por parque (P.13).

9. Equipe técnica responsável por articular a distribuição de programas e projetos, garantindo uma grade mínima por parque.

10. Equipe técnica responsável por propor novos programas e projetos, de preferência em articulação com associações comunitárias.

**R.09 Os parques oferecem atividades e equipamentos informativos de sensibilização e educação ambiental, fazendo com que as pessoas que os frequentam se conscientizem sobre a importância do meio ambiente e da necessidade de preservá-lo.**

A gestão dos parques pode explorar estratégias de educação ambiental por meio da promoção de atividades de conscientização em parceria com grupos comunitários.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo Foram identificadas 328 áreas de risco hidrológico e geológico dentro do perímetro das áreas de influência dos parques;
- Nas avaliações específicas foram detectadas áreas de risco geológico e/ou hidrológico dentro das áreas de influência dos parques.

Dimensão	Impacto
● Pessoas no parque e área de influência	 ODS 13.b

**Produtos esperados:**

Um produto.

**P.58**

Número (a definir) de parques com atividades de educação ambiental.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.06**

Implementar em todos os parques ações de Educação Ambiental (EA) conforme previsto no Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA), em articulação com a Secretaria Municipal de Educação e com suporte e monitoramento das pessoas gestoras.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar sete insumos.

1. Documento contendo diagnóstico com as necessidades e oportunidades de educação ambiental nos parques. 
2. Equipe técnica responsável por criar um plano de ação em educação ambiental conforme meta 3.1 do PMEa. 
3. Plano Municipal de Educação Ambiental. 
4. Regulamento de uso dos parques revisado, incluindo aspectos de vocação de cada espaço, de forma a conciliar a apropriação social com a preservação da biodiversidade. 
5. Termo de cooperação para o estabelecimento de convênio com as escolas para a realização de atividades de Educação Ambiental nos parques. 
6. Secretaria Municipal de Educação. 
7. Pessoa gestora responsável por monitorar e dar suporte às ações de EA nos parques. 

**Categoria de insumos:**  Infraestrutura e equipamentos.  Institucionais e legais.  Técnicos e de planejamento.  Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 09

Para que, através de atividades envolvendo a comunidade, as pessoas estejam mais conscientes sobre a importância da preservação ambiental, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.06	"Considerando os parques como verdadeiros laboratórios de vivências socioambientais, as vitrines ambientais proporcionam experiências em educação ambiental, onde diversos temas podem ser abordados, tais como compostagem, observação da fauna, território e seus aspectos sociais e históricos, paisagem e patrimônio, conflitos, água, dentre outros. Entretanto, não há recursos suficientes, ou diretrizes para difundir tais estruturas pelos parques da cidade" (São Paulo, 2024, pg.180).

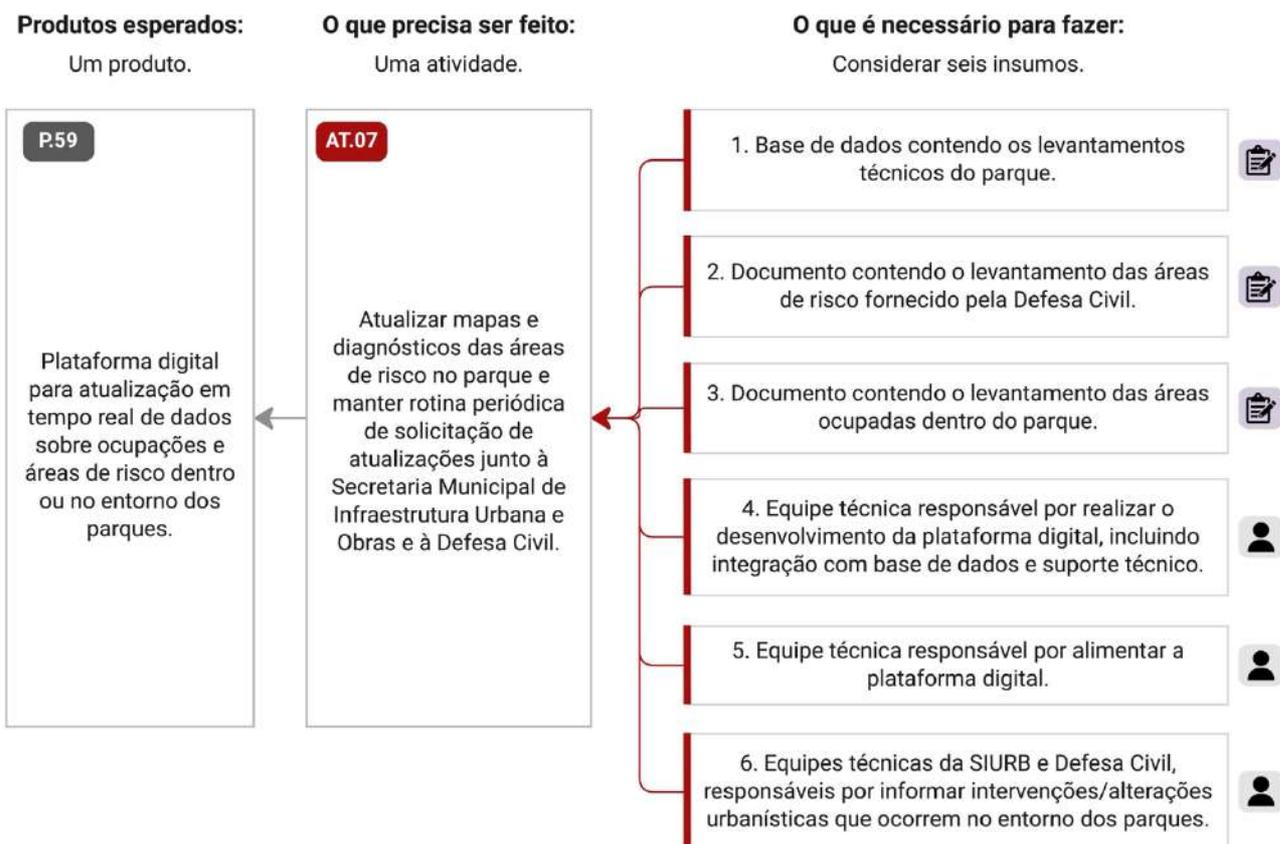
**R.10 Os parques possuem e implementam planos de gestão de riscos socioambientais e de resiliência climática, com foco na proteção das pessoas, da infraestrutura e da biodiversidade.**

Considerando a existência de áreas de risco no interior dos parques, deve ser parte integrante da gestão o monitoramento destas áreas de risco e a definição de estratégias específicas que sejam integradas à gestão dos parques.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, foram identificadas 328 áreas de risco hidrológico e geológico dentro do perímetro das áreas de influência dos parques.

Dimensão	Impacto
● Pessoas no parque e área de influência	 ODS 11.6  ODS 13.1



Categoria de insumos:  Infraestrutura e equipamentos.  Institucionais e legais.  Técnicos e de planejamento.  Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 10

Para que os parques tenham sua gestão voltada à mitigação de riscos ambientais e resiliência climática, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.07	"Há uma oportunidade clara de melhorar o planejamento espacial e catalisar investimentos em intervenções direcionadas que promovam resiliência climática e proteção da biodiversidade dentro e fora das cidades, e isso exige ferramentas eficazes" (UN-Habitat, 2024, p.10).

**R.11 Os parques situados em entornos de maior vulnerabilidade socioeconômica são tratados como prioridade em cronogramas de implementação de ações e políticas.**

Considerar as pessoas em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica é fundamental para garantir a equidade e ofertar opções de lazer, ócio, e saúde a quem mais necessita.

**O que se pretende resolver?**

- Especialmente nos extremos leste e sul do município, na avaliação dos parques municipais de São Paulo observou-se o predomínio de perfis de alta vulnerabilidade socioeconômica nas áreas de influência dos parques, caracterizados por rendimentos per capita de até 1 salário-mínimo;
- Nas avaliações específicas, foram identificadas poucas atividades regulares nos parques, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, foram observados desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.

Dimensão	Impacto
● Pessoas no parque e área de influência	 ODS 1.4  ODS 10.4

**Produtos esperados:**

Um produto.

**P.57**

Número (a definir) de parques situados em entornos de alta vulnerabilidade socioeconômica contendo programação mínima e regular de projetos, programas e atividades.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.03**

Revisar a oferta de programas, projetos e atividades nos parques, identificando os parques sem grade mínima de atividades regulares (priorizando os que incidem índices de vulnerabilidade em sua área de influência) e propondo sua composição. Quando necessário, sugerir novas iniciativas alinhadas às demandas locais identificadas pela gestão.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar cinco insumos.

1. Plataforma digital de transparência contendo o número de programas e projetos que ocorrem nos parques sistematizados e categorizados. 
2. Lista de priorização dos parques, destacando os que tem entorno com altos índices de vulnerabilidade, para a realização prioritária de ampliação de programa e/ou projeto. 
3. Relatório mensal de gestão (P.07) contendo o número de atividades e programas demandados por parque (P.13). 
4. Equipe técnica responsável por articular a distribuição de programas e projetos, garantindo uma grade mínima por parque. 
5. Equipe técnica responsável por propor novos programas e projetos, de preferência em articulação com associações comunitárias. 

### Quadro de relação lógica do resultado 11

Para que os parques situados em entornos de maior vulnerabilidade socioeconômica sejam tratados como prioridade em cronogramas de implementação de ações e políticas, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.03	"Muitas pessoas em cidades de países de baixa e média renda, especialmente as mais pobres, dependem fortemente do acesso a espaços públicos para suas atividades diárias saudáveis, bem como para eventos socioculturais, políticos e para a geração de emprego. Portanto, a boa qualidade desses espaços públicos deve ser considerada uma parte essencial das estratégias de redução da pobreza e de crescimento verde inclusivo" (Kaw; Lee; Wahba, 2020, p.40).

**R.12 Os parques são entendidos como vetores de conectividade ecológica e favorecem o aumento da biodiversidade em toda a cidade.**

Os parques possuem potencial de contribuir com o aumento da biodiversidade na cidade, uma vez que estão distribuídos por toda a cidade e possuem dimensões de grande relevância na composição das áreas permeáveis e florestadas.

**O que se pretende resolver?**

- No contexto da zona urbana, na avaliação dos parques municipais de São Paulo observou-se baixa conectividade entre os parques municipais e outras áreas verdes;
- Nas avaliações específicas, identificou-se a necessidade de integrar os parques à infraestrutura verde do entorno, a fim de fortalecer sua função ambiental e contribuir com a rede de drenagem.

Dimensão	Impacto
● Verde e azul	ODS 15.2

**Produtos esperados:**

Dois produtos.

**P.61**  
Estudo técnico contendo base de dados em Sistema de Informação Geográfica (SIG) com traçado dos corredores ecológicos urbanos.

**P.62**  
Número (a definir) de corredores ecológicos urbanos contendo estratégias de conectividade ecológica entre parques, Unidades de Conservação e áreas verdes.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.32**  
Elaborar estudo técnico para identificação e mapeamento de corredores ecológicos urbanos, com base na conectividade entre parques, Unidades de Conservação e áreas verdes. Definir e implementar estratégias de conectividade ecológica para esses corredores, incluindo arborização com espécies nativas, reflorestamento, jardins polinizadores e infraestrutura amiga da fauna, visando, inclusive, ampliar os recursos ecológicos e o valor paisagístico.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar dois insumos.

1. Consultoria externa contratada para o mapeamento dos corredores ecológicos urbanos, conforme diretrizes do Guia Metodológico para Implantação de Corredores.
2. Equipe técnica para fiscalização da consultoria e elaboração do estudo técnico.

Categoria de insumos: 
 Infraestrutura e equipamentos. 
 Institucionais e legais. 
 Técnicos e de planejamento. 
 Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 12

Para que os parques sejam entendidos como vetores de conectividade ecológica e favoreçam o aumento da biodiversidade em toda a cidade, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

Atividade	Relação lógica
AT.32	<p>"A implantação de jardins de polinizadores, <i>wetlands</i>, jardins de chuva, corredores escuros, infraestrutura amiga da fauna, já é realidade em diversas cidades do mundo. O uso das estruturas urbanas já existentes, como os equipamentos públicos, linhões de energia, trilhos de trem e metrô, ciclovias, calçadas e canteiros de avenidas e ruas, rios e represas, podem ser o ponto de partida para o planejamento dos corredores de fauna. Mesmo as estruturas em que não se recomenda o plantio de espécies de porte arbóreo, podem receber outras formas de vegetação, oferecendo recursos e conectividade. O plantio, livre desenvolvimento ou ações de enriquecimento com espécies vegetais rasteiras, arbustivas, de sub-bosque, lianas e trepadeiras, associadas ou não a uma vegetação de porte arbóreo, podem garantir uma maior conectividade entre ambientes, diversidade e disponibilidade de recursos oferecidos à fauna silvestre nativa" (São Paulo, 2022, p.147).</p>

**R.13 Os parques e suas áreas de influência contam com uma governança intersetorial que promove territórios mais integrados, seguros, acessíveis e sustentáveis.**

Os parques possuem potencial de contribuir com o aumento da biodiversidade na cidade, uma vez que estão distribuídos por toda a cidade e possuem dimensões de grande relevância na composição das áreas permeáveis e florestadas.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, identificou-se uma alta potencialidade de integração entre os parques e os equipamentos públicos próximos, o que poderia viabilizar parcerias entre secretarias e uma programação conjunta de atividades;
- Nas avaliações específicas, identificou-se uma lacuna na articulação dos parques com políticas, projetos e equipamentos públicos presentes em seu entorno.

Dimensão	Impacto
 Governança	 ODS 17.7

**Produtos esperados:**

Um produto.

**P.67**

Número (a definir) de parques com atuação do Território-Parque.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.47**

Elaborar e instituir, por meio de Portaria Intersecretarial da Prefeitura de São Paulo, o Território-Parque como escala operativa de governança para a articulação intersetorial entre equipamentos públicos e subprefeituras nas áreas de influência dos parques, integrando, inclusive, ações de segurança urbana, acessibilidade e mobilidade ativa, entre outras.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar quatro insumos.

1. Lei para implementação do Programa Território-Parque, incluindo obrigações, responsabilidades e sanções. 
2. Equipe de gestão intersecretarial, contendo pelo menos um ponto focal por Secretaria chave. 
3. Equipe técnica da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente responsável pela gestão e monitoramento de ações dentro do Território-Parque. 
4. Plataforma digital de monitoramento de ações das Secretarias dentro do perímetro administrativo dos Territórios-Parque. 

**Categoria de insumos:**  Infraestrutura e equipamentos.  Institucionais e legais.  Técnicos e de planejamento.  Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 13

Para que os parques e suas áreas de influência contem com uma governança intersetorial que promova territórios mais integrados, seguros, acessíveis e sustentáveis, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.47	"No entanto, funções sobrepostas e a má coordenação entre diversos órgãos impedem que os governos locais prestem de forma eficaz serviços municipais como manutenção de vias locais, iluminação pública, espaços públicos, gestão de resíduos sólidos e serviços comunitários. As funções de desenvolvimento municipal e urbano também são altamente fragmentadas, resultando na falta de planejamento coordenado e integração em nível de cidade" (Kaw; Lee; Wahba, 2020, p.44).

**R.17 Os parques são frequentados em diferentes dias e horários por uma diversidade de pessoas, que permanecem por mais tempo com conforto, segurança e acesso a infraestrutura de qualidade.**

A oferta de atividades diversificadas, bem distribuídas em diferentes períodos e compatíveis com demandas locais tem a capacidade de fomentar a frequência nos parques, além de promover maior vitalidade nestes locais, aumentando a sensação de segurança.

**O que se pretende resolver?**

- Apesar da existência de equipamentos públicos dentro das áreas de influência dos parques, na avaliação dos parques municipais de São Paulo foi observada uma baixa articulação entre estes equipamentos com os parques;
- Nas avaliações específicas, foram identificadas poucas atividades regulares nos parques, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, foram observados desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.

Dimensão	Impacto
● Pessoas no parque e área de influência	 ODS 5.1  ODS 11.7

**Produtos esperados:**

Um produto.

**P.57**

Número (a definir) de parques situados em entornos de alta vulnerabilidade socioeconômica contendo programação mínima e regular de projetos, programas e atividades.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.03**

Identificar os parques que não possuem uma programação mínima de atividades regulares, com prioridade para aqueles localizados em áreas com altos índices de vulnerabilidade. Para esses casos, propor uma composição de atividades adequada ao contexto e, quando necessário, sugerir novas iniciativas alinhadas às demandas locais mapeadas pela gestão.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar cinco insumos.

1. Plataforma digital de transparência contendo o número de programas e projetos que ocorrem nos parques sistematizados e categorizados. 
2. Lista de priorização dos parques, destacando os que tem entorno com altos índices de vulnerabilidade, para a realização prioritária de ampliação de programa e/ou projeto. 
3. Relatório mensal de gestão (P.07) contendo o número de atividades e programas demandados por parque (P.13). 
4. Equipe técnica responsável por articular a distribuição de programas e projetos, garantindo uma grade mínima por parque. 
5. Equipe técnica responsável por propor novos programas e projetos, de preferência em articulação com associações comunitárias. 

### Quadro de relação lógica do resultado 17

Para que os parques sejam frequentados em diferentes dias e horários por uma diversidade de pessoas, que permaneçam por mais tempo com conforto, segurança e acesso a infraestrutura de qualidade, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.03	"Os espaços devem ser planejados no sentido de favorecer a autonomia e a socialização, contribuindo para atender às necessidades de diferentes grupos de pessoas frequentadoras e trabalhadoras do parque. Esses espaços devem ser inclusivos, isto é, devem ser projetados para todas as idades e tipos de pessoas que os utilizarão" (Semeia; UNOPS, 2020, p. 29).

**R.19 Há rotas acessíveis e cicláveis dentro da área de influência do parque, integrando equipamentos públicos, transporte público e garantindo um acesso seguro e inclusivo aos parques.**

As políticas de incentivo aos modos ativos de deslocamento dentro das áreas de influência dos parques possibilitam a todas as pessoas terem acesso seguro e inclusivo entre os parques, sistemas de transporte público e demais equipamentos públicos de relevância.

**O que se pretende resolver?**

- Na avaliação dos parques municipais de São Paulo, identificou-se uma alta potencialidade de integração entre os parques e os equipamentos públicos próximos, o que poderia viabilizar parcerias entre secretarias e uma programação conjunta de atividades;
- Nas avaliações específicas, identificou-se uma lacuna na articulação dos parques com políticas, projetos e equipamentos públicos presentes em seu entorno.

Dimensão	Impacto
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Governança</li> <li>● Acessibilidade</li> </ul>	<p>ODS 11.2; 11.7</p>

**Produtos esperados:**

Um produto.

**P.67**

Número (a definir) de parques com atuação do Território-Parque.

**O que precisa ser feito:**

Uma atividade.

**AT.47**

Elaborar e instituir, por meio de Portaria Intersecretarial da Prefeitura de São Paulo, o Território-Parque como escala operativa de governança para a articulação intersecretarial entre equipamentos públicos e subprefeituras nas áreas de influência dos parques, integrando, inclusive, ações de segurança urbana, acessibilidade e mobilidade ativa, entre outras.

**O que é necessário para fazer:**

Considerar quatro insumos.

1. Lei para implementação do Programa Território-Parque, incluindo obrigações, responsabilidades e sanções.
2. Equipe de gestão intersecretarial, contendo pelo menos um ponto focal por Secretaria chave.
3. Equipe técnica da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente responsável pela gestão e monitoramento de ações dentro do Território-Parque.
4. Plataforma digital de monitoramento de ações das Secretarias dentro do perímetro administrativo dos Territórios-Parque.

**Categoria de insumos:** Infraestrutura e equipamentos. Institucionais e legais. Técnicos e de planejamento. Humanos.

### Quadro de relação lógica do resultado 19

Para que os parques tenham rotas acessíveis e cicláveis dentro dos limites do Território-Parque, integrando equipamentos públicos, transporte público e garantindo um acesso seguro e inclusivo aos parques, as atividades propostas foram estruturadas com base em pesquisas aplicadas, experiências consolidadas e recomendações teóricas. Nesse sentido, as ações foram desenhadas a partir das seguintes referências bibliográficas:

<b>Atividade</b>	<b>Relação lógica</b>
AT.37	"A concentração de diferentes tipos de equipamentos, como bibliotecas, centros comunitários, instalações esportivas e parques, não apenas oferece serviços às comunidades e bairros, mas também promove o senso de pertencimento e a coesão social. Algumas cidades também conseguiram implementar soluções criativas para conectar bairros por meio de uma rede de espaços públicos, ligando parques por conexões para pedestres e ciclovias, utilizando espaços residuais ao longo de infraestruturas como vias e canais" (Kaw; Lee; Wahba, 2020, p.106).

### 3.3.2 Visão consolidada da Governança

Os resultados apresentados no eixo de governança, relacionam-se, sobretudo:

- à contribuição a uma maior apropriação dos parques e senso de pertencimento entre a população nas áreas de influência, a partir do aumento da sensação de segurança, diversificação de atividades e melhoria nas condições gerais de manutenção;
- à valorização dos parques para o desempenho de suas funções ecológicas, atuando como pontos estratégicos para o estabelecimento de conectividade hídricas, de fauna e flora;
- à criação de um limite administrativo que tenha como eixo central articulador os parques municipais, possibilitando o estabelecimento de parcerias intersecretariais e a otimização de recursos em investimentos e custeios;
- à equidade na distribuição de parques inclusivos e acessíveis, priorizando a oferta qualificada em entornos caracterizados por população em alta situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental.

Dentre os recursos necessários ao alcance destes resultados, os insumos que apresentaram maior recorrência foram aqueles humanos, relacionados à disponibilização de equipe para realização de atividades, incremento em quadro de pessoas funcionárias, e a contratação de consultorias especializadas. Esse resultado sugere que, para alcance dos resultados esperados nos parques municipais, é fundamental priorizar investimentos em recursos humanos além de estabelecer novos fluxos internos e redistribuir atribuições. É importante ressaltar que a alta demanda por recursos humanos não implica necessariamente no incremento generalizado de equipe, mas sim em reestruturações internas e revisão de atribuições.

As principais atividades deste eixo estão relacionadas com a revisão de procedimentos internos, sobretudo àqueles relacionados à sistematização de informações, e à revisão e elaboração de normativas e procedimentos que garantam maior transparência e respaldo na utilização dos parques.

Além dos recursos humanos altamente demandados, uma vez que são diretamente relacionados às atividades, os institucionais e jurídicos, e técnicos e de planejamento também emergiram como de grande relevância para alcance dos resultados no eixo de governança. Os insumos de infraestrutura apresentados se referem, em sua maioria, ao estabelecimento de um sistema de monitoramento, que é essencial para a estruturação das estratégias.

A criação da unidade administrativa intitulada Território-Parque deve ser entendida como uma atividade transversal, uma vez que o estabelecimento de parcerias fortalece a execução de outras atividades dentro do eixo, como por exemplo as atividades 3, 6, 7, 32 e 33 que necessitam do estabelecimento de parcerias para sua execução e que podem ser facilitadas em um contexto de unidade administrativa integrada.

#### 4. Monitoramento dos resultados

Os resultados esperados, que foram apresentados ao longo dos eixos, são semelhantes àqueles definidos durante a elaboração da *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024)*. Em ambos os relatórios, os resultados são direcionados à melhoria da experiência da população nos parques municipais. Além disso, os resultados possuem estreito alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana.

O painel de métricas de monitoramento dos resultados tem como finalidade acompanhar o impacto gerado pela execução das atividades previstas na teoria da mudança, por meio da análise do grau de alcance dos resultados esperados. Essas métricas devem refletir, de forma objetiva e mensurável, as melhorias percebidas principalmente pela população-alvo, servindo como base para a tomada de decisões e o aprimoramento contínuo das ações implementadas (Lazzarini et al., 2022).

Esse acompanhamento permite verificar se os resultados estão, de fato, sendo alcançados. Caso contrário, é necessário avaliar se as atividades vinculadas a esses resultados estão sendo executadas conforme planejado. Por isso, após a fase de implementação das estratégias, é importante considerar os produtos gerados pelas atividades como indicadores complementares de desempenho. Eles podem oferecer indicativos relevantes sobre quais fatores podem estar impedindo o alcance dos resultados esperados.

Resultados esperados		Métrica de monitoramento
R01	Os parques são percebidos como mais seguros por mulheres e meninas.	Nível de segurança percebido pela comunidade - desagregado por gênero e faixa etária.
R02	As pessoas, especialmente aquelas que vivem na área de influência, conhecem a existência dos parques mais próximos, sabem localizá-los e identificá-los com facilidade, e têm acesso às informações relevantes, incluindo a programação de atividades.	Percentual de pessoas frequentadoras do parque que declaram conhecer a programação e serviços do parque.
		Percentual de pessoas do entorno que declaram conhecer o parque e sua programação e serviços ofertados.
R03	Os equipamentos do parque permanecem bem conservados ao longo do tempo.	Percentual de equipamentos em bom estado de conservação.
		Tempo médio de resposta para manutenção corretiva após identificação de problemas.
R04	As condições ecológicas dos corpos d'água dos parques estão melhoradas, contribuindo para a saúde ambiental e a biodiversidade local.	Índice de Qualidade da Água (IQA) nos corpos d'água dos parques.
R05	São ofertadas, pela SVMA, por outras secretarias e por entidades comunitárias, atividades regulares alinhadas às necessidades e interesses da comunidade	Número de atividades ofertadas regularmente e porcentagem das atividades realizadas através de parcerias.
		Número de parques com atividades regulares.

	residente na área de influência dos parques.	Nível de satisfação dos participantes nas atividades com relação às atividades ofertadas no parque.
R06	Todos os parques municipais de São Paulo possuem conselho gestor eleito e ativo, as pessoas conselheiras são engajadas e cientes das suas competências, e acompanham com maior frequência as reuniões.	<p>Número de conselhos gestores eleitos e ativos.</p> <p>Taxa de participação nas reuniões do conselho gestor (% de presença dos conselheiros titulares e suplentes).</p> <p>Percentual de pessoas conselheiras que pontuaram acima de 70% em questionário referente às atribuições do conselho gestor.</p>
R07	Os parques são geridos de forma qualificada e eficiente, com impacto direto na melhoria dos serviços e na qualidade dos espaços para a população.	<p>Nível de satisfação das pessoas frequentadoras com relação à gestão do parque.</p> <p>Percentual de atividades previstas no plano de gestão que foram efetivamente realizadas durante seu período de vigência.</p>
R08	As pessoas frequentadoras e os grupos comunitários da área de influência estão mais engajados na vida dos parques, participando das atividades, da gestão e dos processos de cuidado e preservação dos espaços.	<p>Número de grupos comunitários que participaram ou promoveram atividades no parque ao longo de um ano.</p> <p>Percentual de pessoas do entorno que declaram se envolver nas atividades, gestão e/ou processos de cuidados do parque em questão.</p>
R09	Os parques oferecem atividades e equipamentos informativos de sensibilização e educação ambiental, fazendo com que as pessoas que os frequentam se conscientizem sobre a importância do meio ambiente e da necessidade de preservá-lo.	<p>Número de parques que oferecem atividades de educação ambiental.</p> <p>Nível de conhecimento sobre meio ambiente e preservação das pessoas frequentadoras.</p>
R10	Os parques possuem e implementam planos de gestão de riscos socioambientais e de resiliência climática, com foco na proteção das pessoas, da infraestrutura e da biodiversidade.	<p>Número de ações de prevenção de riscos ambientais promovidos pelos parques que tem em seu perímetro interno áreas de riscos.</p> <p>Porcentagem de parques com estratégias de manejo de águas pluviais baseadas em Soluções Baseadas na Natureza (SbN).</p> <p>Porcentagem de parques com gestão integral de resíduos sólidos.</p> <p>Percentual de frequentadoras e frequentadores que avaliam positivamente as condições e infraestruturas de conforto térmico dos parques.</p>
R11	Os parques situados em entornos de maior vulnerabilidade socioeconômica são tratados como prioridade em cronogramas de implementação de ações e políticas.	Percentual de parques em territórios vulneráveis atendidos prioritariamente nos cronogramas de ações e políticas.
R12	Os parques são entendidos como vetores de conectividade ecológica e favorecem o aumento da biodiversidade em toda a cidade.	Índice de conectividade ecológica entre os parques e outros fragmentos verdes da cidade.

<p><b>R13</b></p>	<p>Os parques e suas áreas de influência contam com uma governança intersetorial que promove territórios mais integrados, seguros, acessíveis e sustentáveis.</p>	<p>Percentual de parques com instâncias de governança intersetorial formalizadas, ativas e operantes.</p>
<p><b>R14</b></p>	<p>Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida acessam os parques com maior frequência.</p>	<p>Percentual de pessoas frequentadoras com deficiência ou mobilidade reduzida.</p> <p>Percentual de pessoas do entorno frequentadoras com deficiência ou mobilidade reduzida.</p>
<p><b>R15</b></p>	<p>Os parques são utilizados como espaços de convivência, lazer e fruição confortável e segura por crianças de todas as idades, gêneros e condições de mobilidade, assim como por suas pessoas cuidadoras.</p>	<p>Percentual de pessoas frequentadoras com diversificação de faixas etárias.</p> <p>Percentual da percepção de qualidade das estruturas recreativas na sua dimensão, design e localização para crianças e pessoas com deficiência.</p>
<p><b>R16</b></p>	<p>Os parques oferecem infraestruturas para a prática de atividades físicas e de cuidado com a saúde de forma acessível e inclusiva, beneficiando pessoas de diferentes idades, gêneros e condições de mobilidade.</p>	<p>Número de parques que oferecem infraestruturas para a prática de atividades físicas inclusivas e acessíveis.</p> <p>Número de programas voltados à prática de atividades físicas ofertadas pelo poder público, praticadas nos parques.</p> <p>Número de programas voltados à prática de atividades físicas ofertadas pela sociedade civil, praticadas nos parques.</p>
<p><b>R17</b></p>	<p>Os parques são frequentados em diferentes dias e horários por uma diversidade de pessoas, que permanecem por mais tempo com conforto, segurança e acesso a infraestrutura de qualidade.</p>	<p>Percentual de pessoas frequentadoras em diferentes períodos estabelecidos.</p>
<p><b>R18</b></p>	<p>Os parques dispõem de infraestrutura adequada e segura para a realização de reuniões e eventos, além de oferecer espaços de conforto, segurança e bem-estar para as pessoas trabalhadoras responsáveis da sua gestão e manutenção.</p>	<p>Número de parques que possuem sede administrativa ou estrutura similar.</p> <p>Número de reuniões do conselho gestor outros eventos realizados na infraestrutura do parque.</p> <p>Percentual de pessoas que percebem como adequada a qualidade das estruturas de apoio à gestão e manutenção.</p>
<p><b>R19</b></p>	<p>Há rotas acessíveis e cicláveis dentro da área de influência do parque, integrando equipamentos públicos, transporte público e garantindo um acesso seguro e inclusivo aos parques.</p>	<p>Percentual de vias no entorno do parque com calçadas acessíveis e contínuas até os acessos principais.</p> <p>Percentual de pessoas frequentadoras que acessam o parque por meio de deslocamento ativo (a pé ou bicicleta) desagregado por pessoas com deficiência e gênero.</p>

## 5. Análise integrada dos eixos

Após a apresentação dos resultados e das atividades organizadas por eixo, esta seção se dedica à análise integrada dos elementos da cadeia da teoria da mudança. Embora a divisão por eixos tenha como objetivo orientar as ações conforme seu foco em gestão, governança ou desenho urbano dos parques, é fundamental retomar uma visão sistêmica. Isso porque os resultados propostos somente serão alcançados mediante a implementação articulada de todas as atividades, independentemente do eixo a que pertençam.

### 5.1 Insumos mais recorrentes

Os insumos referem-se a todos os recursos essenciais para a implementação das atividades propostas. Na avaliação integrada dos resultados, os **insumos humanos** são os mais recorrentes, correspondendo a 47% do total. Isso indica que a constituição de equipes técnicas com atribuições claras, número adequado de integrantes e capacidade para planejar, executar e acompanhar as ações é o principal recurso a ser estruturado. Nesse sentido, torna-se importante avaliar, ainda na etapa de planejamento, quais arranjos necessários para garantir a absorção das demandas, podendo haver a necessidade de criação de novos setores técnicos, alocação de equipes fixas ou a eventual delegação de atividades a consultores externos e a terceirização de atividades, a fim de evitar sobrecargas e garantir eficiência na execução das atividades.

Em segundo lugar, com 31% dos insumos, estão os recursos técnicos e de planejamento. Essa categoria abrange projetos, relatórios e documentos de diagnóstico e levantamento. Vale destacar que, em alguns casos, esses próprios documentos são produtos de atividades voltadas ao diagnóstico de aspectos dos parques, tornando-se posteriormente insumos para outras ações de planejamento estratégico. Essa dinâmica evidencia a interdependência entre atividades e reforça a importância de um planejamento sistêmico, que articule de forma eficiente a coleta de dados e a produção de materiais.

Os recursos institucionais e jurídicos representam 14% dos insumos, englobando leis, decretos, portarias, contratos e termos de referência necessários à execução das atividades. Já os recursos de infraestrutura e equipamentos correspondem a 9% do total.

### 5.2 Resultados mais contemplados

Ao todo, foram propostas 47 atividades que resultam em 67 produtos. Cada produto está vinculado a um dos 19 resultados, de modo que uma mesma atividade pode gerar mais de um produto e, conseqüentemente, contribuir para diferentes resultados. Os resultados mais recorrentes foram:

Figura 28: Tabela com os resultados mais contemplados dentre as atividades propostas

Cód.	Resultado	Repetições
R.01	Os parques são percebidos como mais seguros por mulheres e meninas.	7
R.05	São ofertadas, pela SVMA, por outras secretarias e por entidades comunitárias, atividades regulares alinhadas às necessidades e interesses da comunidade residente na área de influência dos parques.	11
R.14	Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida acessam os parques com maior frequência.	10
R.15	Os parques são utilizados como espaços de convivência, lazer e fruição confortável e segura por crianças de todas as idades, gêneros e condições de mobilidade, assim como por suas pessoas cuidadoras.	7
R.17	Os parques são frequentados em diferentes dias e horários por uma diversidade de pessoas, que permanecem por mais tempo com conforto, segurança e acesso a infraestrutura de qualidade.	9

Fonte: Elaboração ONU-Habitat

Conforme demonstrado na tabela acima, os resultados 05 e 14 são o mais contemplados entre as atividades propostas, evidenciando a centralidade da oferta integrada de atividades regulares e da acessibilidade universal na estratégia apresentada. Em seguida, destacam-se, entre os resultados mais recorrentes: a apropriação ampliada, confortável e inclusiva por todas as pessoas frequentadoras, o uso seguro para o lazer de crianças e suas pessoas cuidadoras e o aumento da percepção de segurança por mulheres e meninas.

A alta incidência desses cinco resultados indica que a estratégia proposta está fortemente alinhada aos objetivos de promoção da inclusão e da acessibilidade. Além disso, essa abordagem está em consonância com o parágrafo 13 da Nova Agenda Urbana (NAU), que propõe:

Vislumbramos cidades e assentamentos humanos que (...) sejam participativos; promovam a participação cívica; estimulem sentimentos de pertencimento e apropriação entre todos os seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, adequados para famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política, conforme o caso; e propiciem a coesão social, a inclusão e a segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes sejam satisfeitas, reconhecendo as necessidades específicas daqueles em situação de vulnerabilidade (ONU-Habitat, 2017, p. 4, § 13).

### 5.3 Atividade com maior centralidade

Como explicado anteriormente, uma mesma atividade pode estar vinculada a mais de um resultado, a depender da diversidade de produtos que gera. Entre as atividades propostas, a de maior número de resultados associados é a atividade 40, pertencente ao eixo gestão, que propõe:

Desenvolver e implementar um relatório mensal de gestão a ser preenchido de forma online pela equipe gestora dos parques, apresentado nas reuniões do conselho gestor e monitorado pela equipe técnica da SVMA. O relatório deve incluir: (1) avaliação atualizada das condições dos equipamentos do parque e necessidades de manutenção preventiva ou corretiva; (2) monitoramento das ações e demandas de manutenção realizadas nos cursos hídricos: limpezas, plantios, desassoreamentos, entre outros; (3) distribuição da equipe de vigilância pelo parque; (4) lista de programas e atividades ofertadas semanalmente no parque e demandas por novas atividades que contemplem a todos os perfis de pessoas frequentadoras.

Essa atividade adota uma abordagem ampla e estratégica, pois o relatório constitui um insumo central para diferentes dimensões da gestão: manutenção de equipamentos, monitoramento ambiental dos corpos hídricos, organização da vigilância e adequação da programação às demandas da população usuária. Além disso, fortalece o canal de comunicação entre a gestão local dos parques e a SVMA.

A relevância da atividade 40 evidencia a necessidade de consolidar um modelo de gestão mais eficiente como ação prioritária para os parques municipais. O relatório proposto não apenas apoia as atribuições do gestor, mas também organiza o diálogo entre este, a SVMA, outras secretarias e equipes terceirizadas. Logo, sua implementação expõe um gargalo administrativo que vai além da simples elaboração de um documento, configurando-se como oportunidade para aprimorar a organização gerencial das atribuições, os fluxos internos e o monitoramento das ações realizadas nos parques e seus desdobramentos.

A atividade 40 está vinculada a seis resultados, sendo eles:

- **R.01:** Os parques são percebidos como mais seguros por mulheres e meninas;
- **R.02:** As pessoas, especialmente aquelas que vivem na área de influência, conhecem a existência dos parques mais próximos, sabem localizá-los e identificá-los com facilidade, e têm acesso às informações relevantes, incluindo a programação de atividades;
- **R.03:** Os equipamentos do parque permanecem bem conservados ao longo do tempo;
- **R.04:** As condições ecológicas dos corpos d'água dos parques estão melhoradas, contribuindo para a saúde ambiental e a biodiversidade local;
- **R.05:** São ofertadas, pela SVMA, por outras secretarias e por entidades comunitárias, atividades regulares alinhadas às necessidades e interesses da comunidade residente na área de influência dos parques;
- **R.17:** Os parques são frequentados em diferentes dias e horários por uma diversidade de pessoas, que permanecem por mais tempo com conforto, segurança e acesso a infraestrutura de qualidade.

Embora demande ações complementares para que esses resultados se concretizem, a atividade 40 representa um elemento estruturante para a efetividade da gestão e para a

consolidação de um modelo mais integrado e eficiente. Por isso, deve ser considerada central na estratégia proposta.

#### 5.4 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais contemplados

Em todos os resultados, foi avaliado o impacto gerado para a sociedade a partir da identificação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contemplados. Ao todo, 13 dos 17 objetivos foram abordados. A partir da análise dos 19 resultados em cada um dos eixos, é possível destacar os seis ODS mais recorrentes, evidenciando quais objetivos tendem a gerar maior impacto com a implementação das atividades sugeridas.

Tabela 2: Incidência dos ODS dentre os resultados da estratégia

ODS	Frequência total
 <p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p>	<p>ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis</p> <p>15 resultados</p>
 <p>13 AÇÃO CLIMÁTICA</p>	<p>ODS 13: Ação climática</p> <p>6 resultados</p>
 <p>5 IGUALDADE DE GÊNERO</p>	<p>ODS 5: Igualdade de gênero</p> <p>4 resultados</p>
 <p>10 REDUZIR AS DESIGUALDADES</p>	<p>ODS 10: Reduzir as desigualdades</p> <p>4 resultados</p>
 <p>3 SAÚDE DE QUALIDADE</p>	<p>ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes</p> <p>4 resultados</p>

Fonte: Elaboração ONU-Habitat

A tabela acima apresenta os cinco ODS identificados como os impactos mais recorrentes entre os resultados das estratégias políticas. O ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis – foi o mais frequentemente associado, aparecendo em 15 dos 19 resultados esperados. Entre as metas específicas mais citadas, destaca-se a meta 11.7, que trata do acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, verdes e acessíveis. Em seguida, aparecem as metas 10.2 e 13.1, ambas mencionadas três vezes, relacionadas, respectivamente, à promoção da inclusão social, econômica e política de todas as pessoas e ao fortalecimento da resiliência e da capacidade de adaptação a riscos climáticos.

## 6. Conclusão

Este relatório apresentou uma síntese daquilo que foi diagnosticado nos parques municipais a partir da aplicação das ferramentas de avaliação dos espaços públicos do ONU-Habitat dentro da iniciativa Viva o Verde SP, transformando esses diagnósticos em recomendações estruturadas dentro de estratégias políticas com foco no resultado. Apesar deste documento ter como estrutura metodológica a teoria da mudança, a aplicação das estratégias políticas deve considerar outros instrumentos, sobretudo de implementação, avaliação e tomada de decisão.

A estrutura apresentada permitiu identificar quais os principais recursos e ações necessárias para responder às principais fragilidades relacionadas ao desenho urbano, gestão e governança dos parques municipais. No eixo de desenho urbano, deve-se investir na realização de obras e mobilização de equipe interna para o desenvolvimento de projetos. No eixo de gestão, a reestruturação de processos e procedimentos se apresenta com um dos maiores desafios. Já em governança, a sistematização e disponibilização de dados e informações relativas aos parques, além da ampliação no estabelecimento de parcerias se apresentou como uma das necessidades mais relevantes.

De forma transversal aos três eixos, identificou-se uma alta demanda por insumos associados a recursos humanos. Esse aspecto indica que uma das prioridades para possibilitar a implementação das estratégias deve ser assegurar que as demandas possam ser absorvidas interna ou externamente, seja a partir de uma reestruturação organizacional para a criação de novos setores, revisão de atribuições e novas contratações, ou para o estabelecimento de parcerias e contratações terceirizadas.

Figura 29: Reunião de capacitação com servidoras públicas discutindo a avaliação do parque Sete Campos



Fonte: Acervo ONU-Habitat

De forma recorrente, tanto os produtos, como as atividades e os insumos apontaram para a importância do desenvolvimento de uma plataforma que permita realizar o devido monitoramento e avaliação das estratégias e demais informações relacionadas aos parques

municipais. A plataforma permitirá uma revisão constante da estrutura da teoria da mudança, uma vez que se trata de uma ferramenta de revisão contínua, o que significa que no momento de implementação e durante a realização de avaliações possam ser necessários ajustes em determinados pontos da cadeia.

Os impactos projetados tiverem como referência o alcance aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando aqueles alinhados aos temas centrais da iniciativa viva o Verde SP: redução de desigualdades, igualdade de gênero, instituições eficazes, ação climática, e cidades e comunidades sustentáveis.

### 6.1 Meios de implementação

A seguir, são apresentados aspectos que devem ser considerados na implementação das estratégias delineadas nos três eixos. É fundamental que a estrutura apresentada neste relatório seja compreendida pela equipe técnica e gerencial da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e por outros atores-chave, como especialistas e sociedade civil, representada pelas pessoas frequentadoras dos parques.

Apesar das estratégias terem sido originadas por diagnósticos de avaliações nos parques, que incluiu uma diversidade de instâncias participativas, é importante estabelecer mecanismos que garantam uma constância da participação e envolvimento comunitário nas etapas de planejamento, implementação e avaliação das estratégias políticas. Para isso, deve ser desenvolvida uma proposta de participação social que permeie todas as etapas do ciclo de vida dos parques e das políticas públicas e que tenha como referência o fortalecimento dos conselhos gestores dos parques, mas que não se limite a essa instância participativa.

Figura 30: Oficina prática com grupo de mulheres que acompanharam a avaliação específica nos 10 parques prioritários



Fonte: Acervo ONU-Habitat

O levantamento de dados para o monitoramento e avaliação pode se apresentar como um grande desafio uma vez que demanda recursos humanos e financeiros. Como alternativa, recomenda-se o estabelecimento de parcerias com instituições, academia e outras organizações, sobretudo para ações de levantamento de dados e ações de coleta em campo. Além disso, há diversos estudos e avaliações já conduzidas pela SVMA e que devem ser incorporados às métricas do sistema de monitoramento e avaliação e ser implantado.

Figura 31: Registro de coleta de dados realizada no parque M'Boi Mirim para a avaliação dos parques municipais de São Paulo



Fonte: Acervo pessoal, ONU-Habitat

Dentro das estratégias apresentadas, foi proposto o desenvolvimento de um plano de comunicação, que deve ser priorizado dentro das propostas, pois é um elemento fundamental e que pode servir de suporte para disseminação de conteúdo e construção de capacidades dentro da SVMA e junto aos conselhos gestores e sociedade civil. Além disso, o desenvolvimento do plano é transversal aos três eixos e considera tanto aspectos visuais e acessíveis, quanto a ampliação no alcance de informações relativas aos parques à toda a população.

Conforme apresentado na Seção 2.2., não foram estabelecidas responsabilidades para a execução das atividades e tampouco foram definidos os fluxos e procedimentos internos para a execução destas, assim como para a disponibilização e produção dos insumos. Dessa forma, como próximo passo, se faz necessária a definição de atribuições e o estabelecimento de fluxos e protocolos de trabalho.

Em relação aos insumos financeiros, que não foram diretamente contemplados dentro da estrutura da teoria da mudança, é fundamental estabelecer estratégias de financiamento que estejam articuladas aos modelos de gestão e às etapas específicas de cada eixo. As dificuldades associadas à manutenção contínua, à execução de projetos, à gestão dos contratos e à disputa por recursos no orçamento público são recorrentes e indicam a necessidade de revisar não apenas os instrumentos disponíveis, mas também sua operacionalização. A sustentabilidade dos parques exige o fortalecimento da capacidade institucional da SVMA, especialmente no que se refere ao dimensionamento adequado dos custos de implantação, manutenção e operação dos parques, bem como à diversificação das formas de arrecadação e financiamento.

Entre as estratégias possíveis para diversificação de fontes e maior autonomia financeira, destacam-se a formalização de parcerias com organizações da sociedade civil, o incentivo a atividades econômicas locais (como hortas comunitárias, ecoturismo ou serviços de alimentação), a adoção de instrumentos como *namings rights* (com critérios claros de responsabilização socioambiental), e o uso de ferramentas de financiamento como a

Transferência do Direito de Construir (TDC), Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), doações voluntárias ou captação de recursos internacionais. Iniciativas associadas a ações com outras secretarias (como cultura, educação, habitação, urbanismo, esporte e outras), à geração de energia renovável ou ao uso compartilhado dos espaços por outras instituições também se mostram como caminhos viáveis para fortalecer o financiamento e ampliar o impacto social dos parques.

Nesse contexto, também é importante fortalecer as capacidades institucionais, com a revisão de atribuições, contratação de equipes, estruturação de fluxos e melhoria nos mecanismos de contratação pública. Essas ações devem ser acompanhadas da criação ou aprimoramento de sistemas de monitoramento e avaliação, que permitam observar se os resultados estão sendo efetivamente alcançados, e identificar de forma mais precisa os ajustes necessários – seja em insumos, atividades ou estratégias adotadas. A gestão dos parques, portanto, não pode ser tratada como um processo linear ou pontual, mas como uma política pública dinâmica, que exige revisão periódica, participação social e articulação intersetorial para responder à complexidade e diversidade dos territórios em que se insere.

## 6.2 Etapas seguintes

Este relatório, voltado à formulação de estratégias políticas, teve como principal objetivo a estruturação de recomendações, provenientes de avaliações nos parques, que foram estruturadas dentro da metodologia da teoria da mudança. Trata-se, portanto, de um **documento de planejamento** que fornecerá subsídios ao plano de implementação.

Figura 32: Etapas futuras dentro do ciclo da política pública



Fonte: FGV EESP CLEAR, 2023 (adaptado)

Assim como apresentado na Seção 1.1, este relatório abordou as etapas 1- *Identificação do problema* e 2- *Formulação da política*. O passo seguinte, não contemplado neste documento, consiste na 3- *Implementação*. Para isso, devem ser desenvolvidos documentos complementares, com destaque para planos de monitoramento e de avaliação.

Na *Seção 4- Monitoramento dos resultados* é apresentada uma proposta preliminar de indicadores para monitoramento dos resultados. Contudo, um sistema de monitoramento de políticas estruturadas dentro da teoria da mudança, devem contemplar tanto os indicadores finais (resultados e impactos), quanto os indicadores intermediários, que são os insumos, atividades e produtos.

A definição dos indicadores intermediários a serem monitorados devem ser definidos junto à equipe da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, uma vez que a própria equipe pode ter como prática já recorrente o acompanhamento de determinados indicadores que poderiam ser incorporados ao monitoramento das estratégias propostas. Muitos desses indicadores podem estar associados a indicadores já levantados em outras etapas do ciclo de vida dos parques, como por exemplo na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade* (ONU-Habitat, 2024) ou na *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (ONU-Habitat, 2020). Assim como nas etapas da teoria da mudança, será necessário atribuir responsáveis pelo levantamento e atualização dos indicadores dentro da periodicidade estabelecida.

Os planos de avaliação das estratégias políticas, devem considerar elementos relevantes que antecedem a implementação e outros que servem para todo o período de implementação das estratégias (FGV EESP CLEAR, 2023). Na etapa anterior à implementação deverá ser previsto:

- elaboração de relatório de desenho contendo condições e hipóteses necessárias para alcançar o sucesso da intervenção e os riscos que podem afetar o sucesso da intervenção;
- análise de riscos que possam comprometer a implantação das estratégias;
- levantamento de insumos disponíveis;
- atribuição de responsabilidades para execução das atividades;
- proposta de envolvimento da sociedade civil e demais atores-chave;
- prazos para disponibilização de insumos, realização das atividades e entrega dos produtos;
- investimentos e custos operacionais, incluindo custos de oportunidade.

A avaliação durante ou pós implementação das estratégias tem por objetivo avaliar o desempenho final da estratégia política implementada e deverá incluir:

- avaliação de processos participativos;
- impacto das estratégias;
- custo-benefício (análise do investimento x impacto);
- comparação de alocação de recursos previstos x demandados;
- avaliação de governança (tomadas de decisão associadas ao acompanhamento contínuo dos indicadores de monitoramento e das demais avaliações realizadas);
- avaliação de desenho a estrutura e teoria da mudança proposta;
- comparação dos prazos definidos x prazos efetivos de execução.

Nesse sentido, recomenda-se a priorização no desenvolvimento de um plano de avaliação, que considere todas as etapas do ciclo de vida dos parques e utilize como referência os elementos apresentados dentro do quadro lógico da teoria da mudança. Essa ferramenta deverá especificar todas as avaliações que deverão ser conduzidas ao longo do ciclo das estratégias políticas. Todas as propostas de monitoramento e avaliação deverão estar contidas dentro desse sistema a ser desenvolvido, prevendo, no mínimo, módulos da avaliação dos espaços públicos, avaliações específicas, seleção de áreas prioritárias para

criação de parques (já em elaboração pela equipe da SVMA), quadro de priorização e as estratégias políticas.

Figura 33: Reunião de encerramento das capacitações realizadas na avaliação específica dos 10 parques municipais, com a presença da Chefe de Gabinete da SVMA, Tamires Oliveira



Fonte: Acervo ONU-Habitat

## 7. Glossário

**Áreas de risco ambiental:** regiões habitadas com pessoas expostas a desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações (PLANPAVEL, 2022).

**Biodiversidade:** Biodiversidade ou diversidade biológica significa a variabilidade entre organismos vivos de todas as fontes, incluindo, entre outras coisas, ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos, bem como os complexos ecológicos dos quais fazem parte; isso inclui a diversidade dentro das espécies, entre espécies e dos ecossistemas (IPCC, 2024).

**Caminhabilidade:** Medida que avalia a qualidade dos espaços públicos para o deslocamento a pé. Desde a concepção do termo, em 1993, foram desenvolvidas inúmeras metodologias adaptadas ao contexto local para avaliar quão agradáveis, acolhedoras e seguras podem ser as ruas, os bairros e as cidades a partir da perspectiva de uma pessoa que se desloca a pé (SAMPAPÉ!, 2019).

**Comunicação visual inclusiva:** A comunicação visual inclusiva refere-se à condição de uma instalação ou serviço que garante que as pessoas com deficiência tenham acesso, em igualdade de condições com as demais, “ao ambiente físico, ao transporte, à informação e comunicação, incluindo as tecnologias e sistemas de informação e comunicação, e a outras instalações e serviços abertos ou oferecidos ao público” (UNITED NATIONS, 2023, p. 10).

**Conforto térmico:** Satisfação física, fisiológica e psicológica de um indivíduo com as condições térmicas do ambiente. Os fatores físicos determinam as trocas de calor do corpo com o meio; os fisiológicos referem-se a alterações na resposta fisiológica do organismo e os fatores psicológicos, que são aqueles que se relacionam às diferenças na percepção e na resposta a estímulos sensoriais, frutos da experiência passada e da expectativa do indivíduo (SVMA, 2021).

**Corredor Verde:** Área destinada a conexão de fragmentos da paisagem, inclusive ao longo dos cursos hídricos, para conservação e recuperação de habitats da fauna e flora e a manutenção da biodiversidade, por meio da preservação e recuperação da cobertura vegetal arbórea e não arbórea (PLANPAVEL, 2022).

**Desenho universal:** O desenho universal diz respeito à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços que, na maior medida possível, possam ser utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou redesign posterior. Ressalta-se, contudo, que “o ‘desenho universal’ não exclui dispositivos de apoio para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessário” (UNITED NATIONS, 2023, p. 6).

**Infraestrutura verde-azul:** Nome dado ao conjunto de sistemas naturais da cidade, relacionados às áreas verdes e às águas urbanas, integrando funções ambientais, hidráulicas, paisagísticas e sociais. Quando conectadas entre si, como parte de uma rede, essas infraestruturas podem promover a conservação de funções ecossistêmicas, gerando benefícios ao meio ambiente natural e urbano, assim como diversos ganhos sociais (São Paulo, 2022).

**Mitigação (das mudanças climáticas):** Uma intervenção humana para reduzir emissões ou aumentar os sumidouros de gases de efeito estufa (IPCC, 2024).

**Mobilidade urbana:** Característica das cidades que engloba elementos que promovem deslocamentos mais qualificados e eficientes, como transporte de alta capacidade, acessibilidade universal, prioridade ao transporte coletivo, terminais intermodais, redes cicloviárias, infraestrutura para bicicletas, comunicação eficiente com usuários, tarifas acessíveis e logística eficiente para transporte de cargas (São Paulo, 2016).

**Mobilidade ativa/ modos ativos de deslocamento:** Refere-se ao deslocamento de pessoas utilizando modos de transporte não motorizados, como caminhada e bicicleta, com o objetivo de promover um estilo de vida mais saudável e sustentável (ITDP, 2021).

**Mudanças climáticas:** Mudança do clima: direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial, e se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (São Paulo, 2009).

**Resiliência:** A capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver distúrbios, mantendo a mesma estrutura básica e modos de funcionamento, a capacidade de auto-organização e a capacidade de se adaptar ao estresse e mudança, voltando rapidamente ao estado de normalidade (PNUD, 2018).

**Serviços ecossistêmicos:** Processos ou funções ecológicas que possuem valor monetário ou não monetário para indivíduos ou para a sociedade em geral. Estes são frequentemente classificados como (1) serviços de suporte, como produtividade ou manutenção da biodiversidade, (2) serviços de provisão, como alimentos ou fibras, (3) serviços de regulação, como regulação do clima ou sequestro de carbono, e (4) serviços culturais, como turismo ou apreciação espiritual e estética (IPCC, 2024).

**Soluções Baseadas na Natureza:** Ações para proteger, conservar, restaurar, utilizar de forma sustentável e gerir ecossistemas naturais ou modificados, que abordam de forma eficaz e adaptativa os desafios sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que proporcionam bem-estar humano, serviços ecossistêmicos, resiliência e benefícios para a biodiversidade (UNEA, 2022).

**Vulnerabilidade:** Conjunto de condições físicas, sociais, econômicas e ambientais que aumentam a suscetibilidade de indivíduos, comunidades ou sistemas aos impactos de desastres. Pessoas em situação de pobreza e insegurança são as mais afetadas, enfrentando maior risco de remoção, perda de subsistência e dificuldades na recuperação. (PNUD, 2018).

## 8. Referências bibliográficas

ALY, D.; DIMITRIJEVIC, B. Systems approach to the sustainable management of urban public parks. **Urban Forestry & Urban Greening**, v. 68, 127482, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2022.127482>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **REVSBAU**, Piracicaba, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.

BARKER, A. et al. **What makes a park feel safe or unsafe? The views of women, girls and professionals in West Yorkshire**. Leeds: University of Leeds, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.48785/100/108>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

CITY PARKS ALLIANCE. **Investing in equitable urban park systems: equity and parks funding**. Washington, DC: City Parks Alliance, 2019. Disponível em: [https://cityparksalliance.org/wp-content/uploads/2019/07/Equity\\_and\\_Parks\\_Funding\\_7.16.19.pdf](https://cityparksalliance.org/wp-content/uploads/2019/07/Equity_and_Parks_Funding_7.16.19.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

COMMISSION FOR ARCHITECTURE AND THE BUILT ENVIRONMENT (CABE). **Managing green spaces: seven ingredients for success**. 2010.

FGV EESP CLEAR. **Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**. São Paulo, FGV, 2023.

GDCI – GLOBAL DESIGNING CITIES INITIATIVE. **Desenhando ruas para crianças**. Nova York: GDCI, 2019. 196 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais**. Organizado por: Antonio Cesar Caetano [et al.]; colaboradores: Bruno Cezar Vilas Boas Bimbato [et al.]. [S.l.]: ICMBio, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/Uso-publico/Interpretacao\\_Ambiental\\_nas\\_UC\\_Federais2025.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/Uso-publico/Interpretacao_Ambiental_nas_UC_Federais2025.pdf). Acesso em: 26 jun. 2025.

LAZZARINI, S. G.; SETTER FILHO, J. G.; MELO, C. P. G.; IKAWA, J. N. R.; BARROS, O. A. D.; CASTEJON, C. P. **Guia de avaliação de impacto socioambiental: para utilização em projetos e investimentos de impacto**. São Paulo: Insper, 2022. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/6383>. Acesso em: 4 jul. 2025.

KAW, Jon Kher; LEE, Hyunji; WAHBA, Sameh. **The hidden wealth of cities: creating, financing, and managing public spaces**. Washington, DC: World Bank, 2020.

MACHADO, Rafael Rodrigues. A comunicação como vetor de sustentabilidade em parques nacionais – um estudo de caso sobre o Parque Nacional do Iguaçu. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Universidade Positivo, Curitiba, 2018.

MOHAMED, A.; KRONENBERG, J. Users' experiences of park accessibility and attractiveness based on online review analytics. **Scientific Reports**, v. 15, 4268, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-025-88500-8>. Acesso em: 1 jul. 2025.

NEHME, Elaine et al. **Comunicação e meio ambiente: os mecanismos de comunicação utilizados pelo Parque Natural Municipal Francisco Affonso de Mello**. Anuário UNESCO/Metodista de Comunicação Regional, v. 18, p. 45-59, 2014.

OPENGOV. **Park management best practices for cities and counties**. 2024. Disponível em: <https://opengov.com/park-management-best-practices/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT). **Relatório de Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo**. São Paulo: ONU-Habitat, 2024. Disponível em: <https://onu-habitat.org/index.php/avaliacao-de-espacos-publicos-da-cidade-parques-municipais-de-sao-paulo>. Acesso em: 14 jan. 2025.

\_\_\_\_\_. **Relatório Quadro de Priorização dos Parques**. São Paulo: ONU-Habitat, 2024. Disponível em: [https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio\\_ambiente/w/servicos/links\\_ambientais/353789](https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/servicos/links_ambientais/353789). Acesso em: 11 set. 2025.

\_\_\_\_\_. **Nova Agenda Urbana. Quito: Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável**. Habitat III, 2017. Disponível em: <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos** (Guia PMBOK®). 7. ed. Newtown Square, PA: PMI, 2021.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **Programming for inclusion: enhancing equity through public space activation**. 2018. Disponível em: <https://www.pps.org/article/programming-for-inclusion-enhancing-equity-through-public-space-activation>. Acesso em: 27 jun. 2025.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **Healthy places: designing and planning for health**. New York: PPS, 2009. Disponível em: [https://cdn.prod.website-files.com/581110f944272e4a11871c01/5f1063db7fd2ac4eb8658343\\_5a626855e27c000017efc24\\_Healthy-Places-PPS.pdf](https://cdn.prod.website-files.com/581110f944272e4a11871c01/5f1063db7fd2ac4eb8658343_5a626855e27c000017efc24_Healthy-Places-PPS.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

SÃO PAULO (Cidade). Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Atualizada pela Lei nº 17.968, de 20 de junho de 2023. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – PDE**.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL)**. São Paulo: SVMA, 2022.

SEMEIA; UNOPS. **Parques para todas e todos: sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero**. São Paulo: Instituto Semeia; UNOPS – Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos, 2020.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (org.). **Democracia, instituições e atores: novos desafios da participação social**. Brasília: Ipea, 2012. p. 25–52. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/2012%20-%20tatagiba%20-%20os%20conselhos%20gestores%20sob%20o%20crivo%20da%20politica.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME – UN-HABITAT. **City-Wide Public Space Assessment Toolkit: a guide to community-led digital inventory and assessment of public spaces**. Nairobi: UN-Habitat, 2020. Disponível em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/city-wide\\_public\\_space\\_assessment\\_guide\\_0.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/city-wide_public_space_assessment_guide_0.pdf). Acesso em: 1 jul. 2025.

UNITED NATIONS. **Disability-inclusive communication guidelines**. New York: United Nations, 2023. Disponível em: [https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un\\_disability-inclusive\\_communication\\_guidelines.pdf](https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_disability-inclusive_communication_guidelines.pdf). Acesso em: 2 jul. 2025.

UN-HABITAT. **Global public space toolkit: from global principles to local policies and practice**. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2016. Disponível em: <https://www.local2030.org/library/82/Global-Public-Space-Toolkit-From-Global-Principles-to-Local-Policies-and-Practice.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

\_\_\_\_\_. **Healthier cities and communities through public spaces: a guidance paper**. Nairobi: UN-Habitat, 2025. 21 p.

\_\_\_\_\_. **My Neighbourhood**. Nairobi: UN-Habitat, 2024. 40 p.

\_\_\_\_\_. **Multilayered Vulnerability Assessment Handbook: Resilience planning for urban, biodiversity, and climate action**. Nairobi: UN-Habitat, 2024.

\_\_\_\_\_. **Public Space Site-Specific Assessment: Guidelines to Achieve Quality Public Spaces at Neighbourhood Level**. 2020. Disponível em: [Public Space Site-Specific Assessment: Guidelines to Achieve Quality Public Spaces at Neighbourhood Level | UN-Habitat](#). Acesso em: 10 mar. 2025.

UNICEF. **Shaping urbanization for children: a handbook on child-responsive urban planning**. Nova York: UNICEF, 2018. 190 p.

WOJNOWSKA-HECIAK, M. et al. Urban parks as perceived by city residents with mobility difficulties: a qualitative study with in-depth interviews. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph19042018>. Acesso em: 1 jul. 2025.

WORLD BANK. **Handbook for gender-inclusive urban planning and design**. Washington, DC: IBRD/World Bank, 2020. 210 p.

YANG, Y.; HE, R.; NING, D.; WANG, G.; LIU, M.; FEKETE, A. **An overview of urban park development in Zhengzhou, China**. Acta Biologica Marisiensis, Târgu Mureș, v. 4, n. 2, p. 1–13, dez. 2021. DOI: 10.2478/abmj-2021-0009.

8 80 CITIES; BERNARD VAN LEER FOUNDATION. **Building better cities with young children and families: how to engage our youngest citizens and families in city building – a global scan of best practices**. 2017. 64 p.



## 9. Anexos

**ANEXO I: Diagnóstico sistematizado com base na Avaliação Específica de Espaços Públicos dos 10 parques municipais**

Dimensão	Diagnóstico
Pessoas no parque e área de influência	Não há projetos voltados à educação.
	➡ Há pouca oferta dentro da Área de Influência de equipamentos públicos, tais como de cultura, esporte, educação ou saúde.
	Falta infraestrutura de serviço de alimentação, uma vez que não há comércio e serviços próximos ao parque.
	As pessoas frequentadoras do parque alegam que há pouca assistência da prefeitura para a região.
	Não há regulação do uso de pipas.
	A existência de muros grafitados no parque aponta para uma vocação artística do espaço.
	➡ Há poucas atividades regulares no parque, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, há desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.
	Falta a regularização sobre eventos comunitários que acontecem no parque, afim de minimizar impactos na vizinhança.
	Faltam atividades frequentes de educação ambiental.
	As trilhas existentes não são estruturadas com infraestrutura de suporte como sinalização e monitores para garantia de segurança e preservação da fauna e flora.
	Há permanência de pessoas em situação de rua dentro do parque.
	➡ A população da Área de Influência é caracterizada por alta vulnerabilidade socioeconômica.
	Há presença de pessoas usuárias de drogas no interior do parque.
	➡ Há incidência de áreas de risco geológico e/ou hidrológico dentro da Área de Influência.
	De acordo com as pessoas frequentadoras, há muitos idosos na região.
	A faixa etária predominante na área de influência do parque é de crianças e jovens.
	A faixa etária predominante na área de influência do parque é de crianças.
	As entrevistas apontaram para o perfil predominante de pessoas adultas frequentando o parque.
	De acordo com as pessoas frequentadoras, há muitos idosos na região.
	De acordo com as pessoas frequentadoras, há poucas crianças no parque.
As entrevistas apontaram para o perfil predominante de pessoas adultas frequentando o parque.	
De acordo com as pessoas frequentadoras, há muitas pessoas jovens no parque.	
Há o predomínio de atividades usualmente direcionadas ao público masculino.	
Há poucas mulheres frequentando o parque.	
O percentual de mulheres frequentando o parque é superior ao de homens, seguindo o predomínio de mulheres que há na Área de Influência.	
O percentual de mulheres frequentando o parque é inferior ao percentual de mulheres na Área de Influência.	
Acessibilidade	➡ Falta de acessibilidade aos setores do parque (incluindo banheiro) e na pavimentação dos locais de circulação.

	➡ Falta de acessibilidade nas portarias de acesso e calçadas adjacentes ao parque.
	➡ Falta de acessibilidade na totalidade das calçadas localizadas na área de influência do parque.
	➡ Faltam ciclovias ou ciclofaixas conectadas aos principais equipamentos e eixos de transporte na área de influência do parque.
	É limitada a presença de infraestruturas para ciclistas no interior do parque, como paraciclos, via de biclctetas e/ou trilhas para ciclistas.
	Falta uma conectividade dos equipamentos públicos e núcleos urbanos próximos ao parque com o parque.
	Faltam espaços formais de estacionamento gratuito no parque ou entorno próximo.
	A oferta de transporte público ao parque é limitada.
	Falta uma conectividade dos equipamentos públicos e núcleos urbanos próximos ao parque com o parque.
	Faltam espaços formais de estacionamento gratuito no parque ou entorno próximo.
	A oferta de transporte público ao parque é limitada.
	Falta uma conectividade dos equipamentos públicos e núcleos urbanos próximos ao parque com o parque.
<b>Instalações e mobiliário</b>	Falta de infraestrutura multiuso para acomodar atividades culturais e educativas.
	➡ Os espaços de brincar necessitam manutenção e diversificação dos equipamentos, sobretudo para atender a todas as faixas etárias e promover acessibilidade universal.
	Faltam elementos de iluminação mais bem distribuídos pelo parque.
	As trilhas existentes não são estruturadas com infraestrutura de suporte como sinalização e monitores para garantia de segurança e preservação da fauna e flora.
	A pista de skate possui poucos obstáculos.
	➡ Há pouca diversidade de equipamentos e instalações esportivas e de saúde.
	As trilhas existentes não são estruturadas com infraestrutura de suporte como sinalização e monitores para garantia de segurança e preservação da fauna e flora.
	Faltam espaços de contemplação e aproximação com os atributos naturais do parque.
	➡ Não há infraestrutura de sanitário, ou se encontra desativado.
	➡ Os sanitários não possuem elementos para promoção de inclusão, tais como acessibilidade universal, trocador infantil, chuveiros e vestiários.
	➡ Os sanitários não possuem diferenciação de gênero.
	➡ Faltam espaços de sentar mais bem distribuídos pelo parque.
	<b>Segurança</b>
Existência de uma pressão de ocupação irregular incidindo nos limites do parque.	
Existência de espaços desertos e inativos no interior do parque e/ou em seu perímetro.	
➡ Incidência de assaltos e atos de vandalismo em locais específicos do parque.	

	<p>➡ Existência de uma alta densidade de registros de crimes em alguns pontos da área de influência do parque.</p>
	<p>As mulheres relatam se sentir mais inseguras no parque em comparação aos homens.</p>
	<p>Setores sem equipamentos e/ou sem a presença de vigilância são identificados como os mais inseguros do parque.</p>
	<p>Um percentual dominante das pessoas entrevistadas percebe o parque como inseguro.</p>
	<p>Falta fiscalização com relação ao trânsito de motocicletas e estacionamento de veículos no interior do parque.</p>
	<p>Falta de elementos de segurança viária no perímetro do parque.</p>
Conforto e ambiente	<p>➡ Faltam bebedouros mais bem distribuídos pelo parque.</p>
	<p>Há problemas de drenagem no parque.</p>
	<p>O parque não é conectado à rede de abastecimento de água, sendo que em dias de alta frequência há falta de água.</p>
	<p>A maioria das pessoas entrevistadas afirmam sentir o ar limpo e agradável dentro do parque.</p>
	<p>Metade das pessoas entrevistadas afirmam não considerar o ar limpo e agradável dentro do parque, sobretudo devido à poluição.</p>
	<p>➡ Há descarte irregular de lixo e dejetos de animais.</p>
	<p>➡ Faltam lixeiras mais bem distribuídas pelo parque.</p>
	<p>➡ Faltam espaços cobertos para a realização de atividades nos dias de sol intenso ou chuvas.</p>
<p>➡ Muitos setores dos parques não possuem estruturas de sombreamento, sejam naturais ou artificiais.</p>	
Verde e azul	<p>➡ É necessário melhorar os índices de biodiversidade para que o parque possa desempenhar plenamente seu papel como área de conservação ecológica.</p>
	<p>Há poucas árvores e vegetação em geral no parque.</p>
	<p>Falta regularidade e/ou estruturação das atividades de manutenção da vegetação existente e há necessidade de recuperação da mata ciliar.</p>
	<p>Há processos erosivos nos corpos hídricos e áreas de visitação do parque.</p>
	<p>O entorno do parque não contempla estruturas de proteção à fauna, como passagens de fauna e redutores de velocidade.</p>
	<p>➡ Existência de córregos, nascentes e outros corpos hídricos, que em sua maioria se encontram poluídos e apresentam relevância para o sistema de drenagem da região.</p>
	<p>➡ É necessário integrar o parque à infraestrutura verde do entorno, visando fortalecer sua função ambiental, conter a expansão urbana e aprimorar a rede de drenagem.</p>
	<p>➡ O parque conta com poucas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas relacionadas à sua infraestrutura.</p>
<p>O parque conta com estratégias de mitigação em andamento, que demandam aprimoramento e ampliação por meio da adoção de novas tecnologias e soluções baseadas na natureza.</p>	
Governança	<p>Predomínio de uma reputação negativa do parque, segundo as pessoas entrevistadas e frequentadoras do local.</p>
	<p>➡ Faltam elementos de sinalização e comunicação no parque, como placas de indicação dos acessos e setores, mapeamento e quadro de avisos, alertas e informações úteis.</p>

	➡ Deficiência nos mecanismos de divulgação, tanto interna quanto externamente ao parque, no que se refere à comunicação dos eventos e atividades realizadas em seu interior.
	Para os parques de orla, faltam mecanismos de proteção, fiscalização e de primeiros socorros na beira da represa.
	Faltam instrumentos eficazes de interlocução entre a gestão do parque e a comunidade, além de baixa visibilidade quanto à atuação e às responsabilidades do conselho gestor.
	➡ No caso dos parques lineares, falta infraestrutura administrativa e sanitários.
	➡ Fragilidade nos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do parque.
	Fragilidade nos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva dos atributos naturais do parque.
	Faltam cores no parque, tanto nas edificações quanto no paisagismo.
	Faltam mecanismos de gestão para o acompanhamento efetivo da participação, incluindo representantes do poder público, nas reuniões dos conselhos gestores.
	➡ Inexistência de conselho gestor.
	➡ Baixo engajamento e ausência de mecanismos efetivos de incentivo à participação dos conselhos gestores.
	Baixo engajamento e ausência de mecanismos efetivos de incentivo à participação dos conselhos gestores.
	Falta uma distribuição da equipe de segurança que contemple todos os setores do parque em todo o seu horário de funcionamento.
	Existência de gestão simultânea de mais de um parque por pessoa gestora.
	Falta equidade de gênero na composição do quadro de equipe de pessoas funcionárias.
	Há uma instabilidade no quadro de funcionários e na gestão, impactando na continuidade das ações e fortalecimento do envolvimento comunitário.
	Faltam medidas de fiscalização e comunicação para impedir a presença de animais soltos no parque.
	Faltam medidas de fiscalização e comunicação para prevenir o abandono de animais no parque.
	Faltam equipamentos públicos na área de influência do parque.
	Há uma lacuna na articulação do parque com políticas, projetos e equipamentos públicos presentes em seu entorno.
	Faltam equipamentos públicos culturais e esportivos na área de influência do parque.
	Faltam equipamentos públicos culturais e de saúde na área de influência do parque.
	Faltam estratégias de gestão voltadas ao engajamento da comunidade do entorno do parque, o que compromete o fortalecimento comunitário e enfraquece a governança participativa.
	Faltam diretrizes de gestão para a definição de prioridades de investimento no parque e para a organização centralizada dos recursos aplicados por parcerias públicas e privadas.
	Ausência de incentivo para que as entidades comunitárias do entorno promovam atividades no parque.

## ANEXO II: Lista de participantes dos encontros por eixo temático

### Seleção dos participantes das oficinas de desenho urbano

Nome	Cargo
Isabella Armentano	Diretora DIPO
Larissa Bueno	Coordenadora Norte DIPO
Maryellen Sanchez	Coordenadora Sul DIPO
Lucas Lavecchia	Coordenador Leste DIPO
Ingrid Bisterzo	Coordenadora Centro-Oeste DIPO

### Lista dos participantes das oficinas de gestão

Nome	Cargo
Amilton Leandro de Oliveira Alves	Supervisor de parque
Fernanda Costa Alves	Supervisor de parque
Maria Vilma Laurentino	Supervisor de parque
Marcilio Graciliano Duarth	Supervisor de parque
Franer Ferreira Matos	Supervisor de parque
Bruna Possacos	Assessora DGPU
Liliane Neiva	Colegiados
Rute Cremoni	Colegiados
Iris Viviane Teixeira	Colegiados
João Pova	Gestor
Maria Silva	Gestora

### Lista dos participantes das oficinas de governança

Nome	Cargo
Guilherme Ferrara	Diretor DGPU
Maíra Fernandes Silva	DGPU
Renata Yu Wang	DGPU
Juliana Summa	Coordenação CGPABI
Wellington Nagano	Diretor da DPU
Antônio Carlos	DGPU
Bruna Possacos	Assessora DGPU